
OS INTELLECTUAIS E A POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA



Cadernos Adenauer

ANO IV

2003

Nº 05

H. C. F. MANSILLA

FERNANDO URICOECHEA

ALFREDO JOCELYN-HOLT LETELIER

HUGO QUIROGA

MARIA SUSANA ARROSA SOARES

OS INTELLECTUAIS E A POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA



Konrad
-Adenauer-
Stiftung

Editor responsável
Wilhelm Hofmeister

Conselho editorial

Antônio Octávio Cintra	Maria Clara Lucchetti Bingemer
Fernando Limongi	Maria Tereza Aina Sadek
Fernando Luiz Abrucio	Patrícia Luiza Kegel
José Mário Brasiliense Carneiro	Paulo Gilberto F. Vizontini
Lúcia Avelar	Ricardo Manuel dos Santos Henriques
Marcus André Melo	Roberto Fendt Jr.
Rubens Figueiredo	

Coordenação editorial

Cristiane Duarte Daltro Santos

Revisão

João Marcelo Dalla Costa
Cristiane Duarte Daltro Santos

Tradução

Marcelo da Rocha Pinto de Moura (p. 7 a 45)
Patrícia A. de Aquino (p. 13 a 45)
Maria Edith Khater (p. 47 a 97)
Amelia Rodriguez (p. 99 a 125)

Capa

Isabel Carballo

Diagramação

Matiz Designers

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer IV (2003), nº 5

Os intelectuais e a política na América Latina

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, fevereiro 2004.

ISBN: 85-7504-056-1

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Centro de Estudos: Praça Floriano, 19 – 30º andar

CEP 20031-050 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

Impresso no Brasil

Índice

OS AUTORES	6
APRESENTAÇÃO	7
INTELECTUAIS E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: UMA BREVE ABORDAGEM A UMA AMBIVALÊNCIA FUNDAMENTAL	13
<i>H. C. F. Mansilla</i>	
OS INTELECTUAIS E A POLÍTICA NA COLÔMBIA	47
<i>Fernando Uricoechea</i>	
OS INTELECTUAIS-POLÍTICOS CHILENOS: UM CASO DE EQUIVOCADO PROTAGONISMO CONTÍNUO	65
<i>Alfredo Jocelyn-Holt Letelier</i>	
INTELECTUAIS E POLÍTICA NA ARGENTINA: NOTAS SOBRE UMA RELAÇÃO PROBLEMÁTICA	99
<i>Hugo Quiroga</i>	
OS INTELECTUAIS LATINO-AMERICANOS: ONTEM E HOJE	127
<i>Maria Susana Arrosa Soares</i>	

Os autores

H. C. F. Mansilla é filósofo e analista político, Academia de Ciências da Bolívia.

Fernando Uricoechea é Ph.D. em sociologia, University of California (Berkeley) e professor da Universidade Nacional da Colômbia.

Alfredo Jocelyn-Holt Letelier é historiador e professor da Universidade de Chile e Universidade Diego Portales, Santiago, Chile.

Hugo Quiroga é professor titular de Teoria Política da Facultad de Ciência Política, investigador do Conselho de Investigações da Universidad Nacional de Rosário, diretor do Centro de Estudios Interdisciplinarios da mesma Universidade.

Maria Susana Arrosa Soares é doutora em Sociologia e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Apresentação

Os intelectuais e a política têm, em certas circunstâncias, uma relação complicada. Os intelectuais interpretam a realidade, sua função é dar ordem simbólica às coisas. Costumam falar em nome de valores universais e, na qualidade de “paladinos do conhecimento” e “transmissores do conhecimento”, sua vocação é orientar a conduta da sociedade com base em certos padrões e valores culturais e definir os objetivos e a abrangência do desenvolvimento social. Nesse sentido, os intelectuais cumprem uma função política na medida em que a política é a arte de organizar a convivência em uma sociedade.

Os intelectuais se intrometem na política. Desde “Eu acuso” (*J'accuse*), a carta aberta de Emile Zola dirigida ao presidente da França a favor do capitão Dreyfus, e o “manifesto intelectual” de 14 de janeiro de 1898 se atribui aos intelectuais a função de defender desinteressadamente valores perpétuos e universais como a justiça, a verdade ou a razão. Ao menos na época moderna, os intelectuais sempre levantaram a bandeira desses valores. Em última instância, a época da ilustração que impulsionou as idéias “modernas” sobre a sociedade, a autodeterminação individual e a democracia política é também obra dos intelectuais. Por outro lado, a experiência ensina que os intelectuais também põem seus conhecimentos a serviço de exclusivos e particulares interesses nacionais, populares, raciais ou de classes sociais. Em particular, quando os intelectuais se posicionam junto ao poder político, pode se dar muito rapidamente uma

situação na qual ao compromisso com a verdade e a razão se somem interesses políticos. O discurso sobre a liberdade frente à autoridade se verá então influenciado e até substituído por imperativos políticos. Seu desejo de atuar na política faz com que o intelectual fique exposto a essa relação de tensão que existe entre o discurso e os imperativos reais, entre o espírito e a política.

No presente volume dos *Cadernos Adenauer*, publicamos algumas análises sobre como se conduzem os intelectuais da América Latina nessa relação de tensão, que papel desempenharam nos processos de transformação política ocorridos nos últimos anos, como se adaptaram às novas condições e que participação tiveram no delineamento dessas condições. Existem poucas outras regiões do mundo nas quais se atribui aos intelectuais, ao cientista, ao escritor e ao artista tanta ascendência sobre a política e a sociedade como na América Latina. Ante a tradicional debilidade que mostraram as instituições políticas no cumprimento de seu papel mediador entre o Estado e a sociedade, os intelectuais assumiram um papel fundamental na gênese e na difusão das idéias e dos símbolos socialmente relevantes desde a época da colônia até nossos dias.

Até certo ponto, esse protagonismo dos intelectuais latino-americanos na sociedade e na política foi possível porque até muito pouco tempo atrás as sociedades se caracterizavam por uma pequena minoria com uma boa formação e uma grande massa de iletrados; a retórica e o personalismo exerciam uma grande influência sobre o comportamento político. Isso mudou notavelmente nas últimas décadas. Atualmente – e como se evidencia nas contribuições editadas no presente volume – os intelectuais perderam influência ou, para sermos mais precisos, já não ocupam um lugar de tanta exposição pública nem são escutados na mesma medida que no passado. É possível que isso tenha relação com o fato de que, apesar de todos os problemas políticos e sociais que atravessam, os países latino-americanos conseguiram gerar instituições mais sólidas e melhoraram notavelmente o nível educacional geral. É possível que hoje não existam mais intelectuais que antes mas, em vez

disso, existam muitos mais tecnocratas e “experts” que expressam sua visão técnica e científica a respeito das questões relevantes para suas sociedades. Nessas condições, o lugar do intelectual não é entendido da mesma forma que no passado. De todo modo, torna-se difícil pensar em outras regiões que concedam aos intelectuais e artistas tanto espaço nos meios de comunicação para manifestar conceitos políticos como na América Latina.

Não obstante, podemos constatar que o processo democrático retirou o encanto dos intelectuais. Mais recentemente esse fenômeno se observa também no Brasil, país que em 1996 elegeu como presidente da República o intelectual Fernando Henrique Cardoso, um sociólogo de fama internacional. Seu triunfo eleitoral foi festejado tanto pelos principais meios formadores de opinião do Brasil como por muitos intelectuais (de esquerda) em todo o mundo. Durante os oito anos de sua gestão de governo, Cardoso se mostrou como intelectual sobretudo no quadro de suas aparições no plano internacional. No plano interno, ao contrário, não pôde evitar o desgaste próprio das disputas partidárias, a busca de maiorias, as negociações, os compromissos e pactos políticos, as expectativas não satisfeitas e os problemas cotidianos. Ao brilhante intelectual Cardoso, sucedeu na cadeira de presidente da República o torneiro mecânico e dirigente sindical Lula da Silva, que só pôde receber uma modesta educação escolar e que não é tão cosmopolita como seu predecessor. Não obstante, tudo permite supor que a gestão de governo de Lula da Silva também será boa. O exemplo mostra que os intelectuais podem ser bons políticos sem que exista uma garantia de que efetivamente o sejam sempre e que, por outro lado, um “bom” político em sua vida “anterior” não necessariamente precisa ter sido um intelectual.

No que se refere à relação com a política, os intelectuais não parecem ser imunes à atração que exerce o poder político. Ao menos essa é uma das conclusões a que leva a leitura das contribuições do presente volume que, seja feita a ressalva, dedica-se especialmente aos intelectuais pertencentes às ciências sociais.

Na primeira contribuição que compilamos, *H.C.F. Mansilla* destaca algumas ambivalências que existem na relação entre os intelectuais e a política na América Latina, fundamentalmente aquelas que se referem à reivindicação de um pensamento independente e à busca de criações próprias, por um lado, e à adoção de idéias, teorias e padrões provenientes do hemisfério norte, por outro. Mansilla condena uma “relação perversa” dos intelectuais com o poder, as suas ambições que os levam a fazer parte do poder, ainda que, se vistos de perto, em muitos casos sua influência não tenha sido verdadeiramente tão decisiva. Mansilla destaca que em muitos casos os intelectuais foram cooptados por diferentes regimes e transformados em “legitimadores ritualistas”: “sua soberba não só lhes impediu vislumbrar a complexa e diferenciada realidade, como fomentou o voluntarismo político extremista mais perigoso”. Apesar dessa crítica, Mansilla sustenta que a contribuição dos intelectuais à criação de identidades coletivas é digna de elogio e ressalta a demanda por intelectuais e a existência de um espírito crítico, independente.

Sob a ótica de *Fernando Uricoechea*, na Colômbia, a atitude dos intelectuais, mais do que a de manter a independência política, foi tradicionalmente a de buscar a proximidade com o Estado. Para Uricoechea, o “nascimento” do intelectual americano não significou uma ruptura com o passado, mas sim a continuação institucional e a extensão geográfica desse passado. O intelectual cumpriu desde sempre uma função fundamentalmente conservadora e ordenadora ao contribuir ideologicamente para a transferência das instituições da velha ordem imperial hispânica para o solo americano. Em lugar da tensão original que é a essência da relação entre o intelectual e o poder, tensão característica do contexto europeu, houve uma solidariedade entre ambas as partes. Enquanto a aparição do intelectual europeu se vincula com a época da ilustração e o questionamento da ordem aristocrática e hierárquica, própria dos reinados e papados, o intelectual latino-americano se converteu no defensor da Contra-reforma e da autoridade do monarca. Essas características que definem o intelectual colombiano

até os dias de hoje fizeram com que o pensamento crítico na Colômbia começasse a se desenvolver muito tarde.

O Chile, por sua vez, é conhecido pela “intelectualização” de sua política, ou seja, pela participação fundamental dos intelectuais na política. Entretanto, *Alfredo Jocelyn-Holt Letelier* analisa essa realidade de uma perspectiva bem mais crítica, enfatizando a contradição dos intelectuais e seu papel como “manipuladores ávidos de poder”. O poder crescente dos intelectuais é concomitante, salienta, a um incipiente antiintelectualismo e a propósitos de inserção política.

No caso da Argentina, *Hugo Quiroga* lamenta a ausência de intelectuais na atual crise política e social. Ressalta que a descrição da crise e de suas características, assim como a interpretação dos atuais problemas está sendo assumida pelos jornalistas e não tanto pelos intelectuais e muito menos pelos partidos políticos. A tarefa do intelectual, atualmente ausente, seria a de dar forma à “experiência temporal confusa, informe e, no limite, quase muda”. Tratar-se-ia de seguir o caminho da recriação da sociedade democrática e de impulsionar as reformas que permitam depurar suas imperfeições a partir de idéias mais compreensíveis. Quiroga considera que uma responsabilidade dos intelectuais e políticos consiste em criar novas relações entre os “homens das idéias” e a democracia em um mundo globalizado, mas dividido pelas injustiças.

De forma mais geral, *Maria Susana Arrosa Soares* retoma mais uma vez as mudanças que se observam na atitude de muitos intelectuais latino-americanos. Há cerca de vinte anos se realizou em Porto Alegre uma conferência sobre o papel dos intelectuais na política. Agora, pergunta-se o que mudou desde então. Nos últimos anos, muitos intelectuais latino-americanos assumiram importantes funções públicas a partir do retorno da democracia em diferentes países. Alguns se converteram em “experts”, associados aos tecnocratas e terminaram por transformar-se em profetas do fim da utopia. Arrosa Soares sugere que as utopias podem vir a desaparecer, se já não existirem intelectuais ou se só existirem intelectuais “refor-

mados”. Utopia não é só a visão de uma sociedade futura, mas também uma forma diferente de ver as coisas que talvez nos permita obter uma visão mais clara quanto à realidade e suas possibilidades. A autora destaca que uma tarefa dos intelectuais é precisamente impedir que os experts decidam por nós. Trata-se de manter abertos os espaços de participação cívica que permitam a participação no debate e o processo de decisão da política. Por isso, os intelectuais continuam cumprindo a importante função de exercer a crítica, a análise e o direito à réplica. No contexto da “normalização” democrática, seu brilho se viu um tanto empalidecido e sua influência sobre a política e a opinião pública ficou algo relativizada. Também se aprofundaram as diferenças entre distintos países. Mas para o funcionamento e o desenvolvimento da democracia os intelectuais continuam sendo imprescindíveis na América Latina.

Os textos que apresentamos aqui surgiram a partir de uma conferência sobre intelectuais e política na América Latina, organizada pela Fundação Konrad Adenauer no Rio de Janeiro. Estes e mais alguns textos sobre outros países latino-americanos foram publicados em um livro, editado em espanhol, que divulgamos nas últimas páginas deste Caderno Adenauer.

WILHELM HOFMEISTER

Intelectuais e política na América Latina: uma breve abordagem a uma ambivalência fundamental

H. C. F. MANSILLA

Preliminares

Podemos intuir de maneira relativamente fácil o que é um intelectual, mas defini-lo conceitualmente e delimitar o conjunto ao qual pertence representam tarefas muito mais difíceis.¹ A categoria “intelectual” pode abarcar os especialistas técnico-organizacionais da administração pública, da economia e da gestão em geral, os analistas de conjuntura política, os futurólogos e os planejadores, os professores de ensino superior e os jornalistas e empregados mais destacados dos meios de comunicação de massa (BRUNNER, 1992:182). Habitualmente, porém, se designa com esse termo, de um modo mais restrito, os produtores “independentes” de valores espirituais, os criadores de sentido que usufruem os conhecimentos mais avançados da comunidade cultural internacional em geral e das ciências sociais em particular.

Aqui já se percebe uma das ambivalências mais importantes que se pode detectar entre os intelectuais latino-americanos: o de-

1. Cf. BOLÍVAR MEZA, 2002:123-141; MARSAL, 1971:87s.; SHILS, 1976; BOBILLO, 1992:25-48; e a obra de certa influência na América Latina: BLANCHOT, 1996.

sejo de autonomia de pensamento e criação genuína, por um lado, e a adoção de idéias, teorias e orientações provenientes dos países mais adiantados do norte, por outro. De qualquer forma, pode-se assegurar que os intelectuais constituíram um dos meios mais notáveis e eficazes para transmitir e aclimatar na América Latina as diretrizes originadas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, diretrizes posteriormente popularizadas pelos meios de comunicação de massa e pelo sistema escolar.

Na América Latina existe uma rica tradição estabelecida por uma velha pergunta sobre o destino e sobre a vocação das sociedades do Novo Mundo, tradição personificada pelos grandes *ensaístas* que se dedicaram a questões clássicas, como a identidade coletiva das nações latino-americanas, os modelos adequados de ordenamento social, os complexos vínculos com os países altamente desenvolvidos e o futuro da região. Essas indagações, que começaram em meados do século XIX, foram freqüentemente árduas e até dolorosas e definiram alguns dos aspectos mais notáveis e controversos da cultura latino-americana (Cf. MARICHAL, 1978; PINEDO, 1999:15-34). Os autores do ensaio político-histórico personificaram, até aproximadamente 1960, o tipo humano-profissional percebido como o intelectual por antonomásia.² O ensaio, gênero difícil de ser classificado, mas aberto e exploratório, permite um enfoque multidisciplinar das temáticas tratadas, evitando os extremos da erudição e do diletantismo. Participa tanto da aura estética superior que possui a literatura como do prestígio contemporâneo que têm as ciências sociais. Durante muito tempo o ensaio latino-americano representou a parte mais criativa e conhecida do fazer intelectual na América Latina; um de seus temas centrais (e mais frutíferos) foi o vínculo ambíguo e complexo entre as pretensões teóricas das elites modernizantes e os modestos resultados da *praxis* política cotidiana.

2. Sobre esta temática cf. as obras que não perderam relevância: MEAD, 1956; STABB, 1969; RIPOLL, 1970.

A evolução e as funções dos intelectuais foram, por outro lado, muito diversas segundo os grandes espaços geográfico-culturais da Terra, de modo que enunciados gerais acerca desse grupo social frequentemente tropeçam muitas vezes em obstáculos intransponíveis. No Novo Mundo deve-se assinalar que desde o começo houve uma distinção fundamental entre o âmbito latino-americano e o anglo-saxão no que se refere à autoconsciência dos intelectuais e à sua apreciação pela opinião pública. A principal diferenciação de papéis nos Estados Unidos e Canadá, a maior distância entre o fazer intelectual e o político e o menor prestígio público atribuído coletivamente aos “homens de letras” fizeram com que, nos países do norte, os intelectuais não fossem os produtores privilegiados de sentido, não influenciassem decisivamente sobre a ética coletiva e se contentassem frequentemente com funções especializadas no meio acadêmico e universitário.

Desde mais ou menos 1960, as sociedades latino-americanas experimentam lenta mas seguramente uma aproximação evolutiva de seu mundo cultural aos parâmetros correspondentes da América do Norte. Os clássicos *hommes des lettres* – ao mesmo tempo criadores de obras, catedráticos, críticos e divulgadores – tendem a ser substituídos por profissionais universitários cada vez mais especializados e sem o brilho dos grandes generalistas do passado. Esta tendência afeta de igual modo os intelectuais de inclinações esquerdistas e revolucionárias (Cf. LÖWI, 1978; OLTRA, 1978; EISENSTADT, 1973). Além disso, deve-se mencionar que, a partir de aproximadamente 1980, os tempos não foram propícios para os intelectuais convencionais de esquerda, os quais, apesar de prognósticos errados, fomentaram uma atmosfera propícia ao dogmatismo e às falsas ilusões.³ Basta aqui recordar que os intelectuais da esquerda radical chilena, que tinham uma propensão apocalíptica,

3. Muito cedo Raymond Aron se deu conta das múltiplas implicações dessa situação e foi um de seus primeiros e mais influentes críticos. Cf. ARON, 1955. Cf. também BAVEREZ, 1993.

provavelmente foram coadjuvantes no fracasso do governo de *Salvador Allende* no Chile (1970-1973) e, por conseguinte, na instauração de uma ditadura militar.⁴

Não existe uma história completa e confiável dos intelectuais, sobretudo uma sobre sua vinculação com a política.⁵ Foram publicados obviamente tratados sobre a história das idéias na América Latina,⁶ mas ainda falta uma sociologia política diferenciada dos intelectuais, que examine suas motivações profundas, seus genuínos valores de orientação e suas pautas recorrentes de comportamento prático-público. Existem muitas obras interessantes que analisam fragmentos dessa importante problemática.⁷ Esses estudos, cuja qualidade tem aumentado claramente com os anos, ajudam a reconstruir uma temática de grande relevância para compreender a esfera política do Novo Mundo.

1. Os intelectuais na América Latina

Já antes da independência dos países latino-americanos havia existido um grupo relativamente importante de estudiosos vinculados a tarefas de ensino, administração e evangelização, estudiosos

-
4. BRUNNER, 1985:62s. Como recorda Brunner, os intelectuais de esquerda discutiam então em qual etapa se encontraria o Chile socialista em comparação com a história clássica do socialismo europeu; os obstáculos concretos ao socialismo (como a situação interna das Forças Armadas) não faziam parte das preocupações dos intelectuais, que estavam centradas na imediata construção do socialismo e não nos complexos aspectos da democracia.
 5. Para o caso europeu cf. a interessante bibliografia comentada: HÜBINGER, 1994:34-54.
 6. JORRÍN, MARTZ, 1970; MIRÒ QUESADA, ZEA 1975; ZEA, 1978; ROIG, 1993; CERUTTI GULDBERG, 1997; CANCINO TRONCOSO, H. DE SIERRA e C. DE SIERRA, 1998. Muitas informações valiosas na obra de quatro volumes: STOETZER, 1996-1998 (com uma extensa bibliografia).
 7. Cf. *Los intelectuales políticos*, Buenos Aires: Nueva Visión 1971; BRUNNER e FLISFISCH, 1983; MICELI, 1979; ARDAO, 1971; CAMP, 1985; CRISTOFFANINI, 1999:95-122.

que se pareciam com os intelectuais de hoje: pensavam de modo sistemático, escreviam bastante e ocasionalmente criavam obras de reflexão e crítica sociais. Sua erudição era, em geral, digna de menção. Tratava-se de pessoas que, em sua maioria, tinham gozado de uma certa educação universitária e que formavam um estamento de fronteiras imprecisas e de papéis incertos na sociedade colonial, o que prosseguiu no primeiro século das jovens repúblicas.

Antes de 1960, não existiam muitas dúvidas em torno da “essência” e das funções do intelectual: era claro que tinham uma espécie de compromisso histórico com a “verdade” (reminiscências do *affaire Dreyfuss* e de casos similares), que defendiam valores normativos abstratos e quase absolutos, como a verdade, a justiça e a democracia, e que não se contentavam com propugnar valores de validade parcial e relevância limitada. Em sua autopercepção e perante os olhos da opinião pública colocavam-se freqüentemente como alheios às noções correntes do bem e do mal; consideravam a si mesmos e eram vistos pelos demais como pessoas que tinham o privilégio de permanecer à margem das contradições e conflitos ao seu redor, sem serem determinados por sua posição ou sua origem social. Por isso, até a segunda metade do século XX não se fizeram questionamentos científicos ou políticos sérios sobre o papel dos intelectuais. Como afirma *Maria Susana Arrosa Soares*, a dessacralização do intelectual e o desencanto com suas funções constituem processos recentes, o que, por sua vez, provocou polêmicas dentro das agremiações sobre a sua própria identidade.⁸ Em poucas gerações, os intelectuais se transformaram de consciência crítica da nação em meros especialistas em legitimação.

Até mais ou menos 1960/1970, podia-se falar de uma função *polivalente* dos intelectuais latino-americanos: foram simultanea-

8. ARROSA SOARES, 1985:8. Esta compilação de ensaios, a maioria deles de excelente qualidade, representa uma obra pioneira no campo da sociologia política dos intelectuais e grupos afins. Cf. também a notável obra de CHOMSKY, 1970.

mente pensadores e políticos, escritores e diplomatas, fundadores e líderes de partidos, inspiradores de ideologias e críticos dos sonhos coletivos. Basta aqui recordar a notável influência que, em seus dias, exerceram *Lucas Alamán*, *Bartolomé Mitre*, *Domingo Faustino Sarmiento*, *José Vasconcelos*, *Rómulo Gallegos*, *Arturo Uslar Pietri*, *Mario Vargas Llosa* e muitos outros intelectuais em quase todos os Estados latino-americanos.⁹ Há poucas décadas, era habitual, e até um motivo de orgulho para o respectivo país, ter poetas e literatos eminentes em postos consulares e diplomáticos: *Miguel Angel Asturias*, *Pablo Neruda*, *Alcides Arguedas*, *Octavio Paz*, *Carlos Fuentes* e *Jorge Edwards* são alguns dos casos mais conhecidos. Hoje isso pertence ao passado. Os governos atuais podem prescindir desse tipo de intelectuais, pois até aspectos como prestígio e brilho sociais estão vinculados agora com outros parâmetros, muito mais materiais e menos espirituais.

Esses grupos mantinham uma relação ambivalente e instável, mas às vezes muito estreita, com o poder político. Constituíam provavelmente uma “fração dominada” dentro da “classe dominante”.¹⁰ Eram diletantes que operavam como produtores privilegiados de sentido, geralmente fora do âmbito acadêmico e universitário; independentemente de suas inclinações ideológico-políticas, que podiam ser de esquerda, pertenciam aos estratos sociais superiores, ainda que provavelmente das margens já problemáticas dessas camadas.

No caso relativamente bem estudado do Chile, pode-se detectar que o presidencialismo do regime vigente até 1973 fomentou uma clara intelectualização da política: os intelectuais conseguiram alcançar uma “influência decisiva” na vida interna dos partidos e também na definição das grandes políticas públicas (FLISFISCH,

9. Cf. alguns aspectos interessantes dessa problemática em: FRANCO, 1971; MARSAL et al. 1970.

10. AZEVEDO MARQUES DE SAES, 1985:179 (seguindo um argumento de *Pierre Bourdieu*).

1985:12-21). Em inúmeros países latino-americanos, acreditou-se que a grande reforma do Estado e da sociedade, proposta por diversas tendências, seria obra induzida e conduzida pelos intelectuais: os pensadores não seriam somente os funcionários estatais privilegiados, mas também os árbitros supremos da política. O pressuposto que subjaz a essa idéia é o de que a sociedade é inteiramente maleável, permeável e moldável pelos planejadores e especialistas, sociedade na qual as tradições e as práticas legal-administrativas têm pouco peso e tudo pode ser, em última instância, decidido de cima e do centro. Essa concepção, muito próxima a um iluminismo tecnocrático de corte jacobino, foi possibilitada pela carência de uma burocracia, de uma classe política e de uma opinião pública solidamente estabelecidas e com um bom nível profissional, que teriam podido controlar os êxitos efetivos dos intelectuais e assim neutralizar as capacidades destes últimos para manipular a dimensão do simbólico.¹¹ Dessa forma surgiu uma “relação perversa” dos intelectuais com o poder (BRUNNER, 1985:26): na realidade, sua influência não foi tão decisiva, pois foram facilmente cooptados pelos diferentes regimes e se transformaram em “legitimadores ritualistas” do poder, mas sua soberba não só lhes impediu vislumbrar a complexa e diferenciada realidade, como fomentou o voluntarismo político extremista mais perigoso (RIAL, 1985:38, 40).

2. Os intelectuais e o atual processo de modernização

Em linhas gerais essa constelação pertence ao passado. Os chamados intelectuais orgânicos, os pensadores radicais com pretensões emancipatórias e os especialistas na “compreensão” das classes populares se acham em franco declínio (cf. BUCI-GLUCKSMANN, 1985:119-123). Em quase todos os campos nos quais atuam os que pensam e os que escrevem, houve, em pouco tempo,

11. Cf. o brilhante ensaio de BRUNNER, 1985:22-31, especialmente p. 26 s.

uma profunda transformação, e não só naquele limitado âmbito com o qual os intelectuais mais famosos mantinham íntimas ligações, ainda que certamente difíceis: o supremo poder político.

O clássico intelectual *generalista*, inclinado ao ensaio literário e nutrido por conhecimentos históricos e teóricos de traços universalistas, acha-se em estado de decadência, mas não de extinção, substituído pelo especialista de tendências *tecnocráticas* e com uma formação acadêmica especializada, cuja *praxis* profissional está delimitada pelas necessidades do mercado de trabalho. Hoje em dia, os intelectuais desempenham em terras latino-americanas um papel social e político mais reduzido do que há uns quarenta anos, um de seus períodos de maior brilho e destaque. Nas últimas décadas, os intelectuais – agora provenientes das camadas médias – não vivem mais de renda como as antigas elites, e dependem de um salário, frequentemente ganho no meio universitário ou em instituições burocráticas dedicadas à educação, à administração de bens culturais e, muito ocasionalmente, à pesquisa científica. Isso tem relação também com a gigantesca expansão que experimentaram no último meio século o sistema universitário (inclusive os cursos de pós-graduação) e as instituições de formação profissional (AZEVEDO MARQUES DE SAES, 1985:180s).

Não há dúvida, porém, de que os intelectuais ainda têm um peso relativamente importante na hora de formular políticas públicas, de enunciar elogios ou críticas importantes às ações governamentais, de desenvolver temáticas relevantes no interior dos meios de comunicação de massa e esboçar fragmentos de uma futura consciência nacional. Essa afirmação tem provavelmente maior validade nas nações médias e pequenas do Novo Mundo, e isso por causa do desenvolvimento histórico desses países, nos quais as elites são ainda compactas, reduzidas e sem muita diferenciação interna. De qualquer modo, pode-se afirmar que a relevância dos intelectuais, ainda que de magnitude claramente decrescente em todos os países, segue maior na América Latina do que nas sociedades altamente industrializadas do norte, devido, como já se mencionou, ao

fato de que a especialização de papéis e funções na América Latina é menor do que nas nações mais adiantadas.¹²

Apesar dos inegáveis processos de modernização e globalização que experimentamos na atualidade,¹³ essa transformação dos intelectuais e o quase desaparecimento de suas funções clássicas contêm também aspectos criticáveis. Tratarei de tematizar esse aspecto difícil de ser explicado em poucas palavras. Uma das conclusões centrais é a de que o desenvolvimento atual, por mais inevitável que seja, gera também elementos negativos, dentre eles o declínio do espírito crítico e a incapacidade de articular sínteses globais. No começo do século XXI, e apesar dos progressos democratizadores que se dão no âmbito latino-americano, pode-se constatar uma atmosfera geral de desencanto e pessimismo, que é percebida claramente no ambiente sociocultural, uma decepção que se deve em última instância ao desempenho nada promissor das variáveis econômicas e político-institucionais. Existe outro motivo, ainda que menos significativo, para essa decepção coletiva. Uma parte considerável da intelectualidade latino-americana deixou de lado sua posição crítica e até contestadora e se integrou com surpreendente facilidade dentro das estruturas de poder dos regimes neoliberais. Isso trouxe consigo uma perda do potencial intelectual dedicado à elaboração de alternativas sociopolíticas e à correção de malformações existentes.

Parece-me importante insistir nessa problemática e ilustrá-la com alguns exemplos. Com relação ao caso específico da Bolívia escreve *Omar Chávez Zamorano*: “Os intelectuais são culpados de um dos males mais graves que sofre o país, que é a falta de visões estratégicas. A Bolívia não tem rumo pela inépcia da *intelligentzia* nacional que parece ter renunciado ao ofício de criar idéias e traçar horizontes. [...] os partidos se reduziram a máquinas eleitorais, e

12. Cf. por exemplo as reflexões de BRUNNER, 1997:23-32; AÍNSA, 1997:7-22.

13. Sobre este conceito de moda e relacionado com a temática aqui tratada, cf. GARCÍA CANCLINI, 1999; GARRETÓN, 1994.

seus líderes não têm vocação de governantes porque carecem de visão de futuro. Mas não é justo responsabilizar os políticos por essa ausência de idéias que assoma à política nacional. Esse vazio de idéias e visões indica que uma das engrenagens da máquina social ou está funcionando mal ou não funciona. Essa engrenagem são os intelectuais” (CHÁVEZ ZAMORANO, 2001b:4).

Admito que essa maneira de criticar e até de censurar os intelectuais padece provavelmente de precisão e base empírica. Curiosamente sabemos relativamente pouco – ou sob a forma de meras pressuposições – acerca dos condicionamentos familiares, dos preconceitos recorrentes e das idéias matrizes que impressionam e inspiram os intelectuais latino-americanos. Uma primeira aproximação à pergunta: “Do que se nutrem os intelectuais latino-americanos?”, que só tem valor indicativo, nos informa que hoje em dia no terreno da economia e da política estes lêem sobretudo obras de origem norte-americana (e em um segundo lugar muito distante escritos de proveniência européia) mais do que livros de sua própria região. As obras de temas pontuais e de curto alcance predominam claramente sobre os enfoques teóricos de grande fôlego. *Dietmar Dirmoser*, o diretor da revista *Nueva Sociedad*, assegurou taxativamente: “[... os paradigmas da esquerda desapareceram e não surgiram outros para substituí-los”.¹⁴ Também é interessante notar que essas relações não são de mão dupla: simbolizam mais uma nova variante da dependência cultural do sul com relação ao norte, já que nos países setentrionais pouquíssima gente lê obras de autores do sul nas áreas das ciências sociais e da filosofia.

Alguns fatores primordiais parecem reproduzir-se em quase todos os grupos intelectuais através do tempo e nos mais diversos âmbitos geográficos. Algo que sempre chamou a atenção dos obser-

14. DIRMOSE, 2000:3s. (Número monográfico dedicado aos “livros e idéias” de que se nutrem os intelectuais latino-americanos. Anos antes a mesma revista publicou uma espécie de pesquisa indicativa similar: *NUEVA SOCIEDAD*, Nº 139, septiembre/octubre de 1995; cf. a síntese: HOPENHAYN, *ibid.*, 139ss).

vadores estrangeiros foram a inclinação dos intelectuais latino-americanos a copiar as correntes prevaletentes nos centros metropolitanos e seu horror a parecer antiquados. Essa tendência – às vezes de caráter quase doentio – de adotar a última moda de procedência europeia (ou norte-americana, na última geração) provavelmente impediu o florescimento de criações intelectuais próprias no campo da teoria e da filosofia políticas. E certamente essa mesma propensão é responsável pela carência de elementos originais na *praxis* institucional-política de todos os países latino-americanos. Para isso contribuiu de modo paradoxal a crença, nunca posta em questão, de que os latino-americanos conseguiram quase sempre produzir uma adaptação inovadora, uma reelaboração própria e uma recriação original dos paradigmas metropolitanos. Essa curiosa segurança em torno do caráter presumidamente autônomo do fazer intelectual latino-americano impediu que se percebesse com mais sobriedade e realismo aquela produção teórica latino-americana que parecia representar o mais avançado pensamento na área política e institucional. Essa mesma certeza quase dogmática evitou que se analisasse com maior profundidade as mentalidades predominantes.

Tudo isso engendrou uma elementar ambigüidade ético-política no âmago da intelectualidade dedicada a assuntos públicos (ambigüidade que inclui uma insinceridade existencial), que tende a consolidar o espírito imitativo nos campos do pensamento teórico e a *praxis* política. Assim como o marxismo e correntes afins (por exemplo: a Teoria latino-americana da Dependência) constituam o marco indubitável de referência em décadas passadas, hoje em dia o neoliberalismo e a filosofia pós-modernista parecem configurar o paradigma obrigatório, o *main stream* do qual distanciar-se é nésquio, improdutivo e desnecessário. É plausível que a derrota do marxismo e do socialismo nunca tenha sido bem digerida, porque o mesmo espírito acríptico foi o responsável pela fácil adesão dos latino-americanos ao neoliberalismo – ou à moda seguinte, o populismo, o indigenismo ou à, agora muito celebrada, impugnação do neoliberalismo. A mentalidade prevaletente em numerosos âmbitos

intelectuais e universitários latino-americanos parece ser em grande parte uma posição comodista, imediatista e oportunista;¹⁵ as correntes de esquerda careceram, por exemplo, de uma visão diferenciada de fenômenos como o mercado e a democracia representativa: passaram sintomaticamente de uma rejeição dogmática a uma aceitação oportunista, o que sustenta a tácita renúncia – jamais lamentada – da clássica dimensão progressista de igualdade e solidariedade (PARAMIO, 1989; BOURRICAUD, 1989). Percebe-se também uma carência na reflexão acerca de temas éticos, que deveria ser uma tarefa permanente entre os intelectuais.¹⁶

Mas também é imprescindível mencionar boas notícias. A sociedade contemporânea do conhecimento e da informação, por um lado, e o surgimento de novas desigualdades, junto com identidades instáveis e precárias, por outro, nos mostram a significação e o peso de profissões, atitudes e valores que estão intimamente vinculados à área cognitiva e, por conseguinte, ao âmbito intelectual no sentido mais amplo. Nos meios de comunicação social de massa, parece haver uma oportunidade nada desprezível para empregar intelectuais generalistas, capazes de oferecer análises e comentários destinados ao grande público. É evidente que essa função está ligada a uma certa possibilidade de influir sobre a opinião pública e sobre a delimitação de políticas governamentais, ainda que esses postos estejam marcados pela insegurança. Em um terreno, ao menos, parece existir uma considerável demanda por intelectuais formados em ciências sociais e política: no campo do planejamento institucional e da engenharia política. Esse é o terreno no qual os especialistas compartilham com os intelectuais clássicos algumas características como a discussão de alternativas e o aproveitamento de experiências externas. O declínio da pesquisa na universidade pública e privada, seu deslocamento para centros privados e a

15. Cf. a opinião claramente exagerada a este respeito de PETRAS, 1990a:102-112.

16. Para o caso boliviano cf. CHÁVEZ ZAMORANO, 2001a:6.

aparição de um novo tipo de mecenato, financiado pela empresa privada, modificam obviamente temas e modos de pesquisa, nem sempre restringindo a liberdade do pesquisador, nem impondo um modelo único de pensamento (MIREs, 2000:97-103).

Por outro lado, percebe-se um claro incremento do âmbito tecnocrático. Essa “cultura das assessorias e das regras dos especialistas” se nota sobretudo na esfera político-econômica (cf. CENTENO e SILVA, 1998). Ela apresenta-se a si mesma como a representação da objetividade científica e da neutralidade ideológica, mas parte *a priori* de normas e presunções que são consideradas como de óbvia validade, como algo discutido com base em todos os princípios genuinamente científicos. Por isso, uma análise das atuais modalidades das interações entre intelectuais e poder ou entre especialistas e formulação de políticas públicas constitui ainda um problema importante.

A decadência de qualidade de numerosas universidades estatais coincide também com a inclinação das universidades privadas por cursos rentáveis (de caráter comercial), o que produz um ambiente geral pouco propício à pesquisa, às ciências sociais e às humanidades,¹⁷ ambiente em acordo, por outra parte, com a propagação de uma cultura superficial e com o auge das modas pós-modernistas. Segundo estas últimas, o princípio da indeterminação, a impossibilidade de estabelecer gradações e hierarquias entre os conhecimentos, a tese do “tudo é válido” e a incomensurabilidade de todas as expressões culturais entre si permitiram um louvável pluralismo axiológico, mas também o reino da imprecisão, da arbitrariedade e do oportunismo.

Ainda que não existam dados empírico-documentais que permitam afirmações seguras, a observação de muitos fenômenos desse campo parece permitir o seguinte enunciado: o peso crescente de tecnocratas de tendência neoliberal poderia correr paralelamente a cortes orçamentários que afetam os terrenos da extensão cultural,

17. Cf. o excelente ensaio de BAGÚ, 1988:17-37.

das publicações e da pesquisa científica. O campo das ciências sociais parece sofrer “perseguição e discriminação”. Um autor afirmou que se pretende “corromper e subordinar” essas disciplinas “aos interesses do capital e da ideologia dominante. Os intelectuais se vêem obrigados com frequência a matizar suas críticas, quando não a silenciá-las”.¹⁸ Ainda que essas opiniões estejam tingidas por ideologias esquerdistas convencionais, é preciso considerar a possibilidade de que o modelo neoliberal tenha induzido, mesmo que indiretamente, uma espécie de desprestígio das ciências sociais e, de maneira concomitante, uma diminuição da qualidade intelectual dos produtos dessas disciplinas e, assim, um declínio da consciência crítica da sociedade com relação si mesma.

3. Os intelectuais e o poder

O traço determinante e preocupante dos intelectuais do Novo Mundo reside, desde a independência, na relação ambivalente e instável, mas às vezes muito íntima, com o poder político. Segundo alguns estudos históricos baseados em um amplo material documental, desde antes da independência, a maioria dos que hoje chamamos intelectuais tinha uma mentalidade escolástica, pré-moderna, tradicionalista, autoritária e estreitamente vinculada ao poder de fato do Estado, apesar das muitas leituras de autores ilustrados franceses e britânicos e apesar de adotar de modo ostensivo uma ideologia liberal-democrática e um programa modernizante (STOETZER, 1966 (2 vols.); STOETZER, 1982).

De acordo com *Norbert Lechner*, os intelectuais, independentemente de sua filiação ideológica, não pararam de influir sobre a vida política da América Latina desde os começos da vida republicana. “[...] foram os especialistas em produzir ou reproduzir os valores e mundos simbólicos, as crenças e representações coleti-

18. RODRÍGUEZ ARAUJO, 1990:145; para outros aspectos do caso mexicano cf. *ibid.*, pp. 146-153; SCHOIJET, 1990:138-144.

vas, enfim, as idéias e imagens que uma sociedade faz sobre si mesma” (LECHNER, 1997:34).

Segundo *Octavio Paz*, a característica distintiva da América Latina é a falta de uma tradição crítica, moderna, aberta à ciência, à análise e ao questionamento das próprias premissas (PAZ, 1983:152s). Não há dúvida de que os intelectuais poderiam ter realizado um trabalho mais efetivo para implantar uma atitude basicamente crítica nessas terras. Grandes grupos de intelectuais tiveram e têm muitas vezes relações privilegiadas com o poder político, o que não fomenta necessariamente a inclinação aos questionamentos profundos. Mas ao mesmo tempo – e aqui reside a complexidade e a ambivalência liminar do assunto – os intelectuais foram os artífices da notável cultura letrada do Novo Mundo, uma cultura de excelente qualidade intrínseca e não isenta de um espírito indagador e até questionador (Cf. GONZÁLES STEPHAN, 1996; MATO, 1994). E, em segundo lugar, desde o período da Independência os intelectuais desempenharam um papel de destaque na formação das identidades coletivas; essa atividade de *atores sociais e culturais* se desenvolveu freqüentemente à sombra do Estado e, sobretudo, dos governos – ou seja: de uma maneira subalterna – e influenciou em primeiro lugar sobre as camadas privilegiadas da população.¹⁹ Sem essa contribuição essencial, porém, à conformação de identidades nacionais, a história da América Latina teria sido bem diferente, já que os intelectuais foram, ao menos parcialmente, os produtores de sentido mais notáveis que engendraram as sociedades latino-americanas.

Ainda que os intelectuais tenham estado desde o começo muito vinculados ao Estado e ao governo, em um campo muito mais amplo deixaram sua marca no que poderíamos chamar, de modo

19. Cf. a grande obra de caráter comparativo: MILLER, 1999. Para o caso concreto do Perú cf. NEIRA, 1996; para o caso boliviano cf. *PRESENCIA* (La Paz) del 13 de mayo de 2001, suplemento *REPORTAJES*, dedicado monograficamente ao tema: “En el siglo XX. La herencia del pensamiento boliviano”.

impreciso, as metas de normatização das sociedades latino-americanas, como projetos de modernização e democratização. Justamente as modestas conquistas de uma modernização periférica e uma democratização precária foram temas preferidos de reflexão e crítica dos intelectuais até o dia de hoje, por tais êxitos acharem-se muito abaixo das expectativas dos próprios pensadores e ensaístas políticos. Muitos deles se dedicaram a mostrar as carências de uma identidade nacional considerada, com persistência, como insatisfatória.

Para vislumbrar as múltiplas relações entre os intelectuais e o poder se podem considerar, de acordo com *Heidulf Schmidt*, vários exemplos, que vão desde o pleno exercício do poder pelos intelectuais até a ausência de qualquer relação com o mesmo, passando por funções como legitimação do poder, assessoria de governos legitimamente constituídos e crítica do regime de turno. Essa tipologia refletiria “o compromisso heterogêneo”²⁰ dos intelectuais frente ao poder real, tipologia que pode ser complementada mediante qualificações dos intelectuais como “utopistas *versus* realistas”, “fanáticos *versus* cínicos”, “engajados” frente a “indiferentes”, “inovadores” frente a “tradicionalistas” e várias alternativas adicionais. Como afirmou *Schmidt*, esse leque de possibilidades demonstra “que não existe a figura do intelectual com valor absoluto para todos os tempos” e que, por último, não se pode prescrever o que deveriam fazer os intelectuais em cada uma das circunstâncias histórico-políticas (*SCHMIDT*, 1999:361s).

Como afirmei anteriormente, o marco geral de referência e as relações dos intelectuais com as variadas instâncias do poder político-institucional mudaram notavelmente com relação à época anterior a 1980, quando estavam vigentes o clima revolucionário, as idéias da imprescindível reforma radical e a fé no progresso e na evolução histórica ascendente. Da contraposição de dois projetos civilizatórios fundamentalmente distintos – o anterior latino-americano baseado em grande parte em uma imagem pré-moderna do

20. *SCHMIDT*, 1999:361 (seguindo um argumento de *Norberto Bobbio*).

mundo e o norte-americano fundamentado em um modernismo consumista (BAPTISTA GUMUCIO, 1986) – passou-se, em um lapso temporal muito breve, à imitação indiscriminada (e muitas vezes com uma justificativa cínica) do chamado paradigma neoliberal e pós-modernista,²¹ e nessa empreitada os intelectuais contemporâneos, como os catedráticos universitários de ciências sociais, tiveram um papel certamente notável, ainda que não decisivo. Como já se mencionou, com frequência estiveram e estão desprovidos de um enfoque genuinamente crítico.²²

Não há dúvida, no entanto, de que os intelectuais *também* puderam influir muito positivamente sobre os processos de mudança política – como parece ter sido o caso chileno –, quando eles souberam construir centros de excelente reputação acadêmica com estabilidade institucional e quando puderam atuar positiva e permanentemente sobre a opinião pública.²³ Lamentavelmente essa não é a regra no Novo Mundo.

Para explicar a evolução dos intelectuais nas últimas décadas, *James Petras*, uma voz da esquerda radical, postulou a tese de que as ditaduras militares e a violência estatal, por um lado, e as agências internacionais do norte com seus sistemas confortáveis de financiamento, por outro, teriam tido efeitos domesticadores e inibidores sobre os intelectuais, dos quais estes não puderam se recuperar.²⁴ Os intelectuais em todo o mundo teriam iniciado a partir mais ou menos de 1980 uma “retirada” de posições marxistas e

21. Sobre a conjunção entre neoliberalismo e pós-modernismo e as causas de sua expansão entre os intelectuais latino-americanos cf. a brilhante obra de LARRAÍN IBÁÑEZ, 1996.

22. Para o caso chileno cf. JOCELYN-HOLT, 1998, no qual o autor, em tom pessimista, se pergunta para que serviram a análise e a reflexão intelectuais ao longo das últimas décadas. Cf. de perspectivas distintas: MOULIÁN, 1983:7-19; BRUNNER, 1990:177-190.

23. PURYEAR, 1994; GARCÍA CANTÚ e CAREAGA, 1993. Faltam estudos deste tipo e desta qualidade para os outros países latino-americanos.

24. PETRAS, 1993:166; cf. a resposta de VILAS, 1993:165-169.

revolucionárias em direção a outras mais realistas, cômodas e úteis para a carreira profissional. Os intelectuais, muito sensíveis às mudanças do poder nas esferas política, econômica e cultural, teriam registrado o declínio do movimento sindical e a ascensão do novo capitalismo, e teriam aderido às forças momentaneamente vitoriosas, sem reparar, porém, que o triunfo do neoliberalismo se assenta sobre uma base precária (o saque do Estado) e sobre a destruição do tecido social e do meio ambiente. A agora invocada luta contra o “estatismo” se faria em nome de uma “quimérica sociedade civil” (PETRAS, 1990b:92s), sob o manto de um “revisonismo gramsciano”, da “doutrina da indeterminação”, ou, em forma cínico-realista, por causa de alguma assessoria bem provisionada. Os “intelectuais orgânicos vinculados aos e dependentes dos movimentos populares” do passado teriam se transformado em “intelectuais institucionais atados a agências de financiamento estrangeiras”. Esses intelectuais não estariam mais integrados com os ativistas políticos populares, mas com “seus patronos estrangeiros”, com suas audiências e exigências.²⁵

Essa opinião, ainda extremamente popular nos mais variados setores sociais,²⁶ não considera a história factual das últimas décadas e não corresponde à complexidade que alcançaram as sociedades latino-americanas. Por um lado estende o cômodo manto do silêncio e do esquecimento sobre os inumeráveis aspectos negativos – e até monstruosos – vinculados aos regimes socialistas, aos movimentos populares e a seus intelectuais orgânicos. Essa concepção não percebe nada criticável na Cuba contemporânea, como não

25. PETRAS, 1990a:103, 107, 109. Sobre esta posição cf. SCHMIDT, 1999:361-368.

26. Franz J. Hinkelammert supõe que até hoje permaneceu um “controle institucionalizado” que exerce uma eficaz, ainda que dissimulada, censura sobre os conteúdos do ensino e da pesquisa nas universidades da América Latina, sob a qual se impede o pensamento sobre alternativas sérias ao regime presente e entorpece um pensamento intelectual genuinamente próprio (um saber subversivo). Cf. HINKELAMMERT, 1990:131-137.

considerou nenhum problema nos outros regimes revolucionários do terceiro mundo e nos decadentes estados comunistas do norte. Além disso, como indica *Carlos M. Vilas*, houve um elemento que *James Petras* não menciona de modo algum e que facilitou a conversão dos intelectuais orgânicos em domesticados. Em todas as suas variantes, esse grupo se distinguiu por uma visão elitista e jacobina da política, por uma atenção exorbitada a tudo que tem relação com o Estado e seus aparelhos e por uma clara percepção burocrática e tecnocrática de assuntos políticos, sociais e culturais (VILAS, 1990:129). *Vilas* vislumbra uma esperança naqueles intelectuais que não são nem os apocalípticos de ontem nem os domesticados de hoje e que, de modo viável, “são capazes de pôr seu instrumental específico a serviço de processos reais de transformação social” (VILAS, 1990:130; CAMP, 1988). Alguns pensadores radicais ainda crêem que, apesar dos processos de domesticação, existiria entre os intelectuais uma “irmandade universal comprometida politicamente contra os sistemas dominantes” (FALS BORDA, 1990:86), ainda que seja difícil indicar as bases teóricas, o programa político e a localização dessa irmandade.

Benjamín Arditi assinala, por sua vez, que os intelectuais orgânicos propugnados por *James Petras* não tocaram nem resolveram o problema de sua identidade (quem eram e o que queriam na realidade) e que, por isso, nunca tiveram a possibilidade de formular as perguntas adequadas a seu momento e propor respostas realistas e eficazes. Segundo *Arditi*, a identidade contemporânea dos intelectuais constitui um problema muito mais complexo: o trabalho do cientista social se tornou mais profissional e especializado e está submetido a um exame mais severo que antes; os intelectuais têm hoje que assumir o risco dos equívocos e dos prognósticos errados como um fato quase cotidiano; na vida política e profissional é preciso aceitar a necessidade do compromisso e a negociação permanentes. E tudo isso sem perder de vista a linha de continuidade histórica que vincula os intelectuais de hoje com os de ontem (ARDITI, 1990, passim).

4. Campos pouco investigados

Nesse contexto, deve-se mencionar alguns terrenos pouco estudados em décadas passadas e que agora mereceriam ser analisados. As causas profundas do declínio das esquerdas latino-americanas e o enfraquecimento concomitante do outrora forte vínculo entre intelectualidade e movimentos progressistas de gênero e consistência muito distintos não foram debatidos exaustivamente (Cf. VILAS, 1998:64-74). Um caso muito interessante é a auto-imagem e a auto-interpretação de alguns intelectuais de esquerda que tiveram um papel de protagonistas políticos, nas quais se percebe sua perplexidade ante a problemática atual (Cf. RAMÍREZ, 1999). Por isso, não é surpreendente que alguns dos estudos mais interessantes sobre a própria esquerda provenham de autores considerados como conservadores ou moderados.²⁷

A importância política e sociocultural dos intelectuais, porém, – por exemplo na criação de nexos entre os partidos políticos e o campo das idéias e programas ou, recentemente, em sua contribuição teórica à construção de uma democracia moderna no Novo Mundo – continua sendo uma temática digna de renovados esforços investigativos (Cf. WEFFORT, 1985:234-241).

O papel dos intelectuais como manipuladores de valores nos partidos políticos, incluídos os progressistas, merece particular atenção. Um caso paradigmático foi o do *Partido Aprista Peruano* (PAP), partido de tendência social-democrática e dedicado à modernização do Peru em todos os sentidos, mas que em seu interior reproduzia – ou continua reproduzindo –, constante e premeditadamente pela ação de seus intelectuais, valores de orientação pré-modernos, pseudorreligiosos e até irracionais, como o mito do

27. GHIRETTI, 2002 (livro que estuda as contribuições, dentre outros autores, de Raymond Aron, Jürgen Habermas, Leszek Kolakowski, Thomas Molnar, Richard Rorty e Robert Spaemann ao esclarecimento do que pode ser a esquerda.).

refúgio, a veneração cega dos líderes e a dicotomia amigos/inimigos para compreender a diversidade social.²⁸ Esse caso não é o único, obviamente.

Por outro lado, é preciso aprofundar os estudos sobre o papel dos intelectuais no interior dos meios contemporâneos de comunicação social, precisamente considerando seu caráter massificado e tendencialmente apolítico,²⁹ e seu comportamento frente à crescente manipulação político-cultural de grandes fenômenos de massas como o esporte e o espetáculo (Cf. MONSIVÁIS, 2000; ESCALANTE GONZALBO, 1994).

Paradoxalmente, falta uma investigação acerca dos principais valores de orientação dos intelectuais, intelectuais cujo núcleo profundo provavelmente não tenha variado muito nas últimas décadas. Uma possível mostra disso é o caráter persistentemente escolástico das universidades latino-americanas, públicas e privadas, que se assemelham mais às “altas escolas” medievais do que a instituições de autêntica pesquisa científica, dedicadas a divulgar a universalidade do pensamento e não a praticar delimitados saberes técnicos, que são os que impõem as modas comerciais e os interesses empresariais do dia (MOLS, 1985:114). Ainda que não haja base empírica, é plausível adiantar a hipótese de que os intelectuais seguem incorporando curiosamente os valores mais convencionais da tradicional cultura política latino-americana, inclusive alguns elementos de autoritarismo, mas agora sob a roupagem tecnocrática que prescreve a convenção do momento.³⁰ (Aqui é indispensável citar, entretanto, que o retorno da democracia liberal alterou, com êxito, o peso tra-

28. Cf. a grande obra de antropologia social, baseada em amplos materiais empíricos e documentais: VEGA-CENTENO, 1991; cf. também ADRIANZÉN, 1998:75-86.

29. Cf. dentre outros o número monográfico de *CONTRIBUCIONES* (Buenos Aires), vol. XIII, Nº 2 (= 50), abril/junio de 1996, dedicado ao tema: “Medios de comunicación en tiempos de cambio”, especialmente os ensaios: BRUNNER, pp. 7-18; FERNÁNDEZ, pp. 19-31; TERRERO, pp. 89-103.

30. MOLS, 1985:124-132. Cf. também: WIARDA, 1995, passim.

dicional da cultura do autoritarismo, difundindo entre quase todos os grupos sociais e ocupacionais uma propensão contrária ao legado autoritário.) Numerosos intelectuais tendem a um invariável oportunismo, privilegiam a esperteza sobre a inteligência e as modas culturais sobre a análise científica séria.³¹

É preciso repensar a mudança drástica da imagem dos Estados Unidos na mentalidade que prevalece entre os intelectuais latino-americanos nos últimos quinze a vinte anos, assim como a imagem concomitante que os latino-americanos constroem de si mesmos frente à Europa e à América do Norte. As alterações a esse respeito são sintomáticas para compreender as notáveis mudanças de mentalidade coletiva que ocorreram nas últimas décadas e que afetam em primeiro lugar o imaginário dos intelectuais (RUSSELL, 1992:977-985; GRAF, 1992:999-1010) e a paradoxal facilidade com a qual destacados intelectuais progressistas foram cooptados por regimes neoliberais, assumindo altos cargos da administração pública e da diplomacia. Isso se relaciona também com um elemento que não foi estudado a fundo: a fascinação que o exercício do poder quase sempre irradiou sobre inumeráveis intelectuais, independentemente de sua posição ideológica. Segundo *Octavio Paz*, os intelectuais se obcecaram pelo poder, mais do que pela construção de riqueza, e, acrescenta *Paz*, “naturalmente” mais do que pela expansão do saber (PAZ, 1979:324).

Não se analisou suficientemente a obsessão dos intelectuais por alguns aspectos permanentes do pensamento utópico, como por exemplo a paixão pelo ilimitado (Cf. DOMENACH, 1970:37). Especial atenção merece também o papel dos intelectuais nos últimos anos, quando o paradigma neoliberal começa a rachar e diversos membros desse grupo redescobrem seus ideais críticos com respeito ao capitalismo, e quando a apatia e a despolitização que o neoliberalismo produziu se traduzem em uma nova onda de lide-

31. Cf. um testemunho anterior: DEMO, 1982:89-123; ZAID, 1990:21ss.

ranças populistas, messiânicas e autoritárias, onda reivindicada por não poucos ensaístas políticos.³²

Seria interessante averiguar as causas pelas quais os intelectuais descuidaram (quase sistematicamente), ao longo das últimas décadas, de grandes áreas da relação entre teoria e *praxis*, entre o saber especializado e o fazer cotidiano, como a estrutura e as manifestações da tradicional cultura política do autoritarismo (fenômeno estudado quase exclusivamente por eruditos provenientes de outras áreas geográficas). Outros temas desconsiderados são os nexos entre a religião e as crenças populares, por um lado, e a conformação de padrões recorrentes de comportamento sociopolítico, por outro; e o emaranhado de trâmites e regulações burocráticas que dificultam a vida do cidadão comum. Os intelectuais se dedicaram a outras áreas (com um frenesi tardio, sintomático e suspeito) quando essas foram previamente declaradas como campos de estudo e ação por instituições internacionais como o Banco Mundial. Entre essas temáticas se encontram principalmente a problemática ecológica e do meio ambiente, a reforma do Poder Judiciário, os alcances do que difusamente se conhece como a sociedade civil³³ e o complexo e ubíquo fenômeno da corrupção.

5. Conclusões provisórias

Os processos de globalização e modernização não anulam todas as funções e os trabalhos dos intelectuais na América Latina, mas provavelmente as modifiquem profundamente. Com certa segurança, pode-se esperar que a diferenciação crescente de papéis ocupacionais deteriore a clássica função dos intelectuais enquanto

32. Sobre esta complexa temática cf. entre outros: MADUEÑO, 1997:31-56; CANSINO e SERMEÑO, 1997: 557-571; LECHNER, 1991:569-581; RIVAS LEONE, 2000:6-12.

33. Sobre os mais diversos aspectos da sociedade civil cf. a exhaustiva obra de LAUGA, 1999:265-296.

produtores privilegiados de sentido. Os intelectuais sobreviverão a essas modificações convertidos possivelmente em especialistas em áreas e temáticas cada vez mais especializadas, como assessores políticos, funcionários de instituições dedicadas à pesquisa, catedráticos universitários, professores de colégios secundários ou transformados em jornalistas e empregados dos meios de comunicação de massa, nos quais ainda persiste – ainda que popularizada e simplificada – a necessidade de contar com produtores de sentido e intérpretes mais ou menos críticos de valores gerais e de padrões coletivos de comportamento.

Aproximadamente a partir de 1980, os intelectuais desempenharam um importante papel no chamado processo de transição para a democracia, quando assumiram a importantíssima função de redescobrir os valores permanentes (e não só instrumentais e temporais) da moderna democracia representativa e pluralista e dos direitos humanos, de torná-los públicos e de adaptá-los às realidades específicas de seus respectivos países. Os intelectuais começaram a criticar, além disso, a vinculação de grandes setores das esquerdas com a tradição cultural do autoritarismo, centralismo e burocratismo e com o papel trágico das utopias globalizadoras. O atual processo de modernização, traduzido na já mencionada profissionalização dos intelectuais e na diferenciação de seus papéis, contribui para formar uma constelação que, segundo *Néstor Garcia Canclini*, é favorável ao avanço da vida intelectual e à consolidação da democracia, uma constelação que se manifesta na crescente “autonomia do campo cultural” (GARCÍA CANCLINI, 1985:153).

Para finalizar, podemos conceber uma imagem equilibrada dos intelectuais, que nos mostraria que eles não são os únicos responsáveis pelos defeitos e pelas lacunas das identidades nacionais e da cultura política, que seu papel foi importante, sem ser decisivo, e que suas inclinações mais íntimas estiveram muitas vezes isentas de um espírito crítico e independente, mas também podemos concluir que deram uma contribuição substancial à criação das identidades coletivas e que muitas vezes souberam oferecer uma visão veraz e desa-

paixonada de sociedades marcadas pelo atraso histórico e simultaneamente pela complexidade social.

Referências bibliográficas

- ADRIANZÉN, Alberto. Perú. Adiós a la izquierda. *Nueva Sociedad*, n. 157, p. 75-86, set./out. 1998.
- AÍNSA, Fernando. El desafío de la identidad múltiple en la sociedad globalizada. *Universum. Revista de la Universidad de Talca*, v. 12, p. 7-22, 1997.
- ARDAO, Arturo. *Etapas de la inteligencia uruguaya*. Montevideo: Universidad de la República, 1971.
- ARDITI, Benjamín. Intelectuales y política. *David & Goliath* (Buenos Aires), n. 56, passim. vol. 1990.
- ARON, Raymond. *L'opium des intellectuels*. París: Calmann-Lévy, 1955.
- ARROSA SOARES, Maria Susana. Apresentação. In: ARROSA SOARES, M. S. (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985.
- AZEVEDO MARQUES DE SAES, Décio. Os intelectuais e suas associações. In: ARROSA SOARES, M. S. (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985.
- BAGÚ, Sergio. Universidad y Estado en América Latina: historia de encuentros y desencuentros. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* (México), vol. XXXIV, n. 134, p. 17-37, out./dez. 1988.
- BAPTISTA GUMUCIO, Mariano. *Latinoamericanos y norteamericanos*. Cinco siglos de dos culturas. La Paz: Artística, 1986.
- BAVEREZ, Nicolas. *Raymond Aron*. Un moraliste au temps des ideologies. París: Flammarion, 1993.
- BLANCHOT, Maurice. *Les intellectuels en question*. Ébauche d'une réflexion. París: Fourbis, 1996.
- BOBILLO, Francisco J. Intelectuales: pasado y presente. *Debate Abierto. Revista de Ciencias Sociales* (Madrid), n. 7, p. 25-48, primavera de 1992.

- BOLÍVAR MEZA, Rosendo. Un acercamiento a la definición de intelectual. *Estudios Políticos* (México), n. 30, p. 123-141, maio/ago. 2002.
- BOURRICAUD, François. *Los intelectuales y las pasiones democráticas*. México: UNAM, 1989.
- BRUNNER, José Joaquín, FLISFISCH, Angel. *Los intelectuales y las instituciones de la cultura*. Santiago de Chile: FLACSO, 1983.
- BRUNNER, José Joaquín. [contribuição para uma discussão] In: ARROSA SOARES, M. S. (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985. p. 62s.
- _____. La función utópica de los intelectuales. In: ARROSA SOARES, M. S. (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985. p. 22-31, especialmente p. 26s.
- _____. Los cambios en la cultura y la civilización emergente. *Universum. Revista de la Universidad de Talca*. v. 12, p. 23-32, 1997.
- _____. Los intelectuales y la democracia. In: STUVEN, Ana M. (Org.). *Democracia contemporánea*. Santiago, 1990. p. 177-190.
- _____. *Intelectuales y democracia*. América Latina, cultura y modernidad. México: Grijalbo, 1992. p. 182.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. Los intelectuales y el Estado. In: ARROSA SOARES, M. S. (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985. p. 119-123.
- CAMP, Roderic A. *Intellectuals and the State in Twentieth-Century Mexico*. Austin: Texas University Press, 1985.
- _____. Roderic Ai. *Los intelectuales y el Estado en el México del siglo XX*. México: FCE, 1988.
- CANCINO TRONCOSO, Hugo, H. DE SIERRA, C. DE SIERRA (Orgs.). *Ideas, cultura e historia en la creación intelectual latinoamericana, siglos XIX y XX*. Quito: Abya-Yala, 1998.
- CANSINO, César, SERMEÑO, Angel. América Latina: una democracia toda por hacerse. *Metapolítica* (México), v. I, n. 4, p. 557-571, 1997.
- CENTENO, Miguel A., SILVA, Patricio (Orgs.). *The politics of expertise in Latin America*, Londres/New York: Macmillan/St. Martin's Press, 1998.

- CERUTTI GULDBERG, Horacio. *Hacia una metodología de la historia de las ideas (filosóficas) en América Latina*. México: Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos, 1997.
- CHÁVEZ ZAMORANO, Omar. La desorientación ética de los nuevos intelectuales. *Pulso* (La Paz) v. 2, n. 105, p. 6, 27 jul. 2001a.
- _____. Los pensadores en huelga indefinida. *La Razon* (La Paz), suplemento *Ventana* de 18 marzo 2001b.
- CHOMSKY, Noam. *La responsabilidad de los intelectuales*. Barcelona: Ariel, 1970.
- CONTRIBUCIONES (Buenos Aires), v. XIII, n. 2, abril/jun. 1996. Dedicado ao tema: “Medios de comunicación en tiempos de cambio”, especialmente os ensaios: BRUNNER, José Joaquín. Comunicación y política en la sociedad democrática, p. 7-18; FERNÁNDEZ, Eduardo. Medios de comunicación: ¿Substitutos de la actividad política?, p. 19-31; TERRERO, Patricia. Tecnopolítica, cultura y mercado en la sociedad mediática, p. 89-103.
- CRISTOFFANINI, Pablo R. Esencial o híbrida? La cuestión de la cultura nacional en México. In: TRONCOSO, Hugo Cancino, KLENGEL, Susanne, LEONZO, Nanci (Comps.). *Nuevas perspectivas teóricas y metodológicas de la historia intelectual de América Latina*. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 1999. p. 95-122.
- DEMO, Pedro. *Intelectuais e vivaldinos*. Da crítica acrítica. São Paulo: ALMED, 1982. p. 89-123.
- DIRMOSER, Dietmar. Segunda página. *Nueva Sociedad* (Caracas), n. 170, nov./dez. 2000, p. 3s.
- DOMENACH, Jean-Marie. Las causas de un fracaso. In: MOLNAR, Thomas, DOMENACH, Jean-Marie, DE LA FUENTE, Juan Marcos. *La izquierda en la encrucijada*. Madrid: Unión, 1970, p. 37.
- EISENSTADT, S. N. *Intellectuals and Tradition*. New York: Humanities Press, 1973.
- ESCALANTE GONZALBO, Fernando. *El principito o al político del porvenir*. México: Cal y Arena, 1994.
- FALS BORDA, Orlando. El Tercer Mundo y la reorientación de las ciencias contemporáneas. *Nueva Sociedad*, n. 107, maio/jun. 1990, p. 86.
- FERNÁNDEZ, Eduardo. Medios de comunicación: ¿Substitutos de la actividad política? *Contribuciones* (Buenos Aires), l. XIII, n. 2, p. 19-31, abril/jun. 1996.

- FLISFISCH, Angel Algunas hipótesis sobre la relación entre intelectuales y partidos políticos en Chile. In: ARROSA SOARES, M. S. (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985. p. 12-21.
- FRANCO, Jean. *La cultura moderna en América Latina*. México: Mortiz, 1971.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Campo intelectual y crisis socio-económica. In: ARROSA SOARES, M. S. (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985. p. 153.
- _____. Néstor. *La globalización imaginada*. México: Piados, 1999.
- GARCÍA CANTÚ, Gastón, CAREAGA, Gabriel. *Los intelectuales y el poder*. México: Mortiz, 1993.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. *La faz sumergida del iceberg*. Estudios sobre la transformación cultural. Santiago de Chile: CESOC/LOM, 1994.
- GHIRETTI, Héctor. *La izquierda*. Usos, abusos, confusiones y precisiones. Barcelona: Ariel, 2002.
- GONZÁLES STEPHAN, Beatriz (Org.). *Cultura y Tercer Mundo*. vol. II: *Nuevas identidades y ciudadanías*. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.
- GRAF, Marga. Zivilisation und Barbarei. Zur Selbstdarstellung Lateinamerikas gegenüber Europa (Civilização e barbárie. Sobre a auto-representação da América Latina frente à Europa). In: REINHARD, Wolfgang, WALDMANN, Peter (Comps.). *Nord und Süd in Amerika*. Gegensätze, Gemeinsamkeiten, europäischer Hintergrund (Norte e Sul na América. Contradições, similitudes, substrato europeu), Freiburg: Rombach, 1992. vol. II, p. 999-1010.
- HINKELAMMERT, F. J. La libertad académica bajo control en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 107, p. 131-137, mai/jun. 1990.
- HOPENHAYN, Martín. *América Latina: la visión de los científicos sociales*. *Nueva Sociedad*, n. 139, p. 139ss, set.out. 1995.
- HÜBINGER, Gangolf. Die europäischen Intellektuellen 1890-1930 (Os intelectuais europeus 1890-1930). *Neue Politische Literatur*, v. 35, n. 1, p. 34-54, 1994.
- JOCELYN-HOLT, Alfredo. *El Chile perplejo*. Del avanzar sin transar al transar sin parar. Santiago de Chile: Planeta/Ariel, 1998.

- JORRÍN, Miguel, MARTZ, John D. *Latin American political thought and ideology*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1970.
- LARRAÍN IBÁÑEZ, Jorge. *Modernidad, razón e identidad en América Latina*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1996.
- LAUGA, Martín. *Demokratietheorie in Lateinamerika*. Die Debatte in den Sozialwissenschaften (A teoria da democracia na América Latina. O debate nas ciências sociais). Opladen: Leske + Budrich 1999. p. 265-296.
- LECHNER, Norbert. Intelectuales y política: nuevo contexto y nuevos desafíos. *Los intelectuales y los dilemas políticos en el siglo XX*. México: FLACSO/Triana, 1997, p. 34.
- _____. A la búsqueda de la comunidad perdida. Los restos de la democracia en América Latina. *Revista Internacional de Ciencias Sociales* (Madrid), n. 9, p. 569-581, 1991.
- LÖWI, Michel. *Para una sociología de los intelectuales revolucionarios*. México: Siglo XXI, 1978.
- MADUEÑO, Luis E. Crisis y descomposición de la política en América Latina. *Revista Venezolana de Ciencia Política* (Mérida), n. 12, p. 31-56, 1997.
- MARICHAL, Juan. *Cuatro fases de la historia intelectual latinoamericana*. Madrid: Cátedra, 1978.
- MARSAL, Juan F. et al. *El intelectual latinoamericano*. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1970.
- MARSAL, Juan F. ¿Qué es un intelectual en América Latina? In: MARSAL, Juan F. et al. *Los intelectuales políticos*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971. p. 87 s.
- MATO, Daniel (Org.). *Teoría y política de la construcción de identidades y diferencias en América Latina y el Caribe*. Caracas: Nueva Sociedad/UNESCO, 1994.
- MEAD, Robert G. *Breve historia del ensayo hispanoamericano*. México: Studium, 1956.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MILLER, Incola. *In the Shadow of the State: intellectuals and the quest for national identity in twentieth-century spanish America*. Londres/New York: Verso, 1999.

- MIRES, Fernando. *Teoría política del nuevo capitalismo o el discurso de la globalización*. Caracas: Nueva Sociedad, 2000. p. 97-103.
- MIRÓ QUESADA, Francisco, ZEA, Leopoldo (Orgs.). *La historia de las ideas en América Latina*. Tunja: Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 1975.
- MOLS, Manfred. *Demokratie in Lateinamerika* (Democracia na América Latina). Stuttgart etc.: Kohlhammer, 1985. p. 114.
- MONSIVÁIS, Carlos. *Aires de familia*. Cultura y sociedad en América Latina. Barcelona: Anagrama, 2000.
- MOULIÁN, Tomás. Una reflexión sobre intelectuales y política. In: MOULIÁN, T. *Democracia y socialismo en Chile*. Santiago: FLACSO, 1983. p. 7-19.
- NEIRA, Hugo. *Hacia la tercera mitad*. Perú siglos XVI-XX. Ensayos de relectura herética. Lima: SIDEA, 1996.
- OLTRA, Benjamín. *Una sociología de los intelectuales*. Barcelona: Vicens Vives, 1978.
- PARAMIO, Ludolfo. *Tras el diluvio*. Madrid: Siglo XXI, 1989. passim.
- PAZ, Octavio. *El ogro filantrópico*. Barcelona: Seix Barral, 1979. p. 324.
- _____. *Tiempo nublado*. Barcelona: Seix Barral, 1983. p. 152s.
- PETRAS, James F. The metamorphosis of Latin America's intellectuals. *Latin American Perspectives*, v. 17, n. 2, p. 102-112, 1990a.
- _____. Los intelectuales en retirada. *Nueva Sociedad*, n. 107, p. 92s., maio/jun. 1990b.
- _____. Una pequeña parte de la lucha. *Nueva Sociedad*, n. 123, p. 166, jan./fev. 1993.
- PINEDO, Javier. Identidad y método: aproximaciones a la historia de las ideas en América Latina. In: TRONCOSO, Hugo Cancino, KLENGEL, Susanne, LEONZO, Nanci (Comps.). *Nuevas perspectivas teóricas y metodológicas de la historia intelectual de América Latina*. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 1999. p. 15-34.
- PRESENCIA (La Paz) 13 maio 2001, suplemento *REPORTAJES*, dedicado monográficamente ao tema: "En el siglo XX. La herencia del pensamiento boliviano".
- PURYEAR, Jeffrey M. *Thinking Politics*. Intellectuals and Democracy in Chile, 1973-1988. Baltimore/Londres: Johns Hopkins U.P., 1994.

- RAMÍREZ, Sergio. *Adiós muchachos*. Una memoria de la revolución sandinista. México: Aguilar, 1999.
- RIAL, Juan. Los intelectuales y la política en el Uruguay. Soberbia y expiación. In: ARROSA SOARES, M. S. (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985. p. 38, 40.
- RIPOLL, Carlos. *Consciencia intelectual de América*. Antología del ensayo hispanoamericano. New York: Las Américas, 1970.
- RIVAS LEONE, José Antonio. Repensar la democracia. Una lectura de Norbert Lechner. *Nueva Sociedad*, n. 170, p. 6-12, nov./dez. 2000.
- RODRÍGUEZ ARAUJO, Octavio. Neoliberalismo, crisis y universidades en México. *Nueva Sociedad*, n. 107, p. 145, maio/jun. 1990.
- ROIG, Arturo A. *Historia de las ideas, teoría del discurso y pensamiento latinoamericano*. Santafé de Bogotá: Universidad Santo Tomás de Aquino, 1993.
- RUSSELL, Robert. The Image of the United States in Latin America. In: REINHARD, Wolfgang, WALDMANN, Peter (Comps.). *Nord und Süd in Amerika*. Gegensätze, Gemeinsamkeiten, europäischer Hintergrund (Norte e Sul na América. Contradições, similitudes, substrato europeu), Freiburg: Rombach, 1992. vol. II, p. 977-985.
- SCHMIDT, Heidulf. Los intelectuales latinoamericanos: crisis, modernización y cambio. In: HENGSTENBERG, Peter, KOHUT, Karl, MAIHOLD, Günther (Orgs.). *Sociedad civil en América Latina: representación de intereses y gobernabilidad*. Caracas: Nueva Sociedad/ADLAF/Friedrich-Ebert-Stiftung/ILDIS, 1999.
- SCHOIJET, Mauricio. La ciencia en México. Del desarrollo al retroceso. *Nueva Sociedad*, n. 107, p. 138-144, maio/jun. 1990.
- SHILS, Edward. *Los intelectuales en los países en desarrollo*. México: DIMELISA, 1976.
- STABB, Martin S. *América Latina en busca de una identidad*. Modelos del ensayo ideológico hispanoamericano 1890-1960. Caracas: Monte Ávila, 1969.
- STOETZER, Carlos O. *Las raíces escolásticas de la emancipación de la América española*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.
- _____. *El pensamiento político en la América española durante el periodo de la emancipación (1789-1825)*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1966. (2 vols.)

- _____. *Iberoamérica*. Historia política y cultural. Buenos Aires: Docencia / Fundación Universidad a Distancia "Hernandarias", 1996-1998 (com uma extensa bibliografía).
- TERRERO, Patricia. Tecnopolítica, cultura y mercado en la sociedad mediática. *Contribuciones* (Buenos Aires), v. XIII, n. 2, p. 89-103, abr./jun. 1996.
- VEGA-CENTENO, Imelda. *Aprismo popular*. Cultura, religión y política. Lima: Tarea/CISEPA, 1991.
- VILAS, Carlos M. Contra el sectarismo. *Nueva Sociedad*, n. 123, p. 165-169, jan./fev. 1993.
- _____. La izquierda latinoamericana. *Nueva Sociedad*, n. 157, p. 64-74, set./out. 1998.
- _____. Sobre cierta interPertrasción de la intelectualidad latinoamericana. *Nueva Sociedad*, n. 107, maio/jun. 1990.
- WEFFORT, Francisco C. A contribuição teórica dos intelectuais ao processo de construção da democracia. In: ARROSA SOARES, M. S. (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985. p. 234-241.
- WIARDA, Howard J. *Democracy and Its Discontents*. Development, Interdependence, and U. S. Policy in Latin America. Lanham/Londres: Rowman & Littlefield, 1995. passim.
- ZAID, Gabriel. Intelectuales. *Vuelta* (México), n. 168, p. 21ss., nov. 1990.
- ZEA, Leopoldo. *Filosofía de la historia americana*. México: FCE, 1978.

Resumo

Este artigo destaca algumas ambivalências que existem na relação entre os intelectuais e a política na América Latina, especificamente as que se referem à reivindicação de um pensamento independente e à busca de criações próprias, por um lado, e à adoção de idéias, teorias e padrões provenientes do hemisfério norte, por outro. Condena-se uma “relação perversa” dos intelectuais com o poder, as suas ambições que os levam a fazer parte do poder, ainda que, se vistos de perto, em geral sua influência não tenha sido verdadeiramente tão decisiva. Destaca-se que em muitos casos os intelectuais foram cooptados por diferentes regimes e transformados em “legitimadores ritualistas”: “sua soberba não só lhes impediu vislumbrar a complexa e diferenciada realidade, como fomentou o voluntarismo político extremista mais perigoso”.

Apesar dessa crítica, argumenta-se que a contribuição dos intelectuais à criação de identidades coletivas é digna de elogio e ressalta-se a demanda por intelectuais e a existência de um espírito crítico, independente.

Os intelectuais e a política na Colômbia

FERNANDO URICOECHEA

O intelectual colombiano e, logicamente, o latino-americano é um tipo social cujas raízes históricas tem o seu berço original nas nascentes sociedades burguesas da Europa moderna. Essas sociedades foram adquirindo o seu perfil característico com a progressiva e paulatina transformação da sua organização política patrimonial – fundada na centralidade dos *privilégios* corporativos – em sociedades com uma organização política de corte liberal que começaram a gravitar em volta dos *interesses* e da nascente instituição do mercado. A extinção do privilégio – fonte e critério, até então, da legitimação da dominação política – e a imperativa necessidade da sua substituição por um critério não incluso de justificação e, por fim, pretendidamente mais racional, de dominação política deu, por força, origem à problematização automática da idéia de uma dominação legítima e, com isso, ao nascimento da ideologia.

Até então, a noção de tradição junto com a vigência do sagrado como princípios constitutivos da cultura política tinham feito desnecessária qualquer justificação da autoridade política sobre bases racionais. Porém com a desintegração das sociedades patrimoniais, a lenta derrubada da tradição e o surgimento das sociedades de mercado, tal justificativa se fez imprescindível. Surge assim, no cenário da vida social, a nova figura do intelectual. Sua tarefa central constituiu-se na defesa ideológica da nova ordem burguesa e na crítica à ordem tradicional que este último veio substituir.

O transplante desta nova categoria social ao solo americano teve, desde o seu começo, sérias vicissitudes, se for visto de uma perspectiva contemporânea. Efetivamente, como no caso de outras grandes instituições e formas sociais da história européia moderna – burguesia, proletariado, mercado, burocracia etc. — seu modelo original sofreu transformações consideráveis ao ser semeado no novo solo, provocando com isso a desfiguração do seu sentido original. Enquanto o intelectual europeu emerge como representante de uma nova ordem que põe em questão a validade de toda uma tradição – e em grande medida surge em oposição a esta –, o intelectual colonial latino-americano, o letrado, nascido numa sociedade em gestação e carente de qualquer tipo de tradição cumpre uma função essencialmente conservadora e organizadora: escorar ideologicamente o transplante das instituições da velha ordem do império espanhol ao solo americano.

Diferentemente do europeu, o nosso intelectual não surge na periferia de uma tradição e em oposição a ela mais sim, muito pelo contrário, no seio e centro da mesma. Não representa, nem muito menos, uma ruptura com o passado mas sim a continuidade institucional e a prolongação geográfica do mesmo. A tensão virtual e originária entre intelectual e poder, característica do contexto europeu, é aqui substituída por uma solidariedade real entre um e outro. O intelectual europeu, organicamente vinculado à Ilustração e ao questionamento da ordem aristocrática e hierárquica própria da realeza e do papado se mimetiza aqui no defensor da Contra-reforma e da autoridade monárquica.

De forma esquemática e, portanto, excessiva porém correta, poderia ser dito que o intelectual colonial latino-americano representa a antítese do europeu: um mesmo conceito para duas realidades antagônicas. Visto de outra perspectiva, a tragédia do intelectual colonial latino-americano radica em sua extemporaneidade: a implantação de uma categoria moderna, de inspiração racional, crítica e liberal em um contexto tradicional e de inspiração dogmática e hierarquicamente orientada. Seu modelo genuíno ti-

nha que ser desfigurado e pervertido ao ser desarraigado do seu contexto original.

1. O desaparecimento do *letrado* e o nascimento da *intelligentsia*

O fim da sociedade colonial latino-americana abre caminho ao aparecimento das sociedades nacionais. Estas sociedades se esforçam, acima de tudo, por superar a sua condição de dependência colonial ao mesmo tempo em que trabalham na construção de uma identidade cultural e de uma ordem institucional na medida dos seus projetos e ideais que vão tomando corpo com a lenta, mas firme institucionalização, de uma cultura burguesa, moderna, liberal que vai deslocando outra de cunho patrimonial, tradicional e corporativa. E essa transformação ocorre ao lado de outra simultânea no caráter e nas tarefas e funções do novo intelectual.

Uma característica pode ajudar a definir de forma brutalmente sintética e a compreender a natureza dessas mudanças, a saber: a característica hispano-americana. O letrado surge no seio de um contexto predominantemente *administrativo*, burocrático. O letrado é uma figura que faz parte de um sistema: a administração colonial de governo. Constitui, então, um elemento importante dentro do que no léxico contemporâneo, seguindo o costume anglo-saxão, foi chamado de “o estabelecimento”. Fora desse contexto específico, o letrado deixa de existir como tal. Poderia se dizer, então, que o letrado carece de uma identidade independente. É, em essência, um ator cuja ação está determinada de modo heterônomo. É um ator a serviço da administração do governo.

A *intelligentsia* é outra história. Inicialmente, é definida por três características diferentes às do letrado: em primeiro lugar, é alheia a qualquer tentativa de ser sociologicamente determinada em função de um contexto administrativo, burocrático e, menos ainda, de natureza colonial. Em segundo lugar, a identidade da *intelligentsia* se desprende da sua postura crítica diante do “status quo” e isto

lhe confere autonomia à sua conduta. Em terceiro lugar, sua identidade social é definida de maneira coletiva mais que individual. Por certo, não constitui uma classe social nem tão pouco um estamento ou uma corporação, mas seu modelo responde muito mais a demandas institucionais e culturais de inspiração coletiva – a elaboração de uma identidade e destino nacionais, principalmente – que ao emprego utilitarista e pragmático de um status social para benefício pessoal. Diferente do letrado – e não é por acaso que não existe um conceito *coletivo* para incluir a todos eles no seio de uma categoria semelhante –, a *intelligentsia* aspira, pelo menos de modo virtual, à criação de uma coletividade – assim seja nominal – que, como tal, potencialize o desenvolvimento da *idéia* de uma ordem político-racional. Nesse sentido, a tarefa do intelectual, do membro da *intelligentsia*, se caracteriza – no contexto da esfera propriamente política – por sua virtual orientação “utópica” por oposição à do *letrado*, orientado para a defesa da tradição e do “status quo”. Examinemos a continuação o novo estágio do desenvolvimento do intelectual que nos ocupa: o período pós-colonial.

2. Nacionalidade e Estado

O ideário do intelectual republicano no contexto latino-americano do século XX gravita em torno de duas questões tópicas: a idéia de *nacionalidade* e a de *Estado*. Estamos distantes agora das questões próprias do letrado colonial como foram aquelas relativas à criação de uma tradição e à conformação de uma ordem político-administrativa. Desta forma, nenhum dos dois, nem o letrado colonial nem o intelectual do século XX, colocou os problemas da desigualdade e do poder como questões urgentes da sua agenda ideológica. As peculiaridades históricas e institucionais próprias da gênese e desenvolvimento de nosso intelectual – por contraste, como já vimos, com as do europeu – deram ocasião para uma singular percepção sobre as relações entre Estado e nação ou, dito de outro modo, entre cultura e política.

Assim, e como conseqüência de uma perspectiva histórica de longo alento inexistente em nosso contexto, o pensamento latino-americano e o colombiano, em particular, quiseram equivocadamente ver relações *necessárias* entre Estado e nação ali onde não tem mais que relações contingentes, dado o caráter histórico de tais relações. Esta percepção muito provavelmente se explica pelo fato de terem sido ambos – Estado e nação – fruto de um mesmo acidente histórico: a experiência colonial. Ao nosso intelectual, submergido no “mediterrâneo” do seu mundo, não lhe foi possível saber da variedade de relações historicamente dadas em outros contextos entre o Estado e a nação.

Efetivamente,

“[Em] os grandes impérios asiáticos, como a China, o Estado é contemporâneo com a estrutura gentílica, o núcleo original das nacionalidades, é, ao mesmo tempo, solidário com essa estrutura. No caso europeu, o Estado é o resultado da desintegração da ordem gentílica e é, sim, posterior à nação, como é confirmado por qualquer italiano ou qualquer alemão. Na América Latina, em compensação, a relação se altera: aqui as nacionalidades foram forjadas pelos Estados artificialmente criados pela conquista e a colonização européia. As únicas autênticas nacionalidades anteriores, no nosso caso, correspondem às etnias indígenas que acidentalmente conseguiram conservar a sua identidade depois do apocalíptico assentamento dos conquistadores [...] Nossa nacionalidade foi, então, forjada pelo Estado e por isso mesmo acarreta sempre consigo a possibilidade de ser regida e tutelada politicamente. É uma nacionalidade heterônoma, constituída pelo lado de fora: patrocinada mais pela política do que pela História e a tradição. A crítica da nossa nacionalidade passa primeiro pela crítica do nosso Estado.” (URICOECHEA, 1989:19)

Tanto para o europeu como para o intelectual asiático, a questão nacional é um *datum* de natureza cultural. Considera-se

óbvia como conseqüência de séculos de experiência coletivamente compartilhada, enquanto que para o intelectual latino-americano a nacionalidade aparece como uma questão “artificial”, isto é, *política*, fruto da ação do Estado. A nacionalidade, de certa maneira, aparece como um apêndice do Estado. Sem uma longa ou prolongada comunidade de vida – étnica ou religiosamente compartilhada – que teria ido se sedimentando historicamente em uma forma original de sociabilidade, de vida social, a nacionalidade não podia aparecer, pois, como algo historicamente artificial. Visto de outra perspectiva complementar, a nacionalidade aparece como um elemento da vida pública em vez de como um ingrediente da esfera intersubjetiva, cultural. Desta forma, tanto na literatura chinesa e o virtuoso islâmico ou hindu estilizam uma cultura estamental e o *idéologue* europeu legitima uma cultura de classes, nosso intelectual, o “doutor” colombiano e o “bacharel” brasileiro, por exemplo, formalizam uma cultura jurídico-política.

Levando em conta as considerações anteriores, não cabe então a menor dúvida sobre a contribuição decisiva do intelectual republicano latino-americano no processo de gestação da nacionalidade de suas respectivas comunidades políticas. Resta dizer, logicamente, que tal papel foi, portanto, possível pela inserção do intelectual dentro da estrutura estatal que foi, em última instância, a responsável por este processo. A função central que coube a esse intelectual do século XX foi a de definir um sistema nacional de valores e uma *idéia* de nação, até então incipiente em termos práticos. Diferentemente do intelectual europeu vinculado a interesses de uma classe social; ou do escritor chinês e o virtuoso islâmico ou hindu vinculados à estilização de uma forma estamental de vida, tarefa incompatível para o europeu, o intelectual latino-americano do século XX esteve principalmente atraído por projetos de construção nacional.

Nação, estamento e classe social foram, pois, os eixos fundamentais das tarefas desses três tipos de pensadores e cada um, à sua maneira, respondia desta forma às exigências ou imperativos

“ideológicos” que o nível de desenvolvimento histórico de suas respectivas sociedades apresentava.

Esses mesmos imperativos ou exigências se dão conta, além de tudo, do fato que o intelectual latino-americano do século XIX já não estivesse comprometido, como o letrado colonial que o precedeu, com uma função conservadora como a de dar continuidade americana ao espírito organizador e hierárquico da Contra-reforma espanhola. Seu compromisso é, se quiser, mais modesto porém mais profundo; mais modesto: sua tarefa não é mais nem a renovação nem a conservação de uma ideologia imperial; mais profundo: sua aspiração é definir um conjunto de valores políticos e promover sua institucionalização coletiva com vistas à formação de uma comunidade nacional. Essa comunidade, que para o intelectual europeu ou asiático constitui o ponto de partida, o *terminus a quo* de um projeto cultural com profundo fundamento histórico, constitui para nosso intelectual o ponto de chegada, o *terminus ad quem* de nossas aspirações institucionais com fundamento político.

Carentes de uma tradição que oferecesse constituição espontânea e natural a um sistema nacional de valores culturais, lançamos mão do mundo da política como substituto lânguido e melancólico daquela tradição: a política como um *Ersatz* da história... e, deste modo, a politização de nossa cultura chega a extremos inconcebíveis que deixariam estupefatos não só os habitantes do outro lado do Atlântico mas também os que estão do outro lado do Rio Grande. Dificilmente seria aceito sem reticência além de nossas fronteiras o categórico juízo de um analista contemporâneo da vida nacional colombiana: “*qualquer cultura nacional tem que ser cultura política*” (BUENDÍA, 1990, ênfase no original) – um juízo desta natureza é de todo incompreensível, quando não inaceitável, no contexto da tradição cultural européia ou asiática.

Entretanto, assim como não há nenhuma relação *necessária* entre Estado e nação também não existe, como querem nossos intelectuais, uma relação necessária entre Estado e cultura. De fato,

“uma tese desta natureza [sobre o caráter acidental e não necessário entre Estado e cultura] tem que suscitar um sentimento polêmico num ambiente que, fiel à tradição ibérica, patrimonialista, hierárquica e autoritária promotora da Contra-reforma, nasceu habituado a pensar que sempre existe uma identidade entre Estado e nação. A idéia hiper-inflacionada que temos do Estado é um legado cultural dessa tradição burocrático-patrimonial do Império Espanhol que se conserva imaculada até o dia de hoje. Em certo sentido, não tivemos uma revolução burguesa da vida não só porque aqui não houve uma verdadeira burguesia mas também porque em nosso caso não havia nenhuma tradição que enfrentar para fomentar a modernidade. No final do século XX ainda navegávamos entre a Escila de uma cultura oficial, estadista, formal e a Caribdis de uma cultura clerical, confessional, dogmática. Em ambos os casos, é um ‘ideal’ de cultura tutelada, subordinada. Essa afinidade entre as duas culturas tem permitido gerar uma solidariedade cúmplice entre elas que até há muito pouco se expressava na Concordata que conferia privilégios à Igreja Católica; no preâmbulo de vocação religiosa da Constituição política; e em eventuais episódios cotidianos como a proibição de exhibir um filme como A última tentação de Cristo de Scorsese. A cultura aparece, então, como uma manifestação oficial ou como uma manifestação confessional ou, em ocasiões e instâncias contundentes, como manifestação de ambas. Jamais aparece, porém, como expressão de um estado de alma coletiva, de uma autêntica tradição nacional. Porque só tem uma cultura realmente nacional ali onde existe uma tradição nacional. E nós temos uma ‘tradição’ eminentemente estatal: mais uma história política que uma tradição nacional. Não podemos exhibir um Renascimento, nem Pascal, nem Bach, nem Rousseau porém temos Bolívar, Núñez, López Pumarejos etc. Nossas vivências históricas são, portanto, fundamentalmente mais ‘políticas’ que ‘nacionais’. Nosso sentimento de valor, de virtude, está monopolizado pelo político. Ou para dizer de outra forma, nossa cultura tende a reproduzir mais uma ideo-

logia que uma tradição. O conceito de Bildung, de formação cultural do indivíduo para o humanismo europeu ou o conceito de etiqueta [yen] para o escritor chinês confucionista ou o conceito de virtus para o nobre romano da Antigüidade ou o conceito de barakha para o virtuoso islâmico ou, finalmente, o conceito de areté para o guerreiro homérico: todos esses conceitos correspondem à destilação de uma tradição coletiva a partir de uma vivência de classe, de grupo, de associação que se estiliza num ideal prático, em uma regra de vida, em uma sabedoria. É essa, a meu juízo, a maior contribuição de uma nação para a constituição de uma cultura. E esse não é nosso caso: carecemos dessa experiência coletiva, dessa tradição e, por isso, a substituímos por uma ideologia. Toda autêntica tradição é como uma religião civil: é algo que nos liga a todos. Nós substituímos a religião pela seita; o espírito virtualmente religioso que existe naqueles conceitos pelo espírito sectário de nossas verdades oficiais ou confessionais.¹

Essa incapacidade do intelectual colombiano de encontrar ou construir uma identidade coletiva no seio de uma frágil e incipiente sociedade civil era, sem dúvida alguma, fruto da precária institucionalização dos *interesses econômicos* burgueses a seu turno resultado do escasso desenvolvimento de uma organização econômica capitalista. Em troca disso, o ator político e o cidadão de ontem buscaram refúgio numa identidade coletiva miticamente fundada nas *paixões religiosas*, vestígios ressabiados dos acidentes históricos antes descritos. Mito, religião e política constituíam, pois, os ingredientes ou dimensões necessários para a constituição da identidade coletiva do homem colombiano até faz umas poucas décadas.

Mediando o início da segunda metade do século XX, um excepcional acidente político veio a transformar substancialmente o panorama institucional da nação. A assim chamada Violência, etapa que cobre um período aproximado de três décadas e que enfrentou até

1. Tomado, com pequenas modificações, de Uricoechea (1990:62-63).

morte as tropas –sobretudo rústicas – das duas grandes coletividades políticas de então ao longo de toda a geografia do país só veio a ser superada graças ao pacto político conciliado em 1957 pelos dois partidos do estabelecimento. Esse acordo, que foi denominado como Frente Nacional, pactuado há dezesseis anos, garantia tanto a alteração periódica dos dois partidos no poder como a paridade dos mesmos na nomeação dos cargos burocráticos do Estado.

Com a Frente Nacional, por fim, destrói-se essa identidade civilmente perniciosa da política como mito, graças ao que foi possível a racionalização do sentimento político como um interesse e não como uma paixão. A identidade política de cada cidadão começa então a se divorciar das cumplicidades atávicas entre partido e orientação religiosa e ser fundada, pela primeira vez, em motivos genuinamente políticos graças ao fim da tutela religiosa que antes imperava sobre os valores políticos. Não seria exagerado afirmar, por conseguinte, que a partir do experimento político da Frente Nacional inaugura-se na vida pública colombiana uma concepção e uma representação autenticamente *histórica e secular* da vida e do mundo políticos que deixam definitivamente para trás os critérios particularistas e inclusivos, como a filiação religiosa e partidária, para a definição do status cidadão. Com esta transformação da mentalidade coletiva – para a qual a Frente Nacional apareceu como um fator necessário – porém de nenhum modo suficiente – se opera também e de modo inevitável uma saudável reforma na vida cultural e intelectual da nação e nos contextos mesmos da sua interpretação e análise. É a partir de então que podemos dizer que surge na Colômbia um intelectual genuinamente moderno, divorciado de forma definitiva dos seus antecedentes “míticos” e particularistas.

3. Os traços do intelectual colombiano

Os traços do intelectual colombiano de hoje estão simultaneamente determinados pelas forças do passado que condicionaram a sua formação e pelas forças sociais de caráter organizacional

e institucional que singularizam de modo geral a sociedade contemporânea.

A respeito das primeiras – as forças do passado –, não se restringem de jeito nenhum aos aspectos relatados nas páginas anteriores, a saber: a influência da Contra-reforma, a carência de uma revolução burguesa etc. Sendo assim, é necessário voltar brevemente sobre algumas dessas forças e identificar outras que ajudem a precisar ainda mais o perfil do intelectual colombiano contemporâneo, antes de nos ocuparmos do desafio que representa o futuro para esse intelectual.

No caso colombiano, a ausência de uma tradição que tivesse recolhido as experiências e as orientações de vida de uma cultura aristocrática produziu necessariamente efeitos sobre a conduta do intelectual colombiano. Sem uma tradição nem uma cultura associadas a esta última que tivesse sido suscetível de impugnação para assim reivindicar o papel da razão, por um lado e, por outro, sem estar vinculado, como já vimos, “organicamente” ao nascimento e à organização do Estado, o intelectual colombiano desenvolveu de modo fundamental um pensamento de conteúdo *administrativo* em vez de *político*. Diferentemente do intelectual europeu, o colombiano não questionou o *Estado* e seus fundamentos aristocráticos de organização mas, acima de tudo, as *formas de governo*. As questões centrais relacionadas com a soberania, a representação e a desigualdade, por exemplo, foram praticamente ignoradas a favor de aspectos essencialmente administrativos como o centralismo e o federalismo como princípios de organização político-administrativa.

Esse baixo crivo ou, em outras palavras, esse frágil arraigamento da ideologia no discurso da *intelligentsia* colombiana e sua orientação eminentemente administrativista não provêm apenas da sua peculiar interação com o Estado. Muito provavelmente é derivado também de outro traço institucional muito típico da vida política colombiana, a saber: o precário e exíguo papel que significou no passado – e que ainda hoje continua significando – a *representação política de interesses privados*, em boa medida, consequência da orga-

nização oligárquica e senhorial e não democrática da dominação política. A fraqueza da representação coletiva dos interesses privados na arena política desvalorizou intrinsecamente a função ideológica e, como consequência, a tarefa intelectual. A organização “mecânica” e atomizada da representação de interesses – a seu turno resultado de um secular padrão de organização política autoritária e oligárquica e de um fraco desenvolvimento da sociedade civil – junto com a ausência de uma articulação mais “orgânica” e corporativa de interesses é crucial para compreender o reduzido espaço ideológico dos intelectuais como forjadores da legitimação de interesses.

Tudo o que foi mencionado conduziu para que o pensamento crítico tivesse na Colômbia um aparecimento tardio. Esse aparecimento, além do mais, poderia ser associado particularmente a dois acidentes históricos importantes: por um lado, ao surgimento de um setor acadêmico ilustrado nas duas últimas décadas do século XIX, com uma prática universitária alternativa como nova opção à frente do habitual exercício liberal das profissões, e relativamente desligado dos interesses do Estado e, por outro lado, ao crescimento incipiente dos setores populares urbanos. É criado então um espaço mais livre,

“menos diretamente dependente do Poder, para as funções intelectuais, e será desta maneira que vai começar a se desenvolver um espírito crítico que procurará abarcar as demandas dos estratos baixos, fundamentalmente urbanos...” (RAMA, 1984:75)

É nesta época que, como resultado da expansão da estrutura econômica burguesa, às atividades intelectuais, tradicionalmente vinculadas a

“a administração, as instituições públicas e a política, foram acrescentadas as provenientes do rápido crescimento de três setores que absorveram numerosos intelectuais, estabelecendo uma demanda constante de novos recrutas: a educação, o jornalismo e a diplomacia.” (RAMA, 1984:73)

Desta maneira, e de novo em típico contraste com o caso europeu, nosso intelectual desenvolve um certo espírito crítico não ao enfrentar a tradição mas, curiosamente, ao enfrentar a *modernização* que começa a emergir com o desenvolvimento burguês da sociedade latino-americana no fim do século XIX.

É dentro deste contexto modernizante que surge, sim, uma crítica social centrada em torno do problema agrário e da questão dos operários que, de alguma maneira, contribui para a consolidação do processo de formação nacional mediante a integração dos novos setores urbanos ao sistema nacional de instituições e a vida republicana. Contudo, não seria exagerado afirmar que a mobilização política desses setores com vista à sua integração institucional dependeu novamente mais do papel do Estado mesmo do que dos próprios intelectuais. E isto é compreensível e explicável à luz de certos fatos como

- 1) a ausência de um pensamento socialista, conseqüência por sua vez da ausência de um passado feudal e aristocrático (HIRSCHMANN, 1984:11-48) e
- 2) a anêmica organização política do trabalho, simultaneamente fruto tanto de uma paupérrima tradição em artes e ofícios como da exígua institucionalização de um setor capitalista de produção.

A vinculação dos setores intelectuais colombianos com a questão social seria, não obstante, de curta duração e de pouca conseqüência. Não só porque em boa medida o próprio Estado apropriou-se antecipadamente, durante a República Liberal, da “agitação” dessas questões mas também como resultado tanto do caráter fundamentalmente conservador dessa *intelligentsia*, divorciada de qualquer compromisso político revolucionário ou contestatório como dos seus sólidos vínculos com, as também esquiladas, associações de classe politicamente organizadas.

Também a transição de uma sociedade republicana – senhorial, oligárquica, caudilhistas e de pequenos grupos – para uma

sociedade de massas, administrada por grandes organizações burocráticas e cuja emergência coincide aproximadamente com a culminação do experimento político da Frente Nacional, veio gerar modificações no tipo de intelectual e suas respectivas funções. Efetivamente, poderia se dizer que a atividade deles é bifurcada nas seguintes direções: uma, *política* e outra, nova, de natureza um pouco residual e que poderíamos chamar, por falta de um nome melhor, de *administrativa*.

Na primeira direção, o mais significativo é a troca de conteúdo a respeito do centro da temática política, temática que se inicia timidamente com o novo cenário internacional da sociedade de pós-guerra e que se vê alimentada pouco depois pela Revolução Cubana e que se ocupa da questão da *revolução*, matéria dominante durante as décadas dos anos sessenta e setenta e que logo cede espaço às questões da *democracia*, do *autoritarismo* e dos *direitos humanos* na década de oitenta.

Na segunda direção, praticamente inexistente no período anterior, a preocupação não é tanto com a ordem política propriamente dita nem com as questões inerentes a ele, – como, por exemplo, sua eventual legitimidade ou ilegitimidade – mas sim com a organização e funcionamento material dessa mesma ordem. Toma-se clara consciência da dificuldade de dirigir com critérios exclusivamente políticos o manejo da ordem social e isto convida à relativa “despolitização” e à racionalização da crítica. A sociedade, como objeto, é agora, por ser muito mais complexa que a sociedade anterior, menos suscetível de projetos globais de reforma, de projetos “utópicos”. Aparecem agora projetos mais de corte de “engenharia social” e a reflexão crítica, na medida em que surge, é orientada mais para questões de grupos e classes no interior da sociedade do que para esta como um todo. Em resumo, a “utopia” e a política cedem o passo à “engenharia” e à administração.

Dentro desse novo contexto, o problema agrário e a questão operária têm sido suavizados e começam a ter prioridade questões associadas mais a *processos institucionais* que a *interesses setoriais*, tais

como a inflação, o desemprego, a dívida externa, os serviços públicos, o desenvolvimento científico e tecnológico etc. A crítica social foi sendo “racionalizada” e na medida em que isto ocorre a agenda de questões de pública discussão é modificada. Hoje, o problema da legitimidade da dominação ou outros como a desigualdade social ou a desobediência política foram quase definitivamente substituídos – com exceção do tema da participação, por razões mais conjunturais que estruturais – pelo grande problema da sociedade cibernética da atualidade: a eficiência.

Onde situar o discurso e a prática democráticos dos intelectuais colombianos no meio de todos esses processos? Três dimensões, até agora, nos facilitaram esboçar sumariamente a relação – mais tácita que explícita – entre o intelectual colombiano e a democracia. A primeira nos permitiu identificar o sotaque “estadista” da sua orientação a partir do período colonial. Em dívida com o Estado que o adotou durante séculos, o intelectual colombiano tinha ignorado até um período muito recente e em termos gerais qualquer tipo de compromisso com a sociedade civil da qual provém e com as classes sociais que a constituem. Toda a força desse intelectual, no campo político, dá a impressão lânguida de provir de uma energia prestada: seu status, quando não sua autoridade, provém com muita freqüência de uma comprovação por parte do Estado. Sem o apoio e a tutela do Estado, esse intelectual tem sido tão fraco como a sociedade civil que o viu nascer. Vale a pena mostrar, contudo, que com o desenvolvimento de uma comunidade científica nacional durante o último quarto do século XX, o intelectual colombiano pela primeira vez na sua história conta com a possibilidade de ser emancipado da tutela política do Estado e de encontrar um albergue institucional que facilite o desenvolvimento das suas tarefas e sua identidade. Além disso, essa possibilidade de emancipação foi sendo formada gradualmente nas duas últimas décadas graças a certo grau de profissionalização científica de certas disciplinas acadêmicas e, em particular, a sociologia, a ciência política e a antropologia.

A segunda dimensão que vincula o intelectual colombiano com a democracia e sua prática é a que recolhe a sua intromissão nas contendas partidárias e a luta de classes. Como vimos, esta tarefa apareceu tardiamente com o começo da mobilização urbana dos setores populares, além de ser de curta duração e de caráter episódico. Só uma pequena fração da esquerda conservou até pouco tempo o seu vínculo político com a mobilização dos setores operários. Em termos gerais e até um período recente, esse intelectual tinha cultivado uma atividade mais elitista do que democrática. Não obstante, o panorama antes descrito sofreu transformações de relativo significado com as mudanças político-institucionais surgidas na última década do século passado. O caso é que a Constituição de 1991, que veio substituir a centenária Constituição de 1886, promoveu um exercício democrático mais participativo que meramente representativo. Isto se deu, de modo simultâneo, com a emergência e proliferação de movimentos políticos de cunho independente e alheios ao bipartidarismo tradicional do estabelecimento.² Como resultado de todo esse processo, alguns intelectuais vieram se aproximando destas novas agrupações que aparecem distantes das práticas de corrupção e clientelismo políticos próprios dos partidos políticos tradicionais.

A terceira dimensão referente às relações entre os intelectuais colombianos e a democracia tem a ver com os imperativos racionalizantes do manejo do Estado e da coisa pública, situação que tende a divorciar ainda mais qualquer projeto de vinculação da atividade intelectual com as lutas democráticas na medida em que os imperativos técnicos tendem a deslocar os apelos ideológicos e a transformar o discurso e suas formas típicas de persuasão. Tudo is-

2. A Constituição de 1991, como já foi dito, procurou debilitar o bipartidarismo reinante criando oportunidades para a incorporação de grupos independentes à arena política. Assim, enquanto em 1990 o bipartidarismo controlava 92 por cento do Congresso, em 1991 essa cifra desceu para 78 por cento; em 1994 para 82 por cento e em 1998 para 75 por cento.

so contribui para debilitar a força simbólica da crítica e da “utopia” e, portanto, a eficácia do intelectual.

Pois bem. Todas essas mudanças foram associadas com uma transformação revolucionária porém surda e imperceptível com respeito ao espaço político e à própria noção da cidade, da *polis*. E essa transformação nos obriga a repensar o significado da vida política e da concepção de democracia no mundo de hoje.

Efetivamente, a vigência da noção de homem político está fundada no suposto *prático* de uma comunidade de iguais. Existem razões, porém, para acreditar que na sociedade contemporânea a comunidade política foi sendo fragmentada num conjunto de espaços ou territórios institucionais relativamente autônomos com suas dinâmicas e objetivos próprios. A *polis* como espaço característico para o exercício individual da liberdade foi sendo substituída pela *corporação*. Os valores, os ideais, em uma palavra, a utopia associados à *polis* estão sendo substituídos pelos interesses, os objetivos e os programas da sociedade planificada. De repente, portanto, estamos examinando a conduta “pública” do homem contemporâneo com premissas erradas que correspondem melhor a um mundo que já desapareceu.

Referencias bibliográficas

- BUENDÍA, Hernando Gómez. El ghetto de la inteligencia colombiana. *El Tiempo, Lecturas Dominicales*, 29 de Abril, 1990.
- HIRSCHMANN, Albert O. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo, 1984.
- RAMA, Angel. *La ciudad letrada*. s.l., 1984.
- URICOECHEA, Fernando. Estado, nación e cultura. *Magazín Dominical, El Espectador*. Bogotá, 18 jun. 1989.
- URICOECHEA, Fernando. Los intelectuales colombianos: pasado y presente. *Análisis político*, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, n. 11, set./dez. 1990.

Resumo

Defende-se neste artigo que, na Colômbia, a atitude dos intelectuais, mais do que a de manter a independência política, foi tradicionalmente a de buscar a proximidade com o Estado. O “nascimento” do intelectual americano não significou uma ruptura com o passado, mas sim a continuação institucional e a extensão geográfica desse passado. O intelectual cumpriu desde sempre uma função fundamentalmente conservadora e ordenadora ao contribuir ideologicamente para a transferência das instituições da velha ordem imperial hispânica para o solo americano. Em lugar da tensão original que é a essência da relação entre o intelectual e o poder, tensão característica do contexto europeu, houve uma solidariedade entre ambas as partes. Enquanto a aparição do intelectual europeu se vincula com a época da ilustração e o questionamento da ordem aristocrática e hierárquica, própria dos reinados e papados, o intelectual latino-americano se converteu no defensor da Contra-reforma e da autoridade do monarca. Essas características que definem o intelectual colombiano até os dias de hoje fizeram com que o pensamento crítico na Colômbia comesse a se desenvolver muito tarde.

Os intelectuais-políticos chilenos: um caso de equivocado protagonismo contínuo

ALFREDO JOCELYN-HOLT LETELIER

“Quem te viu e quem te vê e a sombra do que fostes”
Miguel Hernández

O caso chileno manifesta uma permanente presença de intelectuais em círculos de poder apesar das dramáticas mudanças políticas, sociais e econômicas das quatro últimas décadas. Como explicação costuma-se insistir no caráter ambíguo dos intelectuais. Segundo certa postura apologética, seriam classificados como convertidos que se “modernizam” e “democratizam” cobrindo os vazios de poder ocasionados pelos terremotos político-sociais que traumatizaram a história contemporânea chilena. Uma visão crítica alternativa sustenta que, pelo contrário, estaríamos diante de “transformistas” pragmáticos que traem as suas convicções de ontem para acomodar a novas circunstâncias sua inegável vocação de poder, sua única constante.

Neste trabalho, observando a equivocada relação entre intelectuais e poder, enfatiza-se mais a dimensão histórica, de um modo concreto, a natureza revolucionária do processo chileno. Postula-se que a ambigüidade não é somente dos intelectuais. A opção revolucionária também seria; de repente, todos os setores políticos chile-

nos olharam para si mesmos como “revolucionários”. Isso faria dos intelectuais – ambíguos dentro de uma moldura ambígua – o principal apoio político e agente fático da Revolução, assim em maiúsculo. História convulsionada de longa data que teria que ser visualizada como constante, e não como itinerário errôneo marcado por sucessivas quebras e reveses conjunturais.

1. A continuidade do desenvolvimento político do Chile desde 1960

Neste continente, desde o começo, existe uma relação estreita entre intelectualidade e poder, entendida a intelectualidade como projeção de imaginários utópico-letrados, ideológico-ilustrados ou como se queira chamar. De modo que, se quisermos atualizar o assunto, precisamos fazer alguns esclarecimentos prévios. Não estamos falando aqui de qualquer tipo de intelectual, estamos falando de uma das muitas variantes de produtores de ideologia e cultura. Estamos nos referindo especificamente a cientistas sociais, preferentemente sociólogos, economistas, cientistas políticos e, em menor medida, historiadores. Não foram só estes os mais próximos à política, mas também são quase os únicos intelectuais abordados pela literatura respectiva.¹

Essa exceção permite também centrar a atenção em grupos de gerações que irrompem na cena pública a partir da reforma universitária dos anos 60 e 70; assumem um forte protagonismo dentro das administrações de *Frei Montalva* e *Allende*, se são reconhecidos como os principais artífices de projetos totalizadores do país – na linguagem de *Mario Góngora*, “planificações globais” (GONGÓRA, 1981) –; colocam-se em geral contra a ditadura; e, por último, assumem um notório papel na década passada. Sendo

1. Entre os poucos estudos que abordam o tema, cabe assinalar: BRUNNER e FLISFISCH, 1983; MOULIAN, 1983; BRUNNER, 1988a; BRUNNER, 1990:180-191; SILVA, 1993; PURYEAR, 1994.

assim, estamos diante de intelectuais que, no seu momento, surgiram da Democracia Cristã e suas variadas cisões, apoiaram a Unidade Popular, depois revisaram e renegaram suas posturas socialistas por causa do exílio e/ou da derrubada dos socialismos reais, para terminar “consensuados” com seus outrora opositores dos anos 60 e 70 ou, ainda, com quem se identifica com o legado ditatorial. Estaríamos diante de uma continuidade acidentada ainda que coerente, que nos obriga a explicar em que sentido estes intelectuais tiveram *desde sempre* uma mesma posição compartilhada.

Efetivamente, o Chile vem “transitando”, desde os anos 60, por um processo revolucionário que foge do fim definitivo do Antigo Regime senhorial, ficando ainda como o seu último vestígio, até que lhe surge o golpe mortal pela Reforma Agrária, a persistência da grande propriedade agrária, a ordem social rural hierárquica e o peso eleitoral que ele reportava à direita.² Este processo coincide com a ampliação máxima alcançada pelo Estado na produção e direção da economia uma vez que é nacionalizada a indústria do cobre. Conste que estes dois marcos históricos – o fim do poder eleitoral e social da oligarquia de fazendeiros e o passe da principal atividade produtiva num país ainda produtor de um só produto ao Estado – não só conciliam as duas propostas dos anos 60 e 70 (a “Revolução em Liberdade” de *Frei Montalva* e a “Via Chilena ao Socialismo” de *Allende*) mas também as vinculam a uma ditadura que não tentou reverter essas “conquistas” históricas.

Outro ponto comum desses três regimes é constituído pelo caminho criativo, construtivista, planejador que os orienta. Trata-se de propostas globais, excludentes umas de outras em tantos projetos políticos, mas que capitalizam e se servem do crescente poder estatal dirigista. Portanto não deveria nos confundir que cada um destes regimes se apresente em termos de nova versão. Isto não des-

2. A linha de argumentação histórica para o Chile contemporâneo que aqui se segue está mais amplamente desenvolvida em CORREA SUTIL et al, 2001.

mente o caráter acrescentável do processo revolucionário em que cada nova fase aproveita a anterior. É tão assim, que a partir da “chilenização” do cobre de *Frei, Allende* irá um passo além e “nacionalizará”, enquanto que os militares não tentarão sequer privatizar a CODELCO, a empresa de cobre estatal. De modo que o propósito de recriar costuma ser, em suma, equivocado com respeito ao seu antecessor imediato, sem prejuízo de que o afã da recriação seja absolutamente inequívoco a respeito da sociedade senhorial de antigo cunho recentemente terminada; nem a ditadura nem a direita pretenderão “restaurar” o Antigo Regime.

A violência potencial ou atualizada é, também, um fato compartilhado por estes três regimes supostamente tão diferentes. O impacto efetivo e a escala desta violência diferem em cada caso; a ditadura, com certeza, foi brutal. Assim mesmo, costuma-se invocar uma história violenta *in crescendo* anterior a 1973. São mencionados, por exemplo, o “despojo” que significou a expropriação e as tomadas ilegais de prédios agrícolas; a escalada terrorista que surge com o MIR e continua com o assassinato de *Schneider*, comandante e chefe do Exército, por mãos de grupos para-militares de extrema direita nas vésperas da aprovação de *Allende* pelo Congresso; e a morte de *Pérez Zujovic*, ex-ministro de *Frei*, perpetrada pela extrema esquerda. Por conseguinte, com esta trajetória anterior somada à sistemática violação massiva dos direitos humanos – desaparecimento, tortura, morte, negação de justiça, fim de liberdades públicas e não reconhecimento destes atropelos pela ditadura –, foi criada a visão, correta ou incorreta, de que a violência tem sido “transversal”, impedindo a responsabilização, por via de direito, de culpáveis notórios.

Estas confluências me permitem sustentar que o processo revolucionário, pós-Antigo Regime, se atém a uma seqüência digamos “clássica”, análoga ao modelo francês, em que a uma etapa “gironдина”, segue outra “jacobina”, depois irrompe o terror, para acabar em uma provável restauração dos anos 80 até os dias de hoje. Restauração não no sentido de voltar ao que vigorava antes dos anos

60, mas sim o querer rearticular e consentir uma nova ordem a partir dos mesmos atores que tinham tentado liderar o processo revolucionário unilateralmente e sem sucesso até agora.

Esta interpretação diverge da tese mais freqüente, que retrata o ocorrido após 1989-1990 como um retorno à democracia graças a uma suposta derrota de *Pinochet* e seu regime.³ À luz do desempenho dos governos que fizeram acordo nestes últimos doze anos, uma leitura tão complacente é insustentável. Nem o modelo econômico neoliberal nem a Constituição de 1980 foram reformados. Além do mais, não é descartável que graças a La Concertación* de centro-esquerda – coalizão de governo que empata com a direita dentro de um regime cívico-militar – estes dois legados tenham acabado se legitimando e se acentuando. *Pinochet* continuou sendo o Comandante e chefe do Exército até 1998. Os militares ostentam na atualidade a qualidade constitucional de “avalistas” da institucionalização; e foi La Concertación* que exigiu o retorno de *Pinochet* da Europa para ser julgado no Chile, questão que terminou em sustação temporária absoluta. Daí que o tema dos direitos humanos continue aberto. Não foram satisfeitas as expectativas de justiça que se resumiam com a volta à democracia; e o oficialismo dos acordos é percebido como agente oficioso – razões de Estado convenientes – de uma política conciliatória que preferiu congelar o tema e não julgar os principais autores da repressão militar.

Prefiro visualizar estes últimos doze anos, portanto, como uma *restauração*, a qual permitiu que alguns dos principais atores políticos que protagonizaram o colapso do regime de *Allende*, e seguiram se enfrentando durante os desesseis anos de ditadura, continuem articulando o cenário político chileno. Entre estes deveriam ser destacados, pela sua ubiqüidade, os intelectuais-políticos.

3. * “La concertación” é uma coalizão de partidos políticos que se opuseram à reeleição de Pinochet e que governa até agora. Ver por exemplo: COLLIER e SATER, 1996; e, ultimamente, HUNEEUS, 2000.

2. Os intelectuais e o papel do Estado no modelo econômico chileno

A trajetória destes últimos quarenta anos é impensável sem o protagonismo dos intelectuais. Devemos a eles o diagnóstico crítico da sociedade senhorial; a visão histórica do Chile como país economicamente paralizado, profunda e anacronicamente atrasado; a radicalização ideológica; a desvalorização das instituições públicas, as que passam a ser vistas como obstáculos oligárquicos que impedem efetuar as mudanças estruturais, como se fossem tachadas, no seu momento, de democrático-“formais”, vale dizer liberais e inoperantes, quando não simplesmente de “políticas” como a ditadura preferiu estigmatizá-las; a tentação populista amparada na força das maiorias eleitorais ou num mercado todo-poderoso; enfim, o voluntarismo das cúpulas partidárias que inspirou a práxis política contemporânea chilena. Nada de estranho, portanto, que estes três modelos – o democrata-cristão, o socialista-marxista e o neoliberal – mobilizem todos para desenvolver, modernizar e revolucionar o Chile.

Então poderíamos cair na tentação e visualizar a ditadura como um antídoto que acalma e desembriaga, nos afastando de maximalismos, e obrigando à classe política, mediante uma aterrissage forçada, a um realismo perdido que, de repente, ressuscita. O argumento, entretanto, não convence. Com certeza, persiste a rejeição a qualquer preço do passado e o voluntarismo não cede. Se no seu momento, a geração dos anos 60 colocou-se de forma crítica a toda história – *Marshall Berman*, referindo-se aos anos 60, fala de uma dimensão faustiana em que era preciso destruir para construir algo novo (BERMAN, 1982) –, hoje a mesma geração pretende “virar a página” porque tem que “cicatrizas as feridas”. Tanto então como agora, a maior obsessão é o futuro, é querer se apossar da história que vem.⁴

4. Para uma versão caricaturesca deste discurso otimista, ver: BENITEZ, 1991. Reflexões críticas a respeito encontram-se em: SUBERCASEAUX, 1996; e MARRAS, 2001.

O distanciamento com relação aos partidos, que explica a opção dos anos 60 e 70 por amplas maiorias que transcendiam às velhas facções políticas, longe de ter-se revertido pela ditadura e suas seqüelas, pelo contrário, foi aprofundado. O binômio eleitoral que consagra a Constituição de 1980 privilegia grandes blocos suprapartidários, e tanto La Concertación* como a oposição de direita não puderam ou não quiseram revogá-lo.

A atitude diante das universidades é, também, estranhamente similar. Se nos anos 60 e 70 tinham que sofrer uma intervenção política, “tomar a universidade” oligárquica e retardatária, e aspirar que ela fosse “para todos” porque não estava “comprometida” com a realidade do país; hoje, nas palavras de *José Joaquín Brunner*, a “universidade para todos” tornou-se uma realidade. Claro que, agora, o propósito teria sido conseguido criando-se universidades particulares que respondessem a uma crescente “demanda”. Vale dizer, a “universidade para todos” é, hoje em dia, economicamente possível e de acordo com a igualdade de oportunidades cobertas pelo mercado. Definitivamente, segundo *Brunner*, sempre estivemos na mesma: tanto então como agora, aspira-se à postura “revolucionária” e “democrática” do momento. *Brunner* o disse textualmente, de uma universidade particular, depois de ter sido encarregado no início dos anos 90 da política educacional do La Concertación*, e já o dizia antes, nos anos 60 e 70, enquanto dirigente estudantil que fazia o que faziam então os dirigentes estudantis (Cf. BRUNNER, 2001).

A atitude perante a sociedade civil é outro desses nós que entrelaçam os anos 60 e 70 com a ditadura até chegar a nossos dias. Certamente, não se falava de sociedade civil no Chile nos anos 60 e 70. A obsessão, então, era a respeito do Estado: “aparatos do Estado”, “desaparição do Estado”, “o Estado e a revolução” etc. O discurso da sociedade civil foi preponderante durante os anos 80, quando centenas de cientistas sociais críticos estavam marginalizados do cenário público e das universidades, trabalhando nas ONGs

ou centros acadêmicos independentes.⁵ Naquela época, publicavam em *journals*, e eram assíduos contribuintes da imprensa crítica que foi aparecendo durante os últimos anos da ditadura. Entretanto, esse universo alternativo, que tinha conseguido altos graus de autonomia dos círculos político-partidários, sofre uma imensa transformação depois que La Concertación* chega a La Moneda. Logicamente, as ONGs decaem abruptamente. Centenas de pesquisadores são captados via postos de governo; o dinheiro de agências internacionais é reduzido drasticamente; e a maioria das ONGs só pode sobreviver sendo transformadas em consultorias particulares, operando com lógicas de mercado e concorrendo por fundos atribuídos, em geral, a instâncias governamentais.⁶

A história da imprensa crítica e alternativa é ainda mais extraordinária. Basta dizer que, dez anos depois de 1989-1990, existem menos meios progressistas no Chile que durante a ditadura.⁷ Desapareceu o único concorrente sério ao jornal *El Mercurio*, o diário *La Época*. E ainda, os governos de La Concertación*, quando chegaram ao poder, não questionaram as negociações, de última hora, com o regime de *Pinochet* com tendência a salvar economicamente os dois principais conglomerados jornalísticos de direita com empréstimos avalizados por agências financeiras estatais. As palavras de *Eugenio Tironi*, um dos intelectuais mais propensos durante os anos 80 em querer enfatizar a importância da sociedade civil, uma vez que se torna porta-voz encarregado de comunicações no governo de Aylwin, são como se dissessem tudo: daí em diante, diria *Tironi*, a melhor política de comunicação consistiria em não ter

5. A respeito, ver: BRUNNER e BARRIOS, 1987; LLADSER, 1989; PUR-YAER, 1994.

6. MAZA, 1999; VALLE, 2000; *Congreso de ONGs*, 2000.

7. Cf. HUMAN RIGHTS WATCH, 1998; e, de forma resumida, em separata da revista *Rocinante*, ano II, n. 3, Santiago, janeiro de 1999. Ver também: OTANO e SUNKEL, 1999; LAGOS e RAVANAL, 2000:25-32; SUNKEL e GEOFFROY, 2001:21-24.

política de comunicação. De modo que não é estranho também que o oficialismo cientista social tenha deixado de falar de sociedade civil preferindo, em vez disso, termos como políticas públicas, modernização, ou o que é a mesma coisa, conforme o *Newspeak* atual, privatização – está claro que a partir do Estado.

Toda esta confusão “consensual” – termo este igualmente chaveste imposto pelo jargão político – apóia-se em uma nebulosidade nunca explicada, embora crucial. É evidente que a ditadura revolucionou a economia impondo o modelo neoliberal. Contudo, qual é exatamente a natureza deste modelo? De uma perspectiva doutrinária estrita, o neoliberalismo constitui uma proposta a favor da empresa privada, contrária ao intervencionismo estatal, e interessada em que tudo fique à mercê das forças do mercado. Na prática, o assunto admite outras interpretações.⁸ No Chile, ao menos, o neoliberalismo foi imposto, literalmente *de cima*, pelo Estado mais poderoso que existiu na história do país. Lembremos que a elite dirigente tradicional tinha desaparecido, o capital estrangeiro da grande mineração do cobre tinha sido nacionalizado, e não vamos nos esquecer que se tratava de um Estado policial. Por conseguinte, o que exatamente significa que este Estado tenha decidido ser “privatizado”, por assim dizer? E mais ainda, se levarmos em conta que a partir deste Estado são reforçadas as Forças Armadas como entes corporativos, produtivos e gerenciais.⁹ A partir deste mesmo Estado privatizador surge, também, uma nova direção gerencial empresarial poderosíssima com capacidade de veto, cujas origens, na época, não foram oficialmente investigadas. Por último, e não menos crucial, o quanto é menos poderoso este novo Estado, uma vez que é deixado para trás o modelo socialista intervencionista? É certamente menor, embora ainda controle aproximadamente 30% do produ-

8. Para este outro ponto de vista, cf. MOULIAN, 1997; FAZIO, 1997; CLAUDE, 1997; CADEMARTORI, 1998; MONCKEBERG, 2001; OSORIO e CABEZAS, 1995.

9. Sobre o poder militar, consultar: TAULIS, 1998.

to. Menor, mas por isso mesmo provavelmente mais rico; e, com certeza, menos ineficiente.

Não devemos, portanto, nos deixar levar pelo argumento doutrinário simplista. O modelo neoliberal chileno funciona dentro de um mercado fortemente oligopolista, a ponto de não ser descartável que estejamos diante de um neoliberalismo de corte gerencial em vez do de mercado. Modelos de gestão, de administradores, de gerentes e tecnocratas, e não de individualistas empresários ousados. Ao aceitar esta perspectiva fica um tanto óbvio que o Estado chileno foi “privatizado” embora relativamente.

Eu insisto neste ponto porque devemos explicar a contraditória situação em que outrora socialistas (e uso o termo “socialista” no amplo sentido de sinônimo de estadista) entraram num consenso e se tornaram, de repente, neoliberais. Se nos ativermos à tese da traição, esgrimida por *Tomás Moulian* e outros, o assunto é claro, porém somente à primeira vista.¹⁰ Estaríamos diante de uma conversão transformista, fundada em quebras de convicção, forçada por traumas, deslealdades etc. Como anota Enzo Faletto, porém, a tese de Moulian “aparece como uma espécie de crítica de traição dos intelectuais, mas sem que ninguém explique por que, a não ser que sejam todos traidores natos. Pode-se dizer que um grupo social vai ter uma enorme tendência a mudar de posição e ao oportunismo, porém tendo que [se] explicar por que é oportunista” (ZERÁN, 2002:7). Concordo com Faletto que essa pergunta está ainda para ser respondida. Afirimo, portanto, que o oportunismo dos “traidores”, ou dos “revisionistas convertidos”, faz ver que existem elementos de continuidade e coerência tácitas que não é preciso explicar.

Dito de outra forma, a suposta “traição” ou “conversão” pode ser que seja relativa. À luz de um Estado ainda poderoso, dirigista, e também manejado com critérios não só estritamente políticos, de

10. A tese se encontra fundamentalmente em: MOULIAN, 1997; como também em: JOCELYN-HOLT LETELIER, 1998; ELIZONDO, 1995; TAULIS, 2000.

estilo gerencial tecnocrático, podemos ser tanto neoliberais como estadistas, e isso não tem nada de excepcional. De fato, assim como, no seu momento, do Estado se “fez” a revolução neoliberal, bem pode ser que do Estado continue sendo “administrada” a revolução. Uma aceitação estritamente doutrinária do neoliberalismo por antigos socialistas-estadistas, ainda com o risco de parecerem traidores, em nenhum caso teria impedido de continuar no caminho *de sempre*, que lhes é mais autêntico e próprio: o caminho revolucionário do Estado, é claro.

Essa interpretação da história contemporânea chilena que aqui avançou gira em torno da idéia de continuidade e não de quebras. Na linguagem de *Régis Debray*, estamos falando de “revoluções na Revolução”, sendo esta última, com maiúscula, inequívoca e neutra; enquanto que as primeiras, as revoluções com minúsculas, poderiam sim ser emolduradas dentro de posicionamentos doutrinários estritos.

3. Os intelectuais de esquerda e sua relação com o Estado

Ilustremos, pois, este equívoco itinerário doutrinário-político com casos paradigmáticos de intelectuais concretos a fim de explicar melhor esta continuidade inequivocamente revolucionária.

Foi já atribuído a *Brunner*, um dos principais sociólogos chilenos, o fato de antes de 73 participar de um vanguardismo revolucionário socialista, e de, na atualidade, auspiciar um neoliberalismo não menos revolucionário, embora por razões pudicas se evite qualificá-lo de direita vanguardista. Simplesmente, basta concebê-lo como única alternativa possível, além de moderna, atendido o suposto “fim” da história.¹¹

11. Marcam este giro as seguintes publicações de BRUNNER: *Un espejo trizado: Ensayos sobre cultura y políticas culturales*, 1988b; *Bienvenidos a la modernidad*, 1998; *Cartografías de la modernidad*, s.f.. Uma análise crítica de Brunner encontra-se em: VIDAL, 1998:55-118.

Existe outro caso mais evidente, entretanto, que serve para tipificar o que foi apresentado. O de *Eugenio Tironi*, sociólogo proveniente da Democracia Cristã, que prontamente milita em “el MAPU”, e que, como *Brunner*, vem “transitando” para uma postura consensual a partir de uma data um tanto difícil de precisar, apesar de ele ter sido um prolífico autor de temas contingentes. *Tironi* ainda nos anos 80 se mantinha numa posição classicamente de esquerda reivindicante. Sustentava que o neoliberalismo de Chicago constituía um “fracasso espantoso”; que “[a] tentativa de militares e tecnocratas de suprimir a política e reduzir ao mínimo o Estado atacava a base histórica de integração da sociedade chilena [...]”; que o papel do Estado na educação era “insubstituível”; e que na transição, que então começava a alertar, “a solução não [seria] um acordo de centro-direita [...]” (TIRONI, 1986; TIRONI, 1984). Esta última profecia a história se encarregou de desmentir. Por isso mesmo, talvez, em 1990, é constatada uma tímida virada no pensamento de *Tironi*. Naquele tempo nos conta que, aproximadamente sete anos antes, época coincidente com uma estância de reclusão acadêmica em Paris, tinha chegado à conclusão (avaliada só por sua própria testemunha) de que o regime autoritário de *Pinochet* “tinha raízes sólidas”, portanto, poderia ser definido como “modernizador” (TIRONI, 1990). Por último, sentenciava que o socialismo lhe parecia nada mais do que um “estilo”, uma sensibilidade.

Na verdade, a personagem nas suas dimensões *antes e depois* emerge como o mais enrolado dos “convertidos”. Nos anos 80 aparece assumindo posições muito frontais; é claro que repreendendo duramente àqueles que ainda estavam no poder:

Como é possível? – perguntava naquele tempo Tironi – que continuem pontificando das suas tribunas na imprensa, dos seus postos na universidade e das suas bem pagas assessorias, aparentando não ter tido nada a ver com o acontecido. (TIRONI, 1986:10)

Referia-se ao fato de que os partidários da ditadura não se encarregavam da dramática história recente do país. Pergunta pertinente, porém, que se torna muito mais dura ao ser devolvida como *boomerang* anos depois, nos anos 90, quando o mesmo *Tironi* transformou-se em um dos intelectuais-políticos que mais aparece na imprensa e outras tribunas, na qualidade de autor, colunista, analista eleitoral, membro da junta da diretoria do PPD, funcionário de governo, assessor e “lobista de todo tipo de empresas (entre outras multinacionais, McDonald’s), chefe da campanha presidencial de *Ricardo Lagos*, consultor de proeminentes políticos em diferentes países hispano-americanos, diretor de um departamento de comunicações de uma universidade particular, enfim, um homem sumamente ocupado, que se pronuncia sobre tudo, embora seja preciso caracterizá-lo empregando um tom frio, desapaixonado, não comprometido.¹² O fato é que a principal atividade de *Tironi*, há oito anos, é ser sócio majoritário de uma das mais poderosas empresas de estratégia de comunicação no Chile, ligação chave de tráfico de influências entre a empresa privada e as instâncias governamentais. Com efeito, há pouco, *Tironi* assessorava a dois grandes conglomerados oligopolistas do setor energético, ao mesmo tempo em que atuava como assessor particular do ministro do ramo correspondente. Daí, talvez, por que já não se define como socialista, mesmo que continue apoiando ao governo de “La Concertación”*. De fato, costuma ser identificado como “liberal”, postura coincidente com a identificação política cidadã majoritária que dispomos a partir de sondagem de opinião nacional, e que o *Tironi* sociólogo define no suplemento cultural do jornal “*El Mercurio*” da seguinte maneira:

O liberal está sempre disposto a se deixar convencer por outros argumentos, ou a mudar suas próprias idéias na raiz das transformações à sua volta. Geralmente, os indivíduos não mudam de

12. Cf. minha polêmica com Tironi em: *Rocinante*, 2000.

opinião (ou o fazem só particularmente) em honra à sua “lealdade” à organização a qual fazem parte... Ao liberal, essa noção de “lealdade” produz indignação. Para ele, a congruência consigo mesmo é mais importante do que a adesão às opiniões majoritárias do grupo, qualquer que seja este... (TIRONI, 1999:E5)

Se o comentário anterior de *Tironi* parece um tanto enigmático, o seguinte, a respeito da transparência pública que é aconselhável tolerar, torna o assunto ainda mais nebuloso:

A transparência absoluta, diz Tironi, significa o fim de toda a autoridade, porque após qualquer tipo de poder sempre existirá um segredo. Me assusta que o culto à transparência possa levar à anulação dos poderes públicos...¹³

Curioso temor. Evidentemente o seu “liberalismo” não confrontacional, muito do *establishment* em consenso destes anos, não se estende ao propósito clássico e próprio do liberalismo de querer fiscalizar o poder. Pelo contrário, parece que o que “assusta” é que o auscultem, a ele e aos seus “clientes”. No seu caso, o temor é compreensível.

A “conversão” de *Tironi* e associados teria que, entretanto, ser inserida dentro de um contexto histórico mais amplo se quisermos que seja compreendida além do surpreendente ou errante. Acontece que *Tironi* e *Brunner* pertencem a uma camada de cientistas sociais que, como dizia anteriormente, ficam de fora das universidades e instâncias políticas depois de 73. Daí em diante, criam ou refundam organismos de estudos alternativos (FLACSO, CED, ILET, ICHEH, CIEPLAN, SUR etc.), com a forte ajuda de agências internacionais e da Igreja. Com o decorrer da ditadura, e estando vedada a atividade partidária, eles têm a tendência de cumprir um

13. “La pastilla de Tironi”, artigo publicado em: *El Mercurio*, Santiago, 28 de agosto de 1999, p. C20.

papel intelectual político muito complexo, em geral de baixo perfil, em que, por um lado, se dedicam a trabalhos acadêmicos sérios, processam a derrota histórica da Unidade Popular e o colapso da democracia chilena, recebem a experiência das esquerdas renovadas depois da queda dos socialismos reais, e enfrentam o desafio que irá significar o modelo neoliberal tanto no teórico como em sua execução. Não é tudo o que fazem. Sabemos, por outro lado, e nisto concordo com *Jeffrey Puryear*, que estes centros de estudos se transformam em lugares de reunião e discussão, atuam como nexos operativos para canalizar fundos externos de assistência aos partidos políticos, e, além disso, assumem um papel de liderança dissidente ofuscando, se é que não suplantando, a função dos partidos tradicionais. Não é que “os intelectuais chilenos se tornaram políticos durante a década posterior ao golpe – assinala este autor –, mas é que a política chilena se tornou intelectual” (PURYEAR, 1994:70).

Aceitando-se a explicação acrítica da trajetória destes centros acadêmicos particulares consignada por Puryear – o que não tem nada de estranho, posto que se trata de um alto executivo da Fundação Ford em exercício durante estes anos, encarregado de prover os fundos para levar a cabo o que ele mesmo comemora *a posteriori* – estes intelectuais “ajudaram a engendrar a bem-sucedida transição à democracia no Chile”. Acontecimento que, segundo ele estimou, não teria equivalente algum em outros países latino-americanos. Assinala *Puryear*:

Eles [...] contribuíram de diferentes maneiras e em diferentes momentos, ajudando a moderar o pensamento político de oposição, a repensar a estratégia de transição, a modernizar a política, a desenhar uma campanha bem-sucedida durante o plebiscito [de 1988], e, em alguns casos, a dirigir os partidos políticos (PURYAER, 1994:5).

Por conseguinte, teriam sido estes intelectuais que, depois de aceitar que *Pinochet* e seu regime tinham “raízes sólidas”, e uma vez

que tenham chegado à certeza de que podiam vencê-lo em seu próprio terreno, convenceram os políticos a aceitar o itinerário “transicional” imposto pela ditadura, vale dizer a Constituição de 1980 e o plebiscito. E, se bem participaram nos movimentos sociais e protestos dos anos 80, ao detectar rapidamente o desgaste e o fracasso que produzia a estratégia de mobilização social, a qual degenerava cada vez mais em cenários de corte abertamente insurrecional, optaram por esfriar o caráter ideológico opositor movendo-se para uma postura mais pragmática, além disso, coincidente com a mudança de sensibilidade do país. Esta última teria sido auscultada empiricamente mediante estudos de pesquisas e “*focus groups*”, de enorme utilidade durante a campanha plebiscitária de 88, chegando ao convencimento de que os chilenos eram contrários a toda polarização; segundo estas pesquisas os entrevistados mostravam-se preferentemente preocupados por sua melhoria econômica em um contexto de grave crise recessiva. Enfim, teriam sido estes intelectuais-políticos os que teriam se deparado com a necessidade imperiosa de fazer uma conversão estratégica a fim de se adequarem ao tom dos novos eleitores em potencial, lhes oferecer imagens midiáticas leves e esperançosas, e se apoiarem em uma nova engenharia tecnocrática de comunicação.¹⁴ Desse modo, definiram e assentaram os termos e diretrizes com que foram enquadrados os três governos de “La Concertación”* até o dia de hoje. Cabe mencionar que *Tironi* foi um dos principais diretores de comunicação da “campanha do Não” em 1988.

Não é a ocasião para analisar, ponto a ponto, a tese de Puryear. Em geral, a sua descrição é mais iluminadora do que sua proposta interpretativa final. Que a aceitação de uma política conciliatória, crescentemente consensual, pelo mesmo motivo que se distancia de estratégias confrontacionais fracassadas, tenha possibilitado um cenário favorável para um retorno da democracia é mais que questionável. A situação atual está muito distante da imagem de

14. Ver também: CIS (CED-ILET-SUR), 1989; e TIRONI, 1990.

democracia promovida pelo setor que alguma vez se opôs à ditadura. Com exceção da ausência de uma dimensão policial totalitária, a institucionalidade política, jurídica, comunicacional e econômica se assemelha mais a um tipo de projeção da ditadura de *Pinochet* do que a um regime plenamente democrático-liberal. Por último, a hipótese que formula Puryear mais o contexto de informação que a acompanha é igualmente aplicável a um cenário diferente. Bem poderia se afirmar que a mudança de estratégia descrita deriva de um disciplinamento forçado e não taticamente calculado, conforme os termos ditados por *Pinochet*, o que acabou por finalizar em uma negociação empatada em que confluíram oficialistas e opositores moderados tão espantados uns como os outros diante da eminente ameaça insurrecional que se peneirava nos anos 80.¹⁵ Em seguida, estes dois setores angustiados e cambaleantes, se é que não derrotados, fizeram uma causa comum: decidiram somar as forças, dando lugar ao pacto que explicaria o consenso posterior que ainda se mantém incólume.

Um dos problemas com a colocação de *Puryear* é que não se encarrega dos setores propensos à ditadura, existindo aí um paralelo paralelo que completa a proposta. A direita também negocia, embora suas vantagens nesta negociação sejam tanto mais notórias. Logicamente, aceita que quem até então representavam a oposição à ditadura podiam ter acesso condicionadamente ao poder. Uma vez reconhecidos como confiáveis lhes seria admitido como contraparte, sem prejuízo que os termos da negociação continuassem sendo tutelados pelos militares. Daí a insistência em que o consenso não se limitara unicamente às forças políticas tradicionalmente estabelecidas. Daí, também, que surgisse uma ordem corporativa fática em que entram na operação ao mesmo tempo os intelectuais, os partidos, os empresários, a Igreja, os grandes conglomerados co-

15. A respeito da crucial conjuntura crítica dos anos 80, ver: CAVALLO, 1988; CONSTABLE e VALENZUELA, 1991; POLITZER, 1988; CORREA SUTIL *et al.*, 2001.

municacionais preferentemente de direita, e os militares. Tudo isso sob um sistema não explícito e não institucional – daí sua factibilidade – que preserva o empate consensualmente alcançado. Certamente, quem vai continuar articulando este enrolado acordo, nisso Puryear acerta algo, serão os intelectuais-políticos, porém não só os de centro-esquerda, mas também os de direita.

4. Os intelectuais de direita e sua relação com o Estado

Até agora não tenho me referido aos intelectuais de direita, mas estes são tanto ou mais cruciais que os antes falados. Estamos falando, neste outro caso, de economistas, advogados e de um ou outro cientista político, que foram se agrupando também em centros de estudos particulares (*v. gr.* Centro de Estudios Públicos, Instituto Libertad, Libertad y Desarrollo), além do que aproveitaram, no seu momento, ao máximo as vantagens com que a ditadura premiou sua lealdade. Ultimamente, nota-se certa atividade com pretensões intelectuais-políticas em algumas universidades particulares (*Adolfo Ibáñez*, Universidad de los Andes, Centro de Documentación Histórica de la Universidad Finis Terrae). Menção à parte merece o jornal *El Mercurio* por ser o mais influente e a principal tribuna da direita empresarial.

Contudo, a capacidade de influenciar política e intelectualmente que a direita dispõe se deve fundamentalmente à institucionalidade que plasmou a ditadura. Se naquela época, a centro-esquerda parecia falar a partir de uma sociedade civil embrionária que logo foi desamparada, se é que não descartada quando se chegou a La Moneda, a direita, em compensação, há tempo vem falando do ordenamento político que se cristaliza na Constituição de 1980 e do âmbito econômico neoliberal. Que estes dois pilares da direita constituem construções intelectuais com grande potência não deveria suscitar nenhuma dúvida. Impuseram formidáveis mudanças de mentalidade, ao ponto que daí foram atraídos a setores anteriormente opostos à ditadura; por isso mesmo admi-

tem que sejam catalogados como marcos históricos também revolucionários, embora honrando a linguagem oficialista de direita caberia adjetivá-los como “revolucionários silenciosos”,¹⁶ quer dizer, sem maiores espalhafatos intelectuais; sem que se ergam sobre grandes proposições teóricas eloquentes; pelo contrário, fundados muito mais na ação pragmática que na elucubração estritamente doutrinária; promovidos pela prática e o disciplinamento que oferece o mercado; e fomentados pela atuação fática de grupos neo-corporativistas poderosíssimos (*v. gr.* as Forças Armadas, o empresariado, a Igreja, os meios de comunicação de massa controlados na sua maioria pela direita empresarial).¹⁷

A Constituição de 1980, um dos dois marcos históricos, foi em grande medida concebida por *Jaime Guzmán* que, apesar de não ser um intelectual clássico, era um homem com fortes inquietudes intelectuais. “Tomista”, admirador de *Franco*, corporativista católico e, como nos fez ver *Renato Cristi* recentemente, um jurista no mesmo tom das teorias políticas sofisticadas como as de *Carl Schmitt*. Tão interessante em *Guzmán* é este pano de fundo intelectual como sua posterior derivação em algo muito diferente. Recentemente tinha dito que tinha sido um franquista corporativista, mas acontece que ele se afasta dessa postura e acaba por aceitar linhas de pensamento de corte liberal hayekiano.¹⁸ Por conseguinte, em *Guzmán* é possível constatar, além disso, uma mudança significativa de posições, o que estaria demonstrando que em círculos de direita não se está unicamente diante de opções fáticas. Não é tão diferente, pois, ao que ocorre no bando socialista-estadista ou sociológico-marxista. Em políticos de direita como *Guzmán* vemos

16. O termo alude ao influente ensaio de Lavín (1987), que aplaudia e tipificava os resultados econômicos do regime militar.

17. O termo “fático”, para se referir aos poderes neo-corporativos, foi colocado em circulação pelo político de direita Andrés Allamand. Para sua visão do processo político chileno recente, ver suas memórias: ALLAMAND, 1999.

18. Cf. CRISTI, 2000. Ver também: TALAVERA, 1991, que contém uma antologia dos seus escritos.

mutações, retratações, e não sei se plenamente “conversões”, em virtude das quais voltam a ser resgatadas posturas vagamente de corte liberal clássico inclusive. É certo que a Constituição de 1980 contém ainda vestígios de um pensamento corporativo (*v. gr.* a representação funcionalista de senadores designados, a cláusula dos “avalistas” que favorece as Forças Armadas, a composição do Conselho de Segurança Nacional), entretanto, em todo o resto, trata-se de uma constituição clássica liberal, que se entrelaça com a história constitucional chilena de sempre – não contrasta com ela –, ao ponto que é perfeitamente possível vê-la como uma reforma da Constituição de 1925.

Por sua parte, sabemos que o modelo ortodoxo neoliberal tem uma claríssima origem acadêmica que remonta a acordos entre as universidades Católicas e de Chicago que datam da década dos anos 50.¹⁹ E, além disso, o modelo neoliberal lentamente, antes e depois de 1973, vai recrutando “convertidos” tanto entre os correligionários estruturalistas “cepalianos”* próximos a economistas centristas e democrata-cristãos, como entre os empresários de direita, tradicionalmente propensos a funcionar com gosto dentro de lógicas intervencionistas estatais. Portanto, a imposição do modelo ortodoxo neoliberal supôs, também, um forte terremoto nas concepções econômicas de direita. Quando digo terremoto não estou exagerando. Houve o caso de empresários modernistas de direita, industriais para ser exato, que sobreviveram a *Frei Montalva*, a *Allende* inclusive, porém não às políticas de choque, e de livres e agressivas, se não forem brutais, concorrências incentivadas pelos aderentes à escola de Chicago.

Estas “vítimas” de direita da ditadura não costumam, se me perdoem a expressão, falar de traição – a maioria continuou apoiando *Pinochet* –, porém o termo não está de todo fora de lugar. Muitas outras coisas poderiam dizer aqueles que promoviam uma linha

19. * Formados na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão da ONU. Consultar CORREA SUTIL, 1985.

corporativista, nacionalista ou fascista-populista, que se sentiram defraudados pela virada liberal constitucional que assumiu a Constituição de 1980. Enfim, o que eu queria insistir é que na direita existem também razões para pensar que a ditadura resultou ser outra coisa diferente do que inicialmente se acreditava que era ou que continuaria sendo. As “conversões” e “traições” são encontradas entre quem originalmente se opunha à ditadura e também entre seus mais fervorosos partidários.

O paralelismo se estende a figuras que, do mesmo jeito que no bando da “Concertación”, são capazes de comportamentos de erro extremo. Um bom exemplo é o caso de *Gonzalo Vial Correa*: historiador de direita conservadora, ultra-católico e nacionalista, advogado, ex-ministro de Educação de *Pinochet*, ex-diretor do semanário *Qué Pasa*, opositor fervoroso da Unidade Popular, crítico acérrimo da Democracia Cristã e o principal colunista do jornal *La Segunda*, vespertino de trincheira de propriedade da empresa do jornal *El Mercurio*. Em outras palavras, um homem com impecáveis credenciais para a direita mais radicalmente conservadora.

A trajetória de *Vial Correa* nestes últimos anos, entretanto, é extraordinária. Transformou-se no principal historiador não só da direita de *Pinochet*, mas também dos setores afins a “La Concertación”*. Participou ativamente na “Comissão de Verdade e Reconciliação” (conhecida como Comissão *Rettig*), nomeada por *Aylwin* para se encarregar do tema dos direitos humanos, onde teve um papel destacadíssimo ao ser encarregado do capítulo histórico do *Relatório*.²⁰ Na realidade, *Vial* foi o negociador que teve a direita naquela Comissão.

Devemos a *Vial* a tese, muito marcada no *Relatório*, de que o colapso da institucionalidade foi devido a uma quebra dos “consensos”. *Vial*, de fato, foi o intelectual que mais insistiu no discurso consensual, postura que perpassou profundamente os círculos

20. COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN (Relatório), 1991.

adeptos ao oficialismo da “Concertación”.²¹ Paradoxalmente, entretanto, *Vial* nos meses seguintes ao golpe militar de 73 foi co-autor nada menos do que do *Livro branco da mudança de governo no Chile* (*El libro blanco del cambio de gobierno em Chile*), panfleto provavelmente fraudulento, à época anônimo, que serviu para justificar o golpe sobre a base de um suposto “Plan Zeta” (Plano Z), cuja existência nunca foi confirmada, idealizado supostamente por partidários extremos da Unidade Popular para engatilhar um auto-golpe e impor uma ditadura marxista. Conste-se que este opúsculo, de enorme divulgação nesses primeiros meses da ditadura, serviu de propaganda justamente no mesmo momento em que estavam sendo cometidos os piores abusos de direitos humanos. *Vial* só veio reconhecer que ele era um dos seus autores, vinte cinco anos depois e a contragosto, depois que foi denunciado.²² Antes, porém, quando este antecedente era ainda um segredo em voz alta, ele tinha sido convidado para participar como homem chave na Comissão *Rettig* para ser o encarregado do tema dos direitos humanos. Seria demais assinalar que aquele *Relatório* deixou de fora os casos massivos de tortura, provavelmente o *quid* central do tema e não os detidos desaparecidos como costuma se pensar;²³ insistiu o *Relatório* também que a culpa histórica era compartilhada; atribuiu fortes responsabilidades aos setores mais extremistas; e propôs a idéia de “consenso”, tanto para trás como para o futuro. Certamente, *Vial*, assim como o oficialismo da “Concertación”, deu um forte apoio à repatriação de *Pinochet*. Recentemente voltaram a convidar *Vial* para formar parte de uma “Mesa de Diálogo” que trataria de assuntos pendentes de direitos humanos, desta vez com representantes das Forças

21. Suas principais teses são encontradas em: VIAL CORREA, 1981a e 1981b.

22. *Vial* reconheceu ser um dos autores no jornal *La Segunda*, Santiago, 2 de fevereiro de 1999. Cf. SOTO, 2002.

23. Sobre o espinhoso tema da tortura e por que não é abordado, ver: VIDAL, 2001, e JOCELYN-HOLT LETELIER, 2000:163-173, 182-184, 231-242.

Armadas, sendo silenciados novamente os aspectos mais candentes e complicados, instância de negociação que até em setores oficialistas é reconhecida como já ter fracassado.²⁴

Eu faço menção ao caso de *Vial Correa* com a finalidade de demonstrar que existem também na direita correlatos equivalentes aos *Tironi*, *Brunner* e associados. Comportamentos repreendidos com um mínimo de coerência (destaque-se que *Vial* permanentemente faz alarde do seu moralismo), são tão evidentes na direita de oposição e de Pinochet como no oficialismo da “Concertación”. Trajetórias erradas e escorregadias não são patrimônio exclusivo de um ou outro setor. Pelo contrário, o surpreendente apoio de “La Concertación” para com *Vial* confirma que estamos diante de um pacto de negociação que foi se renovando paulatinamente desde seus inícios, antes inclusive do plebiscito de 1988. Que se trate de uma destacada figura intelectual de trincheiras, reafirma o papel de protagonismo permanentemente equivocado dos intelectuais-políticos que venho tentando sublinhar. Papel que compete tanto à direita, a estas alturas, como à centro-esquerda.

5. O dilema atual dos intelectuais chilenos

Insistir que haja aqui um pacto, sem poder ainda elucidar – confesso – se é de natureza explícita ou tácita, leva a discussão a um plano histórico mais concreto que o das teses mais convencionais que sustentam que os intelectuais chilenos são uns “convertidos” ou “traidores” natos. De fato, as explicações que enfatizam a flexibilidade política, além de constatar condutas desleais e erradas, não parecem reparar no principal, concretamente, no contexto geral onde são produzidos estes erros. Tratando-se de intelectuais, que sejam classificados como camaleões ou traidores não acrescenta muito ao que vem sendo dito sobre eles em análises consagradas, especifica-

24. Sobre os resultados desta instância, ver o artigo “El texto completo del acuerdo”, no jornal: *La Tercera*, Santiago, 14 de junho de 2000, p. 6.

mente sobre isso, de *Julien Benda*, *Karl Mannheim* e outros.²⁵ Por conseguinte, a explicação deveria ir por outro lado, sem prejuízo de que este aspecto continue sendo um eixo central que mereça nova análise. A traição não deve nunca ser perdida de vista. Com maior razão se na definição mais sucinta da modernidade – como negação da tradição –, a traição se destaca como opção inescusável. Embora quanto inescusável? Necessária e fausticamente assim como o poder em versão também moderna? Querer limitar o poder é uma *aspiração pré-moderna*, embora ilustrada, no estilo Regime Antigo, condenada a sucumbir diante de totalitarismos modernizantes que, ao longo, a anulam?

Sustento, portanto, que no caso chileno o contexto modernizante, que não é o mesmo que dizer moderno, é decisivo. Sem dúvida, o papel equivocadamente que estive relatando tem a tendência de se potencializar, levando em conta o ambiente revolucionário em que entram para funcionar estes operadores, ou para ser mais exato, manipuladores ávidos de poder que, além disso, se amparam na sua qualidade de intelectuais *non-accountables*. Com maior razão, em se tratando de uma revolução, como a chilena, que se encontraria numa etapa avançada: uma revolução em processo de “restaurar” uma nova ordem depois de ter transitado por fases mais críticas e violentas. Sabe-se que em “restauração” tudo é mais nebuloso. As palavras perdem sentido, as convicções são abrandadas, o temor se apossa de muitos, Saturno devora os seus filhos, rendem os testa-de-ferro, aparecem pessoas até então desconhecidas, ninguém entende muito de nada. De modo que não é que estejamos necessariamente numa etapa pós-modernista, pós-comunista, pós-anticomunista, ou o que for, no tom de fenômenos contemporâneos europeus ou globalizados, e, por conseguinte, não haveria nada de excepcional aqui que estranhássemos. Não é a mesma coisa ser um desencantado dos

25. BENDA, 1928; MANNHEIM, 1936; BURNHAM, 1943; ARON, 1979. Para épocas mais atuais e em uma linha similar, ver: JUDT, 1992; CASTAÑEDA, 1994; DEBRAY, 1999; GOLDFARB, 2000.

anos 60 nos Estados Unidos ou na Europa ou num Chile pós-*Pinochet* com *Pinochet* e seu legado ainda vigente. Além disso, o que estiver tentando colocar um fim a um processo revolucionário arrastado por quase já quatro décadas, embora seja este o melhor cenário imaginável, confunde qualquer um. Confunde inclusive àqueles que bem poderíamos supor que são os mais lúcidos, os mais claros, os que podem exercer uma liderança pública, capazes inclusive de se fazerem responsáveis pela sua própria história.

A tudo isso somamos o fato de que, também, foi lhes retirada a base de onde pode funcionar ou recorrer a uma sociedade civil historicamente muito fraca.²⁶ Corre simultaneamente ao poder crescente dos intelectuais-políticos toda uma história de antiintelectualismo e seduções populistas. Além disso, os intelectuais-políticos são fascinados pela ação, mas não pela contemplação. Por isso suas contribuições estritamente intelectuais, nestes últimos quarenta anos, são tão surpreendentemente pobres. Apesar dos milhares de cientistas sociais que têm se formado nestas últimas décadas, tendo sido beneficiados também com fartos recursos, a maioria de fora, é extraordinário que no Chile não exista um livro decente, de uma perspectiva histórica ou sociológica, que trate o tema da classe média. Chama a atenção. Com maior razão, se ainda repararmos que, em quase cem por cento, estes intelectuais são produtos dessa mesma classe média.

Dado que estamos falando – como é o caso chileno – também de uma sociedade traumatizada pelo passado, que aposta uma e outra vez em um escapismo futurista, afundada em certa sonolência auto-complacente, cúmplice consigo mesma, isto quer dizer, cúmplice com seus próprios demônios, tudo se torna tanto ou mais difícil.²⁷ O processo revolucionário, liderado até agora por intelectuais funcionais para as posturas perigosamente em vigor, jo-

26. Ver: SALAZAR, 1995; JOCELYN-HOLT LETELIER, 2001, I, p.17-30.

27. Sobre o tema da memória, ver: BENGGOA, 1996; LOVEMAN e LIRA, 1999; LOVEMAN e LIRA, 2000; RICHARD, 2000; ILLANES, 2002.

gou pelo ralo boa parte do melhor, no meu julgamento, que oferecia o Chile tradicionalmente: sólidas universidades públicas; uma longa tradição de parlamentarismo e desconfiança diante do poder total das burocracias executivas; partidos políticos disciplinados e pluralistas; instituições secularizadoras e seletivistas, moderadas e cultas; enfim, espaços públicos onde os indivíduos podiam exercer um certo alto grau de liberdade, e de onde podiam ir desenhando e sonhando com “grandes projetos”. Na falta destes suportes fortes, o da mídia que é oferecido pelo espaço virtual atual não é suficiente.

Efetivamente, existem no Chile na atualidade intelectuais que se afirmam em termos críticos ou revisionistas. Pensemos em *Tomás Moulian* e *Gabriel Salazar* na esquerda não da “Concertación”. O problema, entretanto, com estes outros intelectuais é que não são politicamente eficientes, não respondem a grupos de interesse efetivo ou orgânico; são demasiado individualistas e independentes, sendo estas suas principais virtudes talvez, se os observarmos de uma perspectiva mais cética e anti-*establishment*. Pode ser que, inclusive, disponham de tribuna, que apareçam freqüentemente em fóruns, que publiquem e que a imprensa os cultive, porém o seu impacto é paradoxalmente menor do que no passado. Aqui, o estágio midiático virtual, o fato de que estejamos em uma sociedade sob o “império do efêmero”, incide, e não é pouco. A verdade é que, por um lado, a estes intelectuais alternativos lhes é oferecido uma certa cota de figuração virtual, e por outro lhes são subtraídos os espaços institucionais. São conhecidos casos de intelectuais alternativos castigados e marginalizados nesse sentido (Cf. PORTALES, 2000). Influenciam, também, as limitações que, ainda em suposta democracia, limitam os meios de comunicação de massa; sem ir muito longe, há um ano Human Rights Watch concluiu que o Chile tinha o pior recorde de liberdade de expressão na América Latina, só sendo superado por Cuba.²⁸

28. Relatório de HUMAN RIGHTS WATCH, 2001.

Por último, dizer que todas as principais linhas de pensamento no Chile, no século XX, da direita até a esquerda, tenham se colocado contra a tradição ilustrada, liberal-republicana também não ajuda (Cf. CORREA SUTIL *et. al.*, 2001:367ss). Que quase todos, também, tenham ambicionado e procurado materializar a profecia, agora ultimamente autocumprida, de uma revolução antioligárquica, antielitista e democratizadora, coloca os intelectuais em dúvida. Agora é estranho que, estando onde estamos, no que se diz respeito aos intelectuais, não se acredite neles.

Visto assim este assunto, é obvio que a opção fáustica pelo poder supõe, antes de tudo, um pacto de omissão, de esquecimento, no qual se tentam apagar as impressões deixadas, as próprias. Por isso é que os intelectuais, em geral, preferiram ser conselheiros do príncipe deixando a si mesmos como consciências críticas. Daí, também, o silêncio histórico, um prurido feito de fobia do passado, o fato de os historiadores – se é que cabe incluí-los entre os intelectuais – até pouco tempo colonizados pelas ciências sociais, no máximo, tenham se tornado depositários de um passado sepulcral; enfim, o silêncio historiográfico destes últimos quarenta anos diante do drama histórico de uma Revolução assim em maiúsculo. Finalmente, não querer olhar para trás como uma maneira útil de discutir o futuro, revisar projetos passados para elaborar e oferecer projetos futuros no velho, e não moderno, sentido das utopias. Sim, inclusive, o vemos tanto na direita como na esquerda. Uma direita trânsfuga, antioligárquica, conservadora, ao contrário de liberal, ilustrada, por um lado, ao mesmo tempo uma esquerda que renega a si mesma, e um centro que é incapaz de engrandecer a sua própria história seletivista; todo este enxame de confusões está também por trás do nosso pano-de-fundo revolucionário contemporâneo. Daí vêm, talvez, as surpresas com que temos nos deparado nestes últimos anos: que a direita é a que estipula os termos da restauração. Além disso, que é uma direita militarista (coisa estranha no Chile), populista (mais estranho ainda), plutocrática, obcecada com o materialismo mais vulgar, a que se apropria do cenário, dita os termos,

e se oferece para colocar um fim no processo revolucionário. E, por outro lado, dispomos, em suma, de uma esquerda flácida, que esquece o seu passado reivindicante social, e que corre solícita – para a esquerda chilena como se sempre tivesse gostado dos sacrifícios (Cf. JOCELYN-HOLT LETELIER, 2002:E2) – a prestar ajuda incondicional aos seus novos sócios de direita nesta tarefa de restauração revolucionária.

Não sou otimista; porém, ainda, não perco as esperanças.

Referências bibliográficas

- ALLAMAND, Andrés. *La travesía del desierto*. Santiago: Aguilar, 1999.
- ANGELL, Alan, POLLACK, Benny (Comps.). *The legacy of dictatorship: politics, economic and social change in Pinochet's Chile*. Liverpool, 1993.
- ARON, Raymond. *El opio dos intelectuales*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1979.
- BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. 1928.
- BENGOA, José. *La comunidad perdida*. Ensayos sobre identidad y cultura: los desafíos de la modernización en Chile. Santiago: Sur, 1996.
- BENITÉZ, Andrés. *Chile al ataque*. Santiago: Zig-Zag, 1991.
- BERMAN, Marshall. *All that is solid melts into air: the experience of modernity*. New York: Simon and Schuster, 1982.
- BRUNNER, José Joaquín, BARRIOS, Alicia. *Inquisición, mercado y filantropía: Ciencias sociales y autoritarismo em Argentina, Brasil, Chile y Uruguay*. Santiago: FLACSO, 1987.
- BRUNNER, José Joaquín, FLISFISCH, Angel. *Los intelectuales y las instituciones de la cultura*. Santiago: FLACSO, 1983.
- BRUNNER, José Joaquín. *Bienvenidos a la modernidad*. Santiago: Planeta, 1998.
- _____. *Cartografías de la modernidad*. Santiago: Dolmen, s.a.
- _____. Educación superior: una revolución y um mito. *Diario virtual elmostrador.cl*, 3 ago. 2001.
- _____. *El caso de la sociología en Chile*. Formación de una disciplina. Santiago: FLACSO, 1988a.

- _____. La intelligentsia: Escenarios institucionales y universos ideológicos. *Proposiciones*, n. 18, p. 180-191, Santiago: Sur, 1990.
- _____. *Un espejo trizado*: ensayos sobre cultura y políticas culturales. Santiago: FLACSO, 1988b.
- BURNHAM, James. *The Machiavellians: defenders of freedom*. New York, 1943.
- CADEMARTORI, José. *El modelo neoliberal*. Santiago, 1998.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *La utopía desarmada*: intrigas, dilemas y promesa de la izquierda en América Latina. Buenos Aires: Ariel, 1994.
- CAVALLO, Ascanio, SALAZAR, Manuel, SEPÚLVEDA, Óscar. *La historia oculta del régimen militar*. Santiago: Ediciones La Época, 1988.
- CIS (CED-ILET-SUR). *La campaña del No vista por sus creadores*. Santiago: Melquiades, 1989.
- CLAUDE, Marcel. *Una vez más la miseria: es Chile un país sustentable?* Santiago, 1997.
- COLLIER, Simon, SATER, William F. *A history of Chile, 1808-1994*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe*. 2 tomos, Santiago, 1991.
- CONGRESO DE ONGS. *Redes y organizaciones en pleno*. 2 tomos, Santiago, 2001.
- CONSTABLE, Pamela, VALENZUELA, Arturo. *A nation of enemies: Chile under Pinochet*. New York: W. W. Norton & Company, 1991.
- CORREA SUTIL, Sofía et al. *Historia del siglo XX Chileno: balance paradójico*. Santiago: Sudamericana, 2001.
- _____. Algunos antecedentes históricos del proyecto neo-liberal en Chile (1955-1958). *Opciones*, n. 6, Santiago: CERC, maio-ago. 1985.
- CHRISTI, Renato. *El pensamiento político de Jaime Guzmán: autoridad y libertad*. Santiago: Lom, 2000.
- DEBRAY, Régis. *Alabados sean nuestros señores - Una educación política*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.
- ELIZONDO, José Rodríguez. *Crisis y renovación de las izquierdas: De la revolución cubana a Chiapas, pasando por el "caso chileno"*. Santiago: Andrés Bello, 1995.

- FAZIO, Hugo. *El mapa actual de la extrema riqueza en Chile*. Santiago: Lom, 1997.
- GOLDFARB, Jeffrey C. *Los intelectuales en la sociedad democrática*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.
- GÓNGORA, Mario. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago: Ediciones La Ciudad, 1981.
- HUMAN RIGHTS WATCH. Chile entre peor evaluados en libertad de expresión. *El Mercurio*, 15 mar. 2001.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *The limits of tolerance: freedom of expression and the public debate in Chile*. New York, 1998.
- HUNEEUS, Carlos: *El régimen de Pinochet*. Santiago, 2000.
- ILLANES, María Angélica. *La batalla de la memoria*. Ensayos históricos de nuestro siglo, Chile 1900-2000. Santiago: Planeta, 2002.
- JOCELYN-HOLT LETELIER, Alfredo. Al rescate de un autocondenado. *El Mercurio*. Santiago, 7 abr. 2002, E2.
- _____. Sociedad civil y organizaciones nongubernamentales en Chile: una historia germinal. In: CONGRESO DE ONGS. *Redes y organizaciones en pleno*. Santiago, 2001, I, p. 17-30.
- _____. *Espejo retrovisor*. Ensayos histórico-políticos 1992-2000. Santiago, 2000. p.163-173, 182-184, 231-242.
- _____. *El Chile perplejo: Del avanzar sin transar al transar sin parar*. Santiago: Planeta, 1998.
- JUDT, Tony. *Past imperfect*. French intellectuals, 1944-1956. Berkeley, 1992.
- LAGOS, Claudia, RAVANAL, Mariela. Libertad de expresión en Chile: diez años de vergüenza. *Rocinante*, año III, n. 20, p 25-32, Santiago, jun. 2000.
- LAVÍN, Joaquín. *Chile, revolución silenciosa*. Santiago: Zig-Zag, 1987.
- LOVERNAN, Brian, LIRA, Elizabeth. *Las ardientes cenizas del olvido: vía chilena de Reconciliación Política 1932-1994*. Santiago: Lom y Dibam, 2000.
- _____. *Las suaves cenizas del olvido: Vía chilena de reconciliación política 1814-1932*. Santiago: Lom y Dibam, 1999.
- LLADSER, María Teresa. La investigación em ciencias sociales en Chile: su desarrollo en los centros privados, 1973-1988. In: TALLER DE COOPERACIÓN AL DESARROLLO (Comps.). *Una puerta que se*

- abre*: Los organismos no-gubernamentales en la cooperación al desarrollo. Santiago: Taller de Cooperación al Desarrollo, 1989.
- MANNHEIM, Karl. *Ideology and utopia*: an introduction to the sociology of knowledge. London, 1936.
- MARRAS, Sergio. *Chile, ese inasible malestar*. Santiago: Editorial Universitaria, 2001.
- MAZA, Gonzalo de la. *Sociedad civil y democracia en Chile*. Santiago: Documento de trabalho preparado para o Projeto Regional Comparativo Sociedade Civil e Governabilidade Democrática em Los Andes e Cone Sul da Fundação Ford e o Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru, 1999.
- MONCKEBERG, María Olivia. *El saqueo dos grupos económicos al Estado chileno*. Santiago: Ediciones B, 2001.
- MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: Lom-Arcis, 1997.
- _____. *Democracia y socialismo en Chile*. Santiago: FLACSO, 1983.
- OSORIO, Victor, CABEZAS, Iván. *Los hijos de Pinochet*. Santiago: Planeta, 1995.
- OTANO, Rafael, SUNKEL, Guillermo. Libertad de expresión em Chile: dolores y sombras del actual periodismo chileno. *Rocinante*, año II, n. 10, Santiago, ago. 1999.
- POLITZER, Patricia. *La ira de Pedro y los otros*. Santiago: Planeta, 1988.
- PORTALES, Felipe. *Chile: una democracia tutelada*. Santiago: Sudamericana, 2000.
- PURYEAR, Jeffrey M. *Thinking politics: intellectuals and democracy in Chile, 1973-1988*. Baltimore: The John Hopkins University, 1994.
- RICHARD, Nelly (Comp.). *Política y estéticas de la memoria*. Santiago: Cuarto Propio, 2000.
- SALAZAR V., Gabriel. *Del modelo neoliberal en Chile: la difícil integración entre los pobres, los intelectuales y el poder (1989-1995)*. Santiago: PAS, 1995.
- SILVA, Patricio. Intellectuals, technocrats, and social change in Chile: past, present, and future perspectives. In: ANGELL, Alan, POLLACK, Benny (Comp.). *The legacy of dictatorship: politics, economic and social change in Pinochet's Chile*. Liverpool: Institute of Latin American Studies, University of Liverpool, 1993.

- SOTO, Marcelo. Vial fue forzado a reconocer que escribió el *Libro Blanco. La Tercera*. Santiago, 7 abr. 2002.
- SUBERCASEAUX, Bernardo. *Chile, un país moderno?* Santiago: Ediciones B, 1996.
- SUNKEL, Guillermo, GEOFFREY, Esteban. Concentración económica e ideológica en los medios de comunicación: peculiaridades del caso chileno. *Rocinante*, año IV, n. 28, p. 21-24, Santiago, fev. 2001.
- TALAVERA, Arturo Fontaine. El miedo y otros escritos. El pensamiento de Jaime Guzmán E. *Estudios Públicos*, n. 42. Santiago: Centro de estudios públicos, 1991.
- TAULIS, Dauno Tótoro. *La cofradía blindada*. Chile civil y Chile militar: trauma y conflicto. Santiago: Planeta, 1998.
- _____. *Ser de izquierda*. Santiago: Planeta, 2000.
- TIRONI, Eugenio. *Autoritarismo, modernización y marginalidad: el caso de Chile 1973-1989*. Santiago: Sur, 1990.
- _____. *El liberalismo real: la sociedad chilena y el régimen militar*. Santiago: Sur, 1986.
- _____. *La invisible victoria*. Campañas electorales y democracia en Chile. Santiago: Sur, 1990.
- _____. *La torre de Babel: ensayos de crítica y renovación política*. Santiago: Sur, 1984.
- _____. Ser liberal. *El Mercurio*. Santiago, 25 abr. 1999, E5.
- VALLE, Alfredo del (Comp.). *Las ONGs: un potencial de desarrollo y ciudadanía para Chile*. Santiago, 2000.
- VIAL CORREA, Gonzalo. Decadencia, consensos y unidad nacional en 1973. *Dimensión Histórica de Chile*, n. 1, Santiago, 1981a.
- _____. *Historia de Chile (1891-1973)*. volumen I, tomo 1, Santiago: Santillana, 1981b.
- VIDAL, Hernán. *Chile: poética de la tortura política*. Santiago, 2001.
- _____. *Tres argumentaciones postmodernistas en Chile*. Santiago: Mosquito Ediciones, 1998.
- ZERÁN, Faride. Necesitamos una nueva ética de comportamiento. (Entrevista a Enzo Faletto) *Rocinante*, año V, n. 41, p. 7, Santiago, mar. 2002.

Resumo

O Chile é conhecido pela “intelectualização” de sua política, ou seja, pela participação fundamental dos intelectuais na política. Como explicação costuma-se insistir no caráter ambíguo dos intelectuais. Segundo certa postura apologética, seriam classificados como convertidos que se “modernizam” e “democratizam” cobrindo os vazios de poder ocasionados pelos terremotos político-sociais que traumatizaram a história contemporânea chilena.

Entretanto, essa realidade é analisada de uma perspectiva bem mais crítica, enfatizando-se a contradição dos intelectuais e seu papel como “manipuladores ávidos de poder”.

Por fim, salienta-se que o poder crescente dos intelectuais é concomitante a um incipiente antiintelectualismo e a propósitos de inserção política.

Intelectuais e política na Argentina: Notas sobre uma relação problemática

HUGO QUIROGA

Num país como a Argentina, que vive um eterno presente, rodeado de instituições que perderam sua legitimidade, onde o respeito pela lei é escasso e a sensação de impunidade, abundante, onde a palavra oficial não possui credibilidade e a distância entre política e sociedade aumenta, pode parecer inoportuno falar dos intelectuais em vez de falar das instituições. Com a fratura institucional de 20 de dezembro de 2002, logo após a renúncia do presidente De la Rúa, e com a desvalorização de janeiro de 2002, ficou evidente a crise de autoridade pública, a queda do sistema de representação, a erosão da lei e a desordem monetária e financeira. Neste panorama, emerge a violência. Multiplicaram-se os conflitos e aumentou a desordem e, em determinadas circunstâncias, as forças presentes não foram submetidas a nenhuma norma superior que as pudesse conter. O problema reside nas ações coletivas sem regras, que podem conduzir à decomposição da ordem social. A anomia é o conceito que permite descrever situações onde a eficácia da norma está ameaçada. A preocupação pelo futuro da Argentina passa pela reconstrução de todo o modelo institucional perante a ausência de um Estado que inspire credibilidade e a ruptura do vínculo de representação.¹

1 Sobre a anomia e a construção institucional faço referência à obra de Ralf Dahrendorf (1998).

Ao falar dos intelectuais, como bem adverte Le Goff (2001), desloca-se a atenção das instituições para os homens, das estruturas sociais para as idéias, para reafirmar a função da ciência e da cultura. Mas se acreditarmos – junto com Goldfarb (2000) e tantos outros – que os intelectuais contribuem para que as sociedades falem de seus problemas e que colaboram com vida democrática quando “subvertem o consenso complacente” e cultivam o civismo da vida pública, então o empreendimento pode estar mais que justificado. Sem dúvida, a autoridade das instituições se vê reforçada pela autoridade dos intelectuais, pelo lugar que ocupam na vida cultural e pela função social que devem cumprir. Com isso, não estou responsabilizando os intelectuais pela precariedade institucional da sociedade argentina, mas simplesmente mostrando seu papel de “construtores verbais” e de criadores de significados.

Antes de fazer referência à discussão do tema na Argentina, considerarei, em primeiro lugar, um aspecto mais geral do mesmo: o problema da relação entre a esfera do pensamento e a esfera da ação ou, em outros termos, a relação dos intelectuais com a política.

1. Pensamento e ação

A relação dos intelectuais com a política nos leva à relação com o poder e com os políticos, isto é, ao campo da ação política, ao espaço público como lugar de participação dos diversos autores. Poderíamos afirmar – sobretudo em nosso presente, no qual a prática política nunca esteve tão sob suspeita – que aumentou a separação entre pensamento e política. Por isso, onde se encaixa a reflexão do intelectual? Nas ações alheias? Talvez seja o momento de perguntar: pensamento e ação são duas esferas distintas? Com experiência e sabedoria, Bobbio (1998) assinala que a “política da cultura” e a “política dos políticos” devem se manter bem distintas e que mesmo quando o homem de cultura faça política a faz a longo prazo, de tal forma que as derrotas imediatas não devem desviá-lo de seu caminho. Daí seu convencimento de que o hiato que se

estabelece entre intelectuais e política é difícil de preencher e somente se pode superar em momentos extraordinários.

Se nos detivermos na obra de Hannah Arendt, observaremos que a ação política é a atividade especificamente humana e que o interesse da filósofa alemã reside na reabilitação da política, como espaço público, plural e autônomo de deliberação, frente ao eclipse que a domina. Em Arendt, porém, não é possível uma ação sem discurso, o ator é medido por suas palavras. A ação é intrinsecamente dialogante. A ação não é só fazer mas também dizer, e a ação é equivalente à liberdade. Em definitivo, o pensamento não é contrário à ação. Após citar o Prefácio a *Between Past and Future*, no qual Arendt afirma sua convicção de que o pensamento nasce dos acontecimentos da experiência vivida e deve permanecer a eles ligado, Claude Lefort (1986) proclama categoricamente que nenhum escritor definiu com tanto rigor como Arendt o nexa entre pensamento e acontecimento. É verdade, Arendt pensa através da experiência (o contrário é abstração), por isso, pergunta-se: “Qual é o objeto do nosso pensar? A experiência. Nada mais. E se perdermos o alicerce da experiência então nos encontraremos com todo tipo de teorias”.²

O que ilumina, porém, segundo Dotti, o nexa entre pensamento e ação em Arendt é o significado que a temporalidade tem para o humano. A partir do momento em que os homens se afastam da prática imediata é que podem cumprir, através do pensar, a ação propriamente dita. A ação encontra seu objetivo fora do tempo, no exercício de pensar. Arendt, acrescenta Dotti (1997), muda de perspectiva e reivindica a contemplação como exercício superior à vida ativa. Com relação a isso, são ilustrativas algumas das intervenções de Arendt, no citado colóquio de 1972, que agora me proponho a transcrever: “Podemos começar nos perguntando o que significa o pensar para a atividade de atuar. Admitirei algo: basicamente, estou

2 ARENDT, Hanna. “Arendt sobre Arendt. Un debate sobre su pensamiento”, (trata-se das respostas às perguntas dos participantes de um colóquio realizado em 1972), em: ARENDT, 1995.

interessada em compreender. Isto é totalmente correto. Admito também que existem outras pessoas que estão principalmente interessadas em fazer algo. Eu não, eu posso viver perfeitamente sem fazer nada. Mas não posso viver sem tentar, no mínimo, compreender o que acontece”. E, em outro momento, nossa autora conclui: “De fato, considero que só se pode atuar concertadamente e que só se pode pensar por si mesmo. Trata-se de duas posições ‘existenciais’ – por assim dizer – completamente distintas”. [...] “Pensar e atuar são coisas distintas, até o ponto que, se há desejo de pensar, tem que se retirar do mundo”.

Indo agora na direção de Merleau-Ponty, não podemos deixar de considerar seu foco para a “política dos filósofos”, isto é, “aquela que ninguém faz”, “podemos dizer, portanto, que seja uma política?” (MERLEAU-PONTY, 1973:12), para distingui-la, na minha opinião, da política dos políticos, isto é, daquela que se faz mas não se pensa. A dúvida a dirimir é se quem não pensa pode fazer. O saber e a ação, escreve Merleau-Ponty em outro texto (MERLEAU-PONTY, 1974:15), são dois polos de uma única existência. A política não é outra coisa, de seu ponto de vista, que um vaivém entre a realidade e os valores, não é outra coisa, enfim, que um vaivém entre o juízo solitário e a ação comum. Em *Humanismo y terror* insiste: “A maldição da política consiste precisamente nisso: deve traduzir os valores na ordem dos fatos” (MERLEAU-PONTY, 1986:29). Por isso, segundo esta atrativa concepção, a política não é moral pura senão uma ação que se inventa.

Quero crer que a política (como centro construtor de vínculos sociais, como espaço de tensão entre os valores e as necessidades) é uma conjunção de ação e reflexão, melhor ainda, de ação infinita e de reflexão perpétua. Se toda ação pressupõe, de alguma maneira, o pensar, é hoje aceitável uma distinção entre os que pensam a política e os que a fazem? Encontramo-nos realmente ante uma dicotomia sem salvação (entre intelectuais e políticos), ou melhor, ante uma tensão interna do conceito de política que deve traduzir os valores na ordem dos fatos? Os intelectuais e os

políticos discutem os mesmos problemas? Uma coisa fica clara, além da conexão entre pensamento e ação, a atividade do intelectual não se confunde com a atividade do político, embora o objeto do pensar e do atuar seja o mesmo: a política. O que me parece certo é que a ação sem palavra carece de pensamento, torna-se muda, instrumental, deixa de ser ação.

Definir os intelectuais não é uma tarefa fácil. Sobretudo, pela natureza peculiar do objeto que se quer definir e pela grande variedade de definições existentes e, ainda, porque todas elas são “auto definições” (BAUMANN, 1997). Então, antes de ensaiar uma definição, prefiro, dado o tema que vou desenvolver, destacar o lugar que ocupam nas sociedades contemporâneas. Seu lugar está dado pelo jogo da linguagem e da palavra, e se a palavra, como escreve Kolakowski (1990:53), não só reproduz a realidade como também é sua co-geradora, podemos pensar nos intelectuais como produtores de sentido. Desta palavra, vale acrescentar, não só pode resultar o discurso histórico, a teoria política, a sociologia, etc. – observados todos os que pensam sobre o ocorrido e desenvolvem seu próprio relato –, como também o significado das coisas. Os intelectuais organizam esquemas de inteligibilidade e criam significados. E o âmbito de sua atividade é a esfera pública. Sem dúvida, esta esfera é o lugar onde os homens compartilham “palavras” e “atos”, impossível de se concretizar no isolamento. A ação e a palavra, como insistiu Arendt, necessitam irremediavelmente da presença de outros. O espaço público é o lugar onde acontece o diálogo político e cívico entre os homens.

2. Trajetos intelectuais na história Argentina

Através deste panorama, desejo agora descrever de maneira concisa alguns momentos da trajetória dos intelectuais na Argentina e sua relação com o poder e a política. Antes, porém, quero sublinhar quatro aspectos que me parecem relevantes na hora de posicionar a categoria intelectual, com suas próprias características, dentro da dinâmica da sociedade argentina. Em primeiro lugar,

em conjunturas históricas diferentes, emergem diversos tipos de intelectuais que irão ilustrar os comportamentos críticos dos homens de cultura frente ao mundo que lhes compete viver. A melhor maneira de compreender a emergência desses tipos é considerá-los no contexto das mudanças de época. Como poderemos ver, os ritmos entre os intelectuais e a política são diferentes, segundo as circunstâncias históricas. Em certos períodos, eles se aproximam do poder, politizando-se e, em outros, se afastam e perdem seu temperamento político para adquirir um perfil mais acadêmico. Em segundo lugar, essa trajetória tem sido intermitente, nunca linear e contínua, foi ao mesmo tempo distante e presente em relação à política. Nesse sentido, faço minha a pergunta que Silvia Sigal (2002) formula no seu excelente livro sobre o tema: Qual é o lugar dos intelectuais argentinos na vida política? A princípio, a história dos intelectuais percorreu um caminho que combinou o desencontro dos grandes movimentos de massas com momentos de participação direta no poder e na política. O antiintelectualismo (proveniente, muitas vezes, dos mesmos intelectuais que entendiam seu papel de maneira diferente) e a desconfiança do Estado estiveram presentes em boa parte dessa história. Em terceiro lugar, sendo essa trajetória intermitente, os intelectuais argentinos em vez de “conselheiros do Príncipe” foram anunciadores de sentidos (talvez este seja o denominador comum) e desse lugar exerceram sua influência; de sua atividade cultural contribuíram com seu relato e seu sistema simbólico a configurar a realidade. Com o uso da palavra, a inteligência argentina contribuiu, parafraseando a Ricoeur, “para dar forma a nossa experiência temporal confusa, disforme e, finalmente, muda” (RICOEUR, 2001:20). Em quarto lugar, uma mudança significativa teve lugar na década de 1980 do século XX quando o papel do intelectual clássico (produtor do sentido) entrou em crise, por causa dos meios de comunicação, dos técnicos e dos experts.

O período situado entre 1850 e 1914, de consolidação da Nação e do desenho institucional do Estado, recebeu toda a influência do pensamento “liberal clássico”, segundo Ezequiel Gallo

(1994), através de expoentes formidáveis que empreenderam a ação política como Mitre (que foi igualmente um grande escritor) e Roca ou como Alberdi e Sarmiento (com destacada atuação política) que exibiram penas brilhantes e ágeis. É um momento, então, em que se pode destacar a conexão entre intelectuais e política na segunda metade do século XIX, durante o processo de consolidação do Estado nacional: Alberdi, Mitre e Sarmiento (Roca foi mais um político prático) aparecem como os típicos “intelectuais-filósofos” que exerceram uma grande influência no desenho da sociedade, são os formadores da cidadania argentina, fato pelo qual suas figuras revelam a relação entre compromisso político e atividade intelectual. Natalio Botana,³ porém, considera necessária uma revisão da imagem do intelectual que se funde ao poder político no século XIX. Na sua opinião, Alberdi fracassa como político, e coloca-se durante um longo período como um intelectual independente separado do poder. Botana está mostrando o papel do intelectual em disputa com o poder, o que, entendo, não significa o afastamento dos homens letrados da política. A situação de Mitre e Sarmiento é diferente, o comprometimento político de ambos não deixa dúvidas, duas figuras representativas da conexão entre intelectuais e poder, que exerceram a função presidencial: o primeiro, entre 1862 e 1868 e o segundo, entre 1868 e 1874.

A história dos intelectuais do século XX é outra, com momentos muito distintos, em que se podem estabelecer tipos relevantes: liberais, nacionalistas, revolucionários, socialistas, progressistas, técnicos. Na visão de Sigal, uma vez concluída a etapa de construção da nação pareceria que chegou ao fim a missão concedida aos letrados de desenhar as instituições. Com a abertura do sistema político, a partir de 1916, essa inteligência – que ocupou lugares relevantes no poder do Estado – foi substituída pela classe política emergente e pelo papel dos partidos que aparentavam não necessi-

3 Veja entrevista contida no livro de Hora e Trimboli (1994:118-119).

tar dessas contribuições. Quando a direção do Estado transita entre os grandes partidos, os intelectuais entram num relativo ostracismo político. Nessa transição, alguns intelectuais do começo do século, como Joaquín V. González e Ramos Mejías, guardam, entretanto, uma estreita relação com o poder político, pelas funções que chegam a ocupar dentro do Estado, ou como o caso de José Ingenieros que ocupa um lugar importante dentro de um sistema de idéias políticas.

Um momento significativo da história intelectual do século XX foi o que Altamirano (1999) denominou como o divórcio entre as elites culturais e o povo. É certo, como nosso autor deixa claro, que a discussão sobre as relações entre os homens de idéias e o povo é finalmente uma disputa entre intelectuais. Nos anos 20 e 30 – num outro contexto histórico e ideológico, de crise do Estado liberal e ascensão da sociedade de massas – surgiu o questionamento nacionalista ao reconhecido papel preeminente das elites ilustradas na história argentina. Sob a ótica dos escritores nacionalistas (Ramón Doll, Julio e Rodolfo Irazusta, entre outros), a inteligência do país voltou as costas para o povo e se converteu na portadora do espírito oligárquico. As correntes revisionistas, que viviam o momento do antiintelectualismo, contestaram duramente o que entendiam ser a traição dos intelectuais liberais à pátria e às massas populares. Nesses anos se definiram os limites que dividiram o território cultural em dois campos antagônicos: o nacionalista e o liberal. Foi evidente, portanto, a disputa entre dois tipos de intelectuais que interpretaram a história argentina a partir de posições ideológicas opostas: uma, representando uma elite intelectual modernista e urbana e, outra, representando uma elite intelectual tradicionalista e católica. Nessa linha, os intelectuais nacionalistas dispuseram os nomes de Juan Manuel de Rosas e de Hipólito Yrigoyen, neste caso o dirigente anterior à lei do direito de voto de 1912 (ALTAMIRANO, 1999). As críticas nacionalistas atropelaram a democracia política. Os teóricos tradicionalistas, como Julio Irazusta, sugeriram verdadeiras reformas políticas focalizando a for-

ma de governo (o olhar direcionado para o interior) e do sistema político nacional (que compreendia tanto a organização interna como a externa) (Ver SEGOVIA, 1988).

Nessa linha de pensamento surge a figura do caudilho político que encarna a vontade do povo em oposição a uma minoria oligárquica que governou o país durante longo período de tempo, sob o universo cultural de uma elite liberal e cosmopolita. Essa tese encontra sua confirmação na aparição de outro líder popular, o general Juan Perón, na década de 1940. Nesse período renovam-se o clima antiintelectual e as acusações aos intelectuais de se divorciarem da realidade nacional. Em abordagem de Arturo Jauretche e Hernández Arregui (TERÁN, 1993, cap. VII), os homens de idéias perdem sua legitimidade em função de sua cultura europeia. Definitivamente, os grandes movimentos populares e nacionais das décadas de 1920 e 1940, o radicalismo e o peronismo, não se nutriram de valores e ideais de uma elite intelectual secular e progressista, o que mostrou o desencontro entre esse perfil de intelectuais, a política e o Estado. Nessa perspectiva, Portantiero (1999) ressalta a forma com que o radicalismo percebe na década de 1920 a ascensão do partido socialista caracterizado como “seita estrangeira”, crítica que fica mais contundente quando se trata do surgimento do comunismo na Argentina.

A queda de Perón em 1955 reforça a tese do divórcio entre as elites e o povo. Nos primeiros anos da Argentina pós-peronista aconteceu um interessante debate no campo intelectual sobre o significado do peronismo e as perspectivas para a nova etapa, debate que ficou registrado nas principais revistas da época (*Sur*, *Contornos*) e que teve como protagonistas reconhecidos intelectuais (Victoria Ocampo, Borges, Martínez Estrada, Sabato, Germani) (Ver NEIBURG, 1995).

Nessa Argentina, quando muitos pensavam que o fenômeno justicialista tinha se esgotado e a liderança de Perón havia entrado em crise, a candidatura de Arturo Frondizi às eleições presidenciais de fevereiro de 1958 ofereceu aos intelectuais progressistas e de es-

querda um lugar de destaque na vida política. Entusiasmados por um projeto de poder moderno e progressista, que procurava, a partir de uma proposta desenvolvimentista, superar a dependência e o atraso econômico e social, um numeroso grupo de universitários e homens da cultura adeririu a uma nova etapa de abertura da política aos intelectuais. A novidade na vida pública argentina foi a participação de homens como Osiris Troiani, Ismael Viñas, Noé Jitrik ou Ramón Alcalde (SIGAL, 2002:129) em órgãos oficiais da campanha de Frondizi, com a colaboração de alguns que ocupavam cargos governamentais ou de um comunista como Real e socialistas como Dardo Cúneo, Isidro Odena e Marcos Merchensky, figuras representativas da passagem da esquerda ao frondizismo (ROUQUIÉ, 1975:101). Essa breve experiência foi seguida pela decepção dos intelectuais causada pelo confronto com a realidade, pois o desvio de Frondizi do programa de governo foi interpretado como uma “traição” aos postulados acordados e compartilhados. “O balanço deste processo, escreve Terán (1993:122), lançou um duplo ensinamento para a esquerda: a indubitabilidade da ‘traição Frondizi’ e a abertura de um novo espaço para canalizar as críticas”. Com efeito, após a desilusão, os setores progressistas da sociedade e a esquerda intelectual encontraram na revolução cubana de 1959 o farol que iria iluminar o novo caminho que permitiria construir a alternativa ao imperialismo norte-americano. Começava uma nova época no campo intelectual, na qual a revolução e o socialismo ficavam na ordem do dia.

3. Revolução e dissidência intelectual

A tese do divórcio entre intelectuais e o povo terá, conforme mencionado, sua confirmação com a queda do peronismo, além disso, terá consequências interpretativas. A marca, na explicação de Altamirano (1999:321), que deixou esse desencontro histórico levou os jovens que se uniram com os adultos na oposição ao peronismo a romperem com o progressismo liberal de seus maiores.

Quando o tema se instala na cultura de esquerda, alguns anos mais tarde, a comunicação entre os intelectuais e o povo passa pela idéia de um projeto revolucionário. Assim, os anos 60 e 70 abrem espaço para um movimento político revolucionário que radicaliza a tradição nacional e popular com críticas severas ao reformismo das experiências anteriores, impulso que desembocou em organizações político-militares que empreenderam a luta armada em caráter urbano. Junto a essa vertente populista, de origem peronista, nasceu outra de origem marxista leninista inspirada na revolução cubana.

Sob o signo da revolução, autores muito jovens constituídos por um panorama histórico e um discurso penetrante, combinaram ação pública com sonhos. Almejava-se, como solução final, uma ordem sem conflito por meio da violência libertadora. Junto ao predomínio da idéia de uma vida pública, cresceu o entusiasmo de época vinculado a postulados igualitários radicais. A leitura desses anos poderia ser feita à luz de um período mais abrangente viciado pela ilegitimidade das instituições, um período de ausência e presença da democracia, de história entrecortada, de instabilidade política. Este período foi marcado pelo domínio da violência política, utilizada pela esquerda revolucionária, o terrorismo de Estado e as organizações paramilitares. A violência revolucionária enfrentou, numa luta feroz, a violência do Estado militar, que substituiu com eficiência o poder de fogo dos paramilitares, perante uma sociedade que emudecia. O poder das palavras foi substituído pelo poder das armas. Com este grau de ilegitimidade uma ordem civilizada era impossível.

Num contexto de violência política como o vivido nesses anos, a guerrilha e as forças armadas reduziram a política à guerra. O significado desse exercício foi a exclusão e o “aniquilamento físico” do inimigo que “ameaçava nossa existência”. A guerra, anota Carl Schmitt, é o pressuposto da política presente como “possibilidade real”. O campo da política é, portanto, o conflito, e este permite distinguir e separar o amigo do inimigo. Sob essa

ótica a política perde todo o sentido de racionalidade. Por isso, mais do que nunca, os direitos humanos simbolizaram a última referência da sociedade. As transgressões que sofreram, pela ação do Estado autoritário ou pelos grupos armados paralelos, não lhes fizeram perder sua validade, enquanto consideravam valores universais convertidos em máximas morais: a vida, a liberdade, a segurança. Existe carência de um juízo histórico integral desse período e somente possuímos trabalhos fragmentários que enunciavam diversas visões em questão. Com efeito, não existe ainda uma análise das ações das organizações armadas do ponto de vista da responsabilidade política. Entretanto, nestes últimos quatro ou cinco anos, autores envolvidos na estratégia das vanguardas armadas ensaiaram uma explicação, que leva em alguns casos pesadas autocríticas do que foi a experiência e a cosmovisão política dos revolucionários daquela época. Mesmo assim, alguns trabalhos de cunho jornalístico trouxeram à tona novos elementos de um passado, vinculado à violência política, que está em processo aberto e reclama novas interpretações. É preciso reconhecer também certas dificuldades que aparecem na investigação de um tempo empírico tão próximo que, pela contemporaneidade dos sucessos, não oferece aos que fizeram a história uma distância subjetiva necessária.

As décadas de 1960 e 1970 condensam tragicamente a longa história de confronto e desencontro da Argentina do século XX: civis versus militares, peronismo e anti-peronismo, revolução e contra-revolução. As paixões políticas que intervieram nesses anos, causando temor e desespero, superaram todo cálculo possível de racionalidade. Este movimento político revolucionário, liderado pelas classes médias intelectuais, fracassou em seu intento de produzir o almejado reencontro com as massas populares, agora, porém, em direção à conquista do poder. Os intelectuais que apoiaram esse movimento pretendiam servir ao processo de construção de um novo poder, comprometeram-se com os assuntos do mundo e participaram de uma corrente política que enfrentou a

ordem estabelecida. A vocação política de um intelectual crítico e comprometido manifestou-se na militância revolucionária.

O momento de maior distanciamento entre intelectuais e Estado transcorreu durante as ditaduras militares de 1966 e 1976. Uma repulsa aberta e direta opera sob os regimes autoritários que condenam o exercício do espírito crítico e perseguem a definição de todo o espaço de dissidência intelectual.⁴ Numa situação diferente, sob o poder totalitário dos países do Leste Europeu, Václav Havel, apesar de não aceitar a condição de “intelectual dissidente”, insiste em toda a sua obra sobre o papel da dissidência, o qual não está desvinculado de seu conceito de “responsabilidade como destino”. Diz Havel: “Creio que o que se denomina ‘dissidência’ no bloco soviético representa uma experiência específica da época moderna, a experiência de viver visivelmente e muito próximo do poder desumanizado. Nesse contexto, a ‘dissidência’ não só tem a possibilidade como também o dever de refletir essa experiência, de dar testemunho e transmiti-la aos que tiveram a boa sorte de não vivenciá-la” (HAVEL, 1990:245-246). Na América Latina, a oposição intelectual às ditaduras tomou como referência algumas suposições básicas: a natureza do regime autoritário, a transição à democracia e a defesa dos direitos humanos, que tomaram corpo no debate de centros acadêmicos e revistas especializadas que favoreceram fecundos intercâmbios⁵ (menciono de passagem, CLACSO, CEDES, CISEA, Crítica e Utopia, Controversia, Desenvolvimento Econômico, Ponto de Vista). A afirmação dos direitos humanos acarretou a negação absoluta do autoritarismo: ambos os termos resultavam irreconciliáveis em qualquer equação política. A luta pela defesa desses direitos interpelou os fundamentos da ordem autoritária, e permitiu montar um novo cená-

4 Ver texto de ALTAMIRANO: “Régimen autoritario y disidencia intelectual. La experiencia Argentina”, em: QUIROGA e TCACH, 1996.

5 Pode-se consultar LESGART, 2002.

rio que estabeleceu uma relação diferente entre direitos humanos e política. A defesa da vida e o respeito pela liberdade proporcionaram o marco dentro do qual se desenvolveu a ação política. Militantes de direitos humanos e intelectuais tiveram um ponto de encontro no âmbito público. Um ponto elevado, na década de 1980, de um estilo de intervenção intelectual vinculado ao campo dos direitos humanos, esteve representado na figura de Ernesto Sábató presidindo a CONADEP (Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas), cujo relatório intitulado *Nunca Más*, com prólogo de sua autoria, foi entregue ao presidente Alfonsín em setembro de 1984.

A produção de uma nova ordem foi a aspiração principal que teve a corporação militar argentina em 1976. A dominação autoritária colocou em funcionamento um sistema repressivo, nunca antes conhecido na Argentina, baseado na intimidação, na tortura, na morte e no desaparecimento de pessoas, que culminava com a violação organizada dos direitos fundamentais do ser humano. A vida acadêmica e o mundo intelectual se viram desmembrados pela intervenção das universidades públicas, a perseguição cultural, a expulsão dos professores (o mesmo ocorreu durante o regime de 1966), o encerramento de carreiras e o enclausuramento da investigação crítica nas ciências sociais. Muitos participantes da área intelectual e cultural sofreram prisão, tortura, e outros foram assassinados, enquanto a grande maioria foi forçada a um exílio interno ou externo. Apesar do quadro dramático, surgiram, nos tempos da ditadura espaços de dissidência e reflexão – conforme mencionado – que favoreceram um intercâmbio crítico e produtivo que ficou configurado no que se convencionou chamar a “universidade das catacumbas”, experiência que preparou, em parte, o terreno da reconstrução que nasceu em 1983.⁶

6 Ver artigo de SÁBATO: “Sobrevivir en dictadura: las ciencias sociales y la ‘universidad de las catacumbas’”, em: QUIROGA e TCACH, 1996.

4. Intelectuais e democracia

A década de 1980 foi a década do descobrimento da democracia e do compromisso dos intelectuais com sua construção.⁷ Para trás ficou o debate sobre a revolução e a teoria da dependência dos anos 60 e 70, e o perfil de um intelectual comprometido com a revolução. Os países da América Latina, como a Argentina, que iniciaram naquela década os processos de transição, enfrentaram-se num aprendizado carregado de incertezas com a complexa tarefa de edificar uma ordem democrática que deveria estabelecer um sistema com garantias perduráveis. De meados dos anos 70, a produção intelectual começava a gerar um novo clima cultural. Lechner destaca quatro aspectos que fazem a revalorização da democracia na América Latina. O primeiro refere-se à dramática alteração da vida cotidiana causada pelos golpes de Estado. Esta situação de incerteza não só favoreceu uma revisão biográfica como também a percepção e compreensão de problemas anteriormente não considerados. As ditaduras militares com todas as suas seqüelas (de mortos e desaparecidos, de terror e atraso cultural, de miséria e restrições) contribuíram para uma mudança de apreciação. Por isso, a revalorização da “democracia formal” iniciou-se a partir da própria experiência pessoal e não de uma reflexão teórica. O segundo refere-se à circulação internacional dos intelectuais em função do exílio e à formação de centros privados nacionais que renova o pensamento acadêmico e diminui o provincialismo. Em terceiro, há a abertura intelectual que amplia o horizonte cultural e permite a leitura de obras e autores antes ignorados. O quarto diz respeito à profissionalização crescente dos intelectuais, que acelera o processo de especialização (LECHNER, 1990:23-26). Nessa mudança intelectual,

7 Um debate interessante sobre a identidade e funções dos intelectuais na América Latina na década de 1980 encontra-se em: ARROSA SOARES, 1985. A obra é resultado de um seminário sobre o tema organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, patrocinado por CLACSO e o CNPq, realizado em Porto Alegre em agosto de 1984.

autores latino-americanos e de outros países procuraram compreender o significado dos regimes autoritários, com diferentes explicações e com perspectivas integrais que descartavam os clássicos enfoques reducionistas, para situar no horizonte político a tarefa de construção coletiva da democracia.⁸

As dificuldades da transição democrática, especialmente no Cone Sul, não foram poucas nem simples. Ao mesmo tempo em que a nova democracia lutava do ponto de vista político por uma institucionalização, tinha que se adequar às exigências das mudanças da economia mundial, abertamente inclinada à liberalização dos mercados e à abertura econômica. Este processo de democratização teve lugar num delicado contexto de ajuste estrutural, de reforma do Estado, de controle fiscal, de privatizações, e carregou todo o peso da dívida externa. As mudanças esperadas e desejadas pela sociedade, após a retirada dos governos militares, convidavam irreversivelmente à reinvenção da política, à transformação de uma cultura pretoriana, à reconstrução do espaço público, à regeneração do sistema institucional, à reorganização da economia, e à integração social de vastos setores marginalizados da sociedade.

A preocupação, então, pelo futuro das sociedades latino-americanas ocupou o pensamento da maioria dos estudiosos das ciências sociais. Nos anos 80 as reflexões foram centradas ao redor da transição de uma ordem autoritária em direção a uma ordem democrática. O objeto da transformação era o regime político. O interesse fundamental desses trabalhos era conhecer as causas que provocaram as mudanças nos regimes autoritários, assim como também analisar as possibilidades da perdurabilidade dos regimes

8 Como mero título ilustrativo lembro de COLLIER (publicado em inglês em 1979, traduzido ao espanhol em 1985), e publicado em Fondo de Cultura Económica, que inclui as contribuições de F. H. Cardoso, J. Cotler, A. O. Hirschman, R. Kaufman, J. Kurth, G. A. O'Donnell, J. Serra. ROUQUIÉ, 1982; CHERESKI e CHONCHOL (que inclui também textos de J. J. Brunner, G. Campero, Juan Corradi, A. Garretón, C. Hurtado Becca, A. Thompson, S. Sigal, B. Lamounier, S. C. Velasco e Cruz), 1985.

democráticos recém instalados. Aí nasceu a teoria da transição com base na observação das experiências práticas que, como fenômeno político vital, atravessavam numerosos países de nosso continente. Seus antecedentes conceituais, porém, foram elaborados nos processos de transição à democracia que tiveram lugar no Sul da Europa (Espanha, Portugal e Grécia), em meados dos anos 70. Ao final dos 80, após a queda do Muro de Berlim, a dissolução do comunismo abriu a si mesmo uma etapa de transição democrática no Leste Europeu, trazendo novas perspectivas àquela teoria.

Os primeiros textos sobre a transição latino-americana apareceram ao mesmo tempo em que se originavam as mudanças políticas antes mencionadas. Sem nenhuma possibilidade de distância, a produção era contemporânea às transformações operadas e ao surgimento das novas situações. Uma das obras de maior reconhecimento (que inclui estudos sobre Europa Meridional) é a compilada por Guillermo A. O'Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead, *Transições de um Governo Autoritário*, publicada em inglês em 1986.⁹ Nos anos 90 a agenda de debate teórico-político na América Latina continuou incorporando, entre outros temas, o da consolidação democrática, como uma segunda produção de trabalhos sobre a transição, vinculados especialmente às reformas do mercado e a uma estratégia de governabilidade democrática. A preocupação atual encontra-se concentrada na qualidade da democracia e na eficácia das instituições públicas. Desaparecida a ameaça golpista das forças armadas, as novas democracias destinam todos seus esforços a melhorar suas capacidades de governo e estatais, nos seus marcos institucionais e em situações de crise econômica e queda dos indicadores sociais, o que apresenta novos desafios intelectuais.

No caso argentino, como em outros casos, o desafio da transição foi dobrado. No âmbito político, na suposição de lutar contra os restos de um autoritarismo debilitado, porém vigente, comprometia-se

9 Entre a extensa literatura sobre a Argentina faço menção, a título representativo, do texto compilado por NUN e PORTANTIERO, 1987.

com a obrigação de modificar as deslealdades ao sistema democrático tanto na vida civil como na militar para assegurar a existência de uma nova ordem institucional. Isso implicava a recuperação da política de posseção forçada dos militares e na recomposição de um espaço público liberal como lugar de aparição dos sujeitos da democracia. No nível econômico, consistia em encontrar um modelo de desenvolvimento que permitisse sair com êxito da crise, no contexto de condições favoráveis a mudanças de ordem mundial, e com a limitação imposta por uma volumosa dívida externa. Os juízos dos intelectuais e dos técnicos formaram parte dessa experiência de reconstrução.

Um momento marcante na história dos intelectuais na Argentina aconteceu durante o governo de Raúl Alfonsín, após a restauração da democracia em 1983. O significado deste novo processo foi a aproximação dos intelectuais tradicionais e progressistas ao Estado, o que contrasta com o momento de maior desconfiança em relação a eles, impulsionado pelo regime militar de 1976. O presidente Alfonsín convocou um grupo de intelectuais, independentes e filiados ao Partido Radical, para participar da elaboração dos textos presidenciais que fixariam os principais temas da agenda política. A convocatória, que até então não exigia filiação partidária, modificou o vínculo entre intelectuais e poder político. A produção mais significativa desse núcleo de pessoas de idéias, conhecido como “grupo Esmeralda”, foi o discurso do Parque Norte¹⁰ que Alfonsín leu em dezembro de 1985 perante o plenário de delegados do Comité Nacional de seu partido. No texto primavam as idéias fortes e fixavam-se metas de longo prazo para a reconstrução de uma “sociedade diferente”. Os grandes temas propostos pelo presidente, a “democracia participativa”, a “modernização” e a “ética da solidariedade”, marcaram uma mudança de rumo no discurso governamental, uma vez que era proposta uma convocatória dos autores da transição, elevando-se aos interesses do partido oficial.

10 Conhecido por esse nome pois foi lido nos salões do Parque Norte, cidade de Buenos Aires.

A proposta foi particularmente relevante, dados os dois anos de reinstalação da democracia, motivando uma intensa polêmica no mundo político e cultural sobre seus postulados e premissas. Atilio Borón numa análise da mensagem presidencial assinalava que além das discrepâncias pontuais não era freqüente, na política argentina, uma convocação presidencial para discutir e colocar em funcionamento um ambicioso programa de transformações sociais. “Por isso, ninguém poderia negar que a mensagem coloca o debate político de nosso país num nível qualitativamente superior e distinto a tudo o que conhecemos ao longo desses anos” (BORÓN, 1986:51). Cinco anos após o seu pronunciamento, dois dos membros – Portantiero e De Ipola, intelectuais independentes – que participaram da reflexão e elaboração do discurso do Parque Norte se perguntam sobre essa cooperação e traçam um balanço preciso (PORTANTIERO e DE IPOLA, 2000). Reconhecem que a voracidade da crise nacional tirou toda a ressonância dessas palavras, convertendo-as em algo que remonta ao passado, ao não resolver os dilemas que equacionou. Mas se as mesmas mantêm alguma relevância – completam os autores –, isto se deve ao fato de terem fixado os objetivos de longo prazo da agenda política. Cientes do papel de intelectuais comprometidos com a democracia, Portantiero e De Ipola entendem que essa colaboração fez parte “de uma tentativa de outorgar sentido à difícil construção da democracia argentina”, embora para uma parte do ambiente cultural os homens de idéias deviam permanecer afastados do poder para resguardar o exercício da crítica e evitar toda contaminação. Cabe lembrar também que outros intelectuais colaboraram em distintas áreas do governo Alfonsín, embora não se constituíram como grupos (por exemplo, Juan Sourrouille, no Ministério da Economia).

O intelectual crítico não renuncia a sua responsabilidade – de fortalecer e aperfeiçoar a democracia, e promover o debate público – participa cumprindo essa função em determinadas esferas da decisão política. As esferas do pensar e da ação política estão separadas, embora a relação entre elas seja problemática. Sem “traição”

alguma, aqueles intelectuais críticos que participaram de certa forma do cenário político puderam fortalecer o espaço público. Desde seu nascimento até 1983, a democracia argentina tropeçou com dificuldades profundas que impediram a legitimação de suas instituições. Nesse sentido, o momento histórico que se abria em 1983 era excepcional. A sociedade tinha a oportunidade de fechar o ciclo de país imprevisível, de encerrar a era da democracia instável. Sobre isso, os homens da cultura tinham muito a dizer. O perfil do intelectual ao qual estou me referindo acompanhou o processo de reconstituição da democracia em 1983, e contribuiu para que a sociedade deliberasse sobre seus problemas e discutisse metas de longo prazo. No balanço de Portantiero e De Ipola “as forças políticas e sociais que podiam tomar para si essas bases de ação se desentenderam do chamado, olhando com desconfiança como um dispositivo tático de uma política hegemônica”. Definitivamente, o andamento do novo período, com seus altos e baixos, deixou para trás (como objetivo principal) uma história institucional interrompida por seis golpes de Estado que tiveram lugar entre 1930 e 1983, e que totalizaram 22 anos de governos militares. Pretorianismo, escassa competência entre partidos e alternância do poder entre civis e militares foram, pois, os sinais mais evidentes da vida política ao longo desse período de mais de cinquenta anos.

A mudança qualitativa produzida em 1983 manteve-se também durante o governo de Carlos Menem, que convocou os intelectuais a colaborarem em certas áreas do governo, por exemplo, no Ministério da Educação e no de Relações Exteriores. Não obstante, o significado principal dessa mudança foi outro e teve relação com a necessidade de conhecimentos técnicos que reclamava a complexidade do processo de tomada de decisões nas sociedades contemporâneas. Os experts, sobretudo na esfera da economia (Domingo Cavallo, Roque Fernández), incorporaram-se ao governo peronista e impuseram uma racionalidade tecnocrática na legitimação do poder. A crescente gravitação dos experts abriu espaço a dois tipos de debate na sociedade argentina: por um lado, sobre o perfil dos intelectuais (enunciador do

sentido versus expert ou técnico) e, por outro, sobre quem manda (os técnicos ou os políticos).¹¹ Certo é que a década de 1980 deu lugar a um processo inovador pela incorporação de técnicos, experts e intelectuais às funções de governo e ao campo da política.

5. A crise do intelectual clássico

O processo de midiaticização da política teve início na Argentina com a campanha eleitoral de 1989 (embora sua história comece anteriormente), quando a televisão converteu-se num ator direto da política.¹² A figura do presidente Menem representava adequadamente essa nova forma de encenação vinculada aos ritos do “espetáculo”. Nesse destino contemporâneo da política – de reconstrução do seu conceito – Menem apareceu como um fervilhante expoente de sua trivialização, embora seu estilo de mandato fora decisionista. É sabido que a política contemporânea foi transformada pela presença das mídias e das pesquisas, com notável repercussão na esfera pública clássica, na participação do cidadão e no sistema de representação. Nas sociedades contemporâneas a população tem contato com a política através das mídias, embora não de forma exclusiva. Remo Bodei resume essa mudança de época em poucas palavras: a política penetra nos lares pela televisão. Os lugares clássicos de concentração coletiva e de ação concertada (o palco eleitoral, a praça) começaram a ser substituídos pelo espaço audiovisual.

Numa época como a presente, nasce aquela visão recorrente que proclama a inutilidade do congresso, a futilidade dos partidos e o deslocamento do poder de decisão na direção da potente esfera executiva. Essa visão resulta, pois, favorecida pela desconfiança coletiva na classe política e pela imagem desvalorizada do congresso e demais instituições públicas. O espaço público se redefine pelo declínio das instituições políticas, a crise da política como “política de

11 Pode-se consultar a IAZZETTA, 1996.

12 Ver LANDI, 1992.

poder”, e se desenvolve pelos meios de comunicação e os espaços associativos onde circula outro formato da política (o que se chama de espaço público associativo). Então, enquanto se redefine o espaço público clássico, os meios de comunicação de massa constituem-se em lugares privilegiados de informação e de comunicação. Na sociedade dos meios de comunicação em que vivemos é difícil desenvolver um discurso racional ao redor de temas estratégicos, que favoreça a formação da opinião pública, de modo que possa examinar os problemas da sociedade e participar dos processos deliberativos. A qualidade da discussão pública diminui. Sem dúvida, o novo espaço público, estruturado com base no princípio midiático, adapta-se mal aos intelectuais clássicos. O problema é que houve, como interpreta Sarlo, uma mudança de estilo de intervenção intelectual, que não favorece ao tipo clássico. Os intelectuais críticos, acrescenta a autora, “estão totalmente sobrepostos numa rede que incorpora os técnicos, numa dimensão, e os intelectuais dos meios de comunicação de massa, na outra” (SARLO, 2001:201).

Embora a ascensão da *mass média* não significa necessariamente o fim da ação intelectual convencional, é fato que os meios de comunicação de massa dominam a discussão pública, condicionam os termos dessa discussão e seus conteúdos. O mercado, portanto, converte-se em formador de opinião, em promotor de “valores”, no território onde impera a “lógica do balanço final” (as aspas pertencem a Goldfarb), dado que as mídias estão organizadas em empresas que devem ser rentáveis. No novo mundo dos “intelectuais eletrônicos” (expressão de Sarlo), predomina o jornalismo amarelo e verifica-se a escassez de comunicação séria e responsável. Assim, os programas políticos, com poucas exceções, estão mais preocupados com o entretenimento, a audiência, o dinheiro fácil, do que em servir à democracia. Vimos isto no tratamento da informação na presente crise argentina. A sobrevivência da democracia depende também da responsabilidade dos comunicadores sociais.

Efetivamente, desde Alfonsín até agora foi incrementada a participação dos intelectuais na vida pública, com seus diversos perfis:

como ideólogos, experts, conselheiros do Príncipe. A figura de maior relevância, porém, nos últimos anos é a do expert, pois seus conhecimentos técnicos o habilitam a participar das distintas esferas de competência do Estado, resolvendo problemas cuja solução demanda conhecimentos específicos. A união do saber e da experiência lhe outorgam um reconhecimento de superioridade. Igualmente existe outro perfil mais científico que sobressai no mundo acadêmico dos anos 90. Trata-se de pesquisadores com uma grande especialização, pós-graduados em respeitadas universidades estrangeiras, integrados em círculos internacionais, e que se mostram mais inclinados pelo modelo acadêmico norte-americano do que pelo europeu.¹³ Ao mesmo tempo em que se desenvolve este processo, fica em evidência, em épocas de crise como a atual, a necessidade de contar com outro perfil de intelectual, aquele que compromete a sua capacidade de pensar sobre a vida pública e que mantém a coragem de interrogar, desafiar, questionar o poder. Um intelectual público que julgue, se adiante e se antecipe às coisas, que reflexione sobre o sentido da vida democrática.

A conversa sobre os assuntos comuns acontece na esfera pública, mas hoje, como sabemos, essa esfera tornou-se primordialmente midiática. Com a ascensão da informação baseada em imagens, houve o encolhimento da cultura letrada e da comunicação baseada em argumentações. O intelectual crítico intervém no mundo pela palavra, e o que perdeu valor em nossa época, enfatiza Gadamer (1993), é a palavra e a linguagem, circunstância fatal que diminui o entendimento entre os homens. O que perdeu valor, então, é a comunicação em sua forma mais pura, através da palavra, mas nesse marco geral a depreciação mais notória é a que sofre a palavra política, aquela justamente que permite a conversação entre os homens na esfera pública.

Qual é o lugar do intelectual crítico na vida política do século XXI? Tem ainda algo a dizer? O papel do intelectual público pare-

13 Faço referência ao artigo da jornalista LIBEDINSKY, Juana. “El nuevo perfil de los intelectuales del país”, em: La Nación, 27 e 28 de novembro de 2000.

ce faltar na Argentina do presente. A representação da crise, sua natureza e o sentido dos problemas atuais estão sendo fornecidos por jornalistas e não tanto pelos intelectuais, e muito menos pelos partidos políticos. A função do intelectual que está faltando é aquela que pode dar forma à “experiência temporal confusa, disforme e, no limite, quase muda”. Não se trata de reconstituir figuras do passado (les maîtres penseurs, la République des Lettres, os intelectuais orgânicos, enfim, o papel de guia), nem renunciar o universal (que não é afirmar a totalidade), senão de figuras de nosso tempo, de intelectuais da era democrática que acompanhem com esquemas de inteligibilidade as vias de construção e reforma das imperfeições das sociedades democráticas. Podem-se esperar novas relações entre os homens de idéias e a democracia, num mundo globalizado e atravessado por desigualdades inaceitáveis? Essa é a responsabilidade dos intelectuais e dos homens políticos.

Referencias bibliográficas

- ALTAMIRANO, Carlos. Régimen autoritario y disidencia intelectual. La experiencia Argentina. In: QUIROGA, Hugo, TCACH, César (Comp.). *A veinte años del golpe*. Con memoria democrática. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 1996.
- . Intelectuales y pueblo. In: ALTAMIRANO, Carlos (Comp.). *La Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Ariel/Universidad Nacional de Quilmes, 1999.
- ARENDT, Hanna. Arendt sobre Arendt. Un debate sobre su pensamiento. In: ARENDT, Hannah. *De la historia a la acción*. Barcelona: Paidós, 1995.
- ARROSA SOARES, Maria Susana (Comp.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1985.
- AZNAR et. al. *Alfoncín, discursos sobre el discurso*. Buenos Aires, 1986.
- BAUMANN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes*. Sobre la modernidad, la posmodernidad y los intelectuales. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.

- BOBBIO, Norberto. *La duda y la elección*. Intelectuales y poder en la sociedad contemporánea. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- BORÓN, Atilio. Los dilemas de la modernización y los sujetos de la democracia. In: COLLIER, David. *El nuevo autoritarismo en América Latina*. s.l., 1985.
- CHERESKI, Isidoro, CHONCHOL, Jacques (Comps.). *Crisis y transformación de los regímenes autoritarios*. Buenos Aires: Eudeba, 1985.
- DAHRENDORF, Ralf. *Ley y orden*. Madrid: Editorial Cívitas, 1998.
- DOTTI, Jorge. Acción humana y teoría política: la decisión. In: CRUZ, Manuel (Comp.). *Acción humana*. Barcelona: Ariel, 1997.
- GADAMER, Hans-Georg Gadamer. *Elogio de la teoría*. Barcelona: Península, 1993.
- GALLO, Ezequiel. Las ideas liberales en la Argentina. In: ITURRIETTA, Anibal (Comp.). *El pensamiento político contemporáneo*. Buenos Aires, 1994.
- GOLDFARB, Jeffrey C. *Los interlectuales en la sociedad democrática*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.
- HAVEL, Václav. La politique et la conscience. In: HAVEL, V. *Essais politiques*. Paris: Clamann-Lévy, 1990. p. 245-246.
- HORA, Roy, TRIMBOLLI, Javier. *Pensar la Argentina*. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994.
- IAZETTA, Osvaldo. *Las privatizaciones en Brasil y Argentina*. Una aproximación desde la técnica y la política. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 1996.
- KOLAKOWSKI, Leszek. Los intelectuales. In: KOLAKOWSKI, L. *La modernidad siempre a prueba*. México: Vuelta, 1990.
- LANDI, Oscar. *Devórame otra vez*. Buenos Aires: Planeta, 1992.
- LE GOFF, Jacques. *Los intelectuales en la Edad Media*. Barcelona: Gedisa, 2001.
- LECHNER, Norbert. *Los patios interiores de la democracia*. Subjetividad y política. Santiago: FCE, 1990.
- LEFORT, Claude. Hannah Arendt et la question du politique. In: LEFORT, Claude. *Essais sur le politique, XIXe-XXe siècles*. Paris: Seuil, 1986.
- LESGART, Cecilia N. Producción intelectual de la idea de transición a la democracia. Ago. 2002. (Mimeo).

- LIBEDINSKY, Juana. El nuevo perfil de los intelectuales del país. *La Nación*, 27 e 28 de nov. 2000.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. Barcelona: Seix Barral, 1973.
- . *La Pléyade*. s.l., 1974.
- . *Humanismo y Terror*. Buenos Aires: Editorial Leviatán, 1986.
- NEIBURG, Federico. Ciencias sociales y mitologías nacionales. La constitución de la sociología en la Argentina y la invención del peronismo. *Desarrollo Económico*, v. 34, n. 136, jan.-mar. 1995.
- NUN, José, PORTANTIERO, Juan Carlos. *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. s.l., 1987.
- PORTANTIERO, Juan Carlos, DE IPOLA, Emilio. Luces y sombras de un discurso trascendente. In: PORTANTIERO, Juan Carlos. *El tiempo de la política*. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2000.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. La idea socialista. In: ALTAMIRANO, Carlos (Comp.). *La Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Ariel/Universidad Nacional de Quilmes, 1999.
- RICOEUR, Paul. *Del texto a la acción* (Acerca de la interpretación). Buenos Aires: FCE, 2001.
- ROUQUIÉ, Alain. *Radicales y desarrollistas*. Buenos Aires: Schapire Editor, 1975.
- . *L'Etat militaire en Amérique Latine*. Paris: Seuil, 1982.
- SÁBATO, Hilda. Sobrevivir en dictadura: las ciencias sociales y la 'universidad de las catacumbas'. In: QUIROGA, Hugo. TCACH, César (Comps.). *A veinte años del golpe*. Con memoria democrática. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 1996.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo Presente*. Notas sobre el cambio de una cultura. s.l., 2001.
- SEGOVIA, Juan F. Irazusta y los sistemas nacionales. *Razón Española*, n. 31, set.-out. 1988.
- SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder en la Argentina*. La década del sesenta. Argentina: Siglo XXI, 2002.
- TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas*. La formación de la nueva izquierda intelectual argentina. 1956-1966. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1993.

Resumo

Lamenta-se neste artigo a ausência de intelectuais na atual crise política e social da Argentina. Ressalta-se que a descrição da crise e de suas características, assim como a interpretação dos atuais problemas está sendo assumida pelos jornalistas e não tanto pelos intelectuais e muito menos pelos partidos políticos. A tarefa do intelectual, atualmente ausente, seria a de dar forma à “experiência temporal confusa, informe e, no limite, quase muda”. Tratar-se-ia de seguir o caminho da recriação da sociedade democrática e de impulsionar as reformas que permitam depurar suas imperfeições a partir de idéias mais compreensíveis. Considera-se que uma responsabilidade dos intelectuais e políticos consiste em criar novas relações entre os “homens das idéias” e a democracia em um mundo globalizado, mas dividido pelas injustiças.

Os intelectuais latino-americanos: ontem e hoje

MARIA SUSANA ARROSA SOARES

Há vinte anos, época em que se realizou em Porto Alegre o Seminário Internacional *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*, e do qual resultou um livro com o mesmo nome, poucas pessoas tinham dúvidas sobre o que era um intelectual, quem eram os intelectuais mais destacados e mais influentes da região e sobre qual havia sido, e continuava sendo, sua importância na América Latina. Em nenhum momento, os participantes duvidavam do papel por eles cumprido nas lutas travadas, ao longo da história das sociedades latino-americanas, de defesa dos interesses e da integridade nacionais. Igualmente, também se apontava seu compromisso com os ideais de justiça social e seu combate permanente à desigualdade e à pobreza.

A democratização, os direitos humanos, as eleições e a resistência aos governos autoritários eram, na conjuntura dos anos 80, as tarefas mais urgentes a serem cumpridas e elas mobilizaram a esquerda intelectual que se transformou no principal veículo das denúncias contra as ditaduras que se haviam instalado na região desde os anos 60. “Como os intelectuais costumavam ser os únicos latino-americanos não governamentais reconhecidos no exterior, ao mesmo tempo em que eram os mais loquazes na denúncia e na publicação das atrocidades das ditaduras, eles se tornaram, junto com os líderes políticos exilados, os mais visíveis e eficazes defensores da democratização.

Nas Nações Unidas e nas páginas editoriais dos jornais norte-americanos e europeus, em conferências e simpósios celebrados no continente, em países onde isto ainda era possível, os intelectuais de esquerda desempenharam papel decisivo no aumento da pressão e da ira internacionais sobre os regimes autoritários responsáveis pela longa noite latino-americana” (CASTAÑEDA, 1994).

Hoje, quando a Fundação Konrad Adenauer toma a importante e instigante iniciativa de fazer um balanço sobre o que ocorreu com aqueles intelectuais nesse lapso de tempo, pairam muitas dúvidas, críticas e incertezas sobre a natureza e a função dos intelectuais nas sociedades latino-americanas. Há os que comemoram “o fim dos intelectuais”; há, também, os que os acusam de “traição” a seus compromissos com os valores universais de liberdade, justiça e igualdade. Outros, ainda, criticam sua “metamorfose” em burocratas, tecnocratas, acadêmicos ou profissionais mais preocupados com a eficiência de suas idéias e seu prestígio e êxito financeiro no mercado de bens simbólicos do que com o compromisso com seus antigos ideais.

Este trabalho tem como objetivo fazer um balanço da trajetória da geração de intelectuais latino-americanos que, nos anos 80, fizeram parte da intelectualidade de esquerda, críticos ou radicais, e que, a partir de então, passaram por um lento, mas consistente, processo de mutação ideológica e de institucionalização, muitos deles convertendo-se ao credo neoliberal.

O ponto de partida desta análise serão os discursos formulados no decorrer do Seminário organizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1984, quando ainda se vivia o lento e gradual processo de abertura política tanto no Brasil como em outros países do continente, e as incertezas com relação ao futuro da democracia eram muitas.

Na apresentação do livro que reuniu os trabalhos e os debates que se desenvolveram no decorrer daquele encontro, a escolha dos intelectuais como tema do Seminário era assim justificada: “Face à crescente importância assumida por muitos intelectuais latino-americanos nos últimos anos, julgou-se do maior interesse realizar um

debate sobre a contribuição teórica e política que eles têm dado aos processos de transformação social do continente e, em particular, à construção da democracia. O comparecimento de todos os cientistas sociais que haviam sido convidados para participar desse debate, e do grande público a ele presente, foi a confirmação e o reconhecimento da relevância por nós atribuída à problemática do intelectual na América Latina”.

Entre todos os participantes, desde o início, foi consensual o reconhecimento da importância que, na história da América Latina, os intelectuais haviam tido na construção das sociedades e das identidades nacionais, bem como na construção e implementação dos projetos de transformação social que haviam predominado no continente nas décadas de 1950 e 1960. Intelectuais argentinos, brasileiros, chilenos, uruguaios e mexicanos, presentes no encontro, destacaram a contribuição de seus pares que haviam marcado, profundamente, a história dos respectivos países.

A presença dos intelectuais na história da maior parte das sociedades latino-americanas foi marcante e decisiva no âmbito da política, da cultura, da educação e, com o aparecimento e desenvolvimento dos meios de comunicação, nas redações dos jornais, no rádio e na televisão. “Guardiões da consciência nacional, críticos sempre cobrando maior responsabilidade, baluartes de princípios e da retidão, durante quase cinco séculos os intelectuais latino-americanos, com seus escritos, lições, discursos e outras atividades, substituíram muitas instituições e atores sociais. Incapazes ou pouco dispostos a enfrentar suas responsabilidades, estes deixavam o campo livre para aqueles que, por uma razão ou outra, podiam assumi-las. Desnecessário dizer que não foram todos os intelectuais latino-americanos, nem sequer uma maioria significativa deles, que cumpriram tal função. Mas um bom número o fez: ao longo dos anos, chegaram a ter em muitos países do continente uma influência que, na realidade, não alcançariam em nenhuma outra sociedade” (CASTAÑEDA, 1994).

Entretanto, nos anos 60 e 70, muitos intelectuais, jornalistas, estudantes, artistas, religiosos e lideranças populares, foram silencia-

dos pelas ditaduras que se haviam instalado em vários países do continente, especialmente no Cone Sul. Muitos foram mortos, outros tomaram o caminho do exílio e outros, do insílio; outros entraram para a clandestinidade, outros escolheram o caminho das armas e muitos sobreviveram em seus países, submetidos à censura ou nas prisões. “Quando a região sofreu os traumáticos acontecimentos dos anos 70 e 80 – golpes militares, guerras civis, revoluções e contra-revoluções, tortura e queima de livros –, os intelectuais continuaram sendo estrelas do cenário político. Durante a longa noite das ditaduras militares e das ‘guerras sujas’, eles denunciaram violações de direitos humanos, resistiram às tentativas de censura e muitas vezes se converteram, com grande risco pessoal, no núcleo da resistência a muitos governos autoritários” (CASTAÑEDA, 1994).

O compromisso dos intelectuais com a democracia era enfatizado por todos os participantes do Seminário que, como acontecia no conjunto da sociedade, colocavam o retorno à democracia como o objetivo mais importante e mais urgente a ser atingido.

“O intelectual de hoje, necessariamente nestes países, deve assumir um compromisso democrático”, afirmavam Waldo Ansaldi, Fernando Calderón e Mário dos Santos, para, mais adiante, afirmarem que os intelectuais deviam ser “os construtores do consenso”.

Maria Tereza Sadek dizia, referindo-se aos intelectuais brasileiros: “Hoje, vivemos uma situação em que a conquista da democracia e do estado de direito exige que nenhum setor da sociedade se furte a participar. Dessa participação dependerão, em grande parte, os rumos do país. Expressivos grupos de intelectuais engajaram-se, ativamente, na campanha de 1982 demonstrando que a vida acadêmica não tem sua fronteira no campus universitário”.

Nesses duros anos de autoritarismo estatal, “... frente à realidade opressiva, o intelectual radicalizado oporá a força de sua utopia emancipadora sobre a base de uma ética absoluta de convicções”, afirmava José Joaquín Brunner, do Chile. Ele advertia, todavia, “...que o processo de liberação não deveria ser contaminado com considerações táticas, que sempre terão o sentido da oportunidade

e, por aí, como se pode dizer, um conteúdo oportunista”. O intelectual devia exercer “... sua função precípua que é a crítica e assim constituir-se, ele próprio, em sujeito autônomo (e solidário) com os complexos processos de transformação em curso”, afirmava o intelectual brasileiro, Marco Aurélio Garcia.

Hoje, fazendo uma releitura dos trabalhos apresentados, e dos debates que os seguiram, constata-se uma grande convergência de opiniões sobre a condição e a prática dos intelectuais, em geral, e dos latino-americanos, em particular. Não havia discordância sobre o que era o intelectual, sobre sua função essencial na sociedade – a crítica – e “seu compromisso permanente com a verdade”.

Dos intelectuais individuais ou coletivos, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a SBPC, a Associação Brasileira de Imprensa e muitos outros, esperavam-se posições e ações políticas de defesa dos direitos humanos, do estado de direito, da liberdade de expressão, enfim, da democracia. Condenavam-se os intelectuais que haviam “traído” a defesa dos valores universais e haviam-se colocado a serviço de regimes ditatoriais, que desrespeitavam os mais fundamentais direitos do homem. Esses, segundo José Joaquín Brunner, “... integram uma nova *intelligentsia* amparada pelo poder autoritário, fomentada e protegida por este. Somente este setor teve acesso à esfera pública, assegurada sua conexão orgânica com o Estado, e dispunha, além disso, livre de toda concorrência, dos meios para intervir na produção de discursos sobre a sociedade e do controle das instituições que lhe permitem exercer um domínio sem contrapesos no campo cultural”.

Havia, nessa ocasião, uma total unanimidade sobre a necessidade de garantir a autonomia do campo intelectual e dos próprios intelectuais face ao Estado e aos grandes grupos econômicos. Acreditava-se que aí residia a condição que lhes permitiria a liberdade necessária para exercer plenamente sua função de intelectuais críticos, comprometidos com os valores universais da humanidade ao invés dos interesses particulares de certos setores da sociedade.

Afirmava, nesse sentido, Nestor Garcia Canclini: “Face ao tecnocratismo que reduz o sentido da vida à eficácia e à rentabilidade,

face às ditaduras neoconservadoras que anulam a independência das práticas culturais para submetê-las à monopolização do capital e à homogeneidade transnacional, a luta pela autonomia intelectual é um dos requisitos para que subsista uma pluralidade de opções, de sentidos, na vida social. Para que a cultura seja um lugar onde se reelaborem as mais diversas experiências simbólicas em função da interação livre entre os grupos, onde critiquemos a ordem e experimentemos outras formas de existência”.

A magnitude da derrota infringida, porém, entre os anos 60 e 80, aos projetos de transformação social que, na América Latina, haviam trazido novas esperanças de emancipação do imperialismo, do colonialismo e da dependência econômica, marcou a trajetória de muitos desses intelectuais. Segundo Aníbal Quijano, essa derrota foi a maior em cinco séculos.” Nos últimos 500 anos, à medida que a história foi correndo, sempre parecia haver um horizonte brilhante, com muitos nomes: progresso, identidade, liberalismo, nacionalismo, socialismo. As derrotas sempre foram conjunturais. Houve muitas derrotas, mas também muitos êxitos. A luta anticolonial foi longa e a América foi o primeiro cenário dessa confrontação. Com a última derrota, não somente foram derrotados os regimes políticos, movimentos, organizações, discursos; por primeira vez, todo esse horizonte afundou. Isso explica a facilidade com que surgiu e alastrou-se um pensamento único, como um senso comum para todo o mundo. Inclusive para pessoas mais resistentes ou, talvez, mais lúcidas, foi um período de isolamento terrível. Quase subitamente o que as pessoas esperavam e acreditavam possível ficou como discurso passado e de um passado remoto” (QUIJANO, 2003).

A utopia libertadora que havia inspirado as ações de muitos deles, chegados os anos 80, foi gradualmente sendo postergada para um futuro distante; o retorno à democracia passou a ser o objetivo mais desejado e buscado por eles.

Muitos dos intelectuais latino-americanos e, em particular, alguns dos que participaram da discussão que deu origem à mencionada obra, com o retorno à democracia em seus países, passaram a

ocupar posições importantes nas equipes governamentais, nas universidades, em centros de pesquisa e em partidos políticos. Transformaram-se em *experts*. Um grande contingente deles uniu-se à nascente tecnocracia, treinada nas grandes universidades norte-americanas e européias, transformando-se em administradores de projetos de natureza tecnocrática, apologistas do globalismo e profetas do fim das utopias. Ocorreu o que James Petras denominou *La Metamorfosis de los Intelectuales Latinoamericanos*: intelectuais “orgânicos” transformaram-se em intelectuais institucionalizados, o que, segundo esse autor, representou uma contra-revolução cultural, um grande salto para trás. Renunciaram à sua função de críticos, de defensores de valores universais, de atores protagonistas de todos os movimentos revolucionários.

Russell Jacoby, analisando as transformações pelas quais passaram os intelectuais ocidentais, apontou um processo semelhante. Segundo ele, “... ao longo do século XX, os intelectuais vêm migrando para instituições, tornando-se especialistas e professores. Ao mesmo tempo, passaram a desconfiar das categorias universais, considerando-as não-científicas e opressivas” (JACOBY, 2001). Mais adiante, ele aponta o preço que pagarão as sociedades, ao perderem a fé nas utopias e assumirem posições antiintelectualistas: “Sem intelectuais ou com intelectuais reformados, a utopia pode desaparecer. Com utopia, refiro-me aqui não só a uma visão de uma sociedade futura, mas a uma visão pura e simples, uma capacidade, talvez uma disposição para usar conceitos expansivos para enxergar a realidade e suas possibilidades. Pode ser necessário encontrar um respiradouro mental para sustentar essas linhas de visão. À medida que as burocracias vão absorvendo a vida intelectual, tais linhas vão-se rompendo para formar campos e departamentos; a visão e os textos dos intelectuais contraem-se; o pensamento e a prosa tornam-se tortuosos e obscuros. Em nome do progresso, os intelectuais recuam para caminhos mais estreitos e conceitos mais acanhados, passando a desprezar a própria lucidez, prima das luzes e do Iluminismo” (JACOBY, 2001).

Para muitos observadores, a profissionalização dos intelectuais foi um fato positivo, uma vez que significou o abandono de anteriores posições “utópicas”, “militantes”, “subversivas” vinculadas a movimentos sociais ou revolucionários. Eles, segundo esses críticos, não são neutros; são políticos, ao contrário dos *experts* ou dos intelectuais ligados às burocracias administrativa e científica, que se apresentam como neutros e cuja prática é pautada por critérios de objetividade e de eficiência.

Em sua condição de intelectuais institucionalizados, suas idéias e condutas passaram a ajustar-se às políticas, objetivos e normas das instituições às quais pertenciam, fossem elas acadêmicas, profissionais, empresariais, governamentais ou políticas. “Um sinal dos tempos é Stanley Fisch exultar com o fato de que a vida intelectual cada vez mais imita as práticas empresariais, estabelecendo conferências e viagens como moeda corrente. ‘O florescimento do circuito (de conferências) criou novas fontes de rendimentos extras, mais oportunidades de viagens nacionais e internacionais (...) um leque sempre mais amplo de vitrines para o talento e uma progressão geométrica da disponibilidade de bens procurados pelos acadêmicos – atenção, aplauso, fama” (JACOBY, 2001).

Essa metamorfose seguiu desenvolvendo-se e está na origem da crise de identidade que, hoje, se observa no campo intelectual, entre os intelectuais, evidenciando-se na falta de respostas a questões como: o que é um intelectual? Necessitamos de intelectuais? A sociedade beneficia-se com sua ação? Os intelectuais institucionais ou os especialistas não são mais eficientes do que os intelectuais para encontrar e propor soluções, nos âmbitos nacional e internacional, aos problemas sociais, políticos, culturais, de meio ambiente, de segurança e muitos outros? Qual é o papel dos intelectuais nestes tempos de globalização e na sociedade de risco em que vivemos? Em sociedades nas quais predominam a busca do entretenimento e a trivialidade, há ainda espaço para os intelectuais, para o debate de idéias, enfim, para a reflexão?

Beatriz Sarlo aponta, de forma magistral, a importância da contribuição dos intelectuais para a discussão dos problemas, incer-

tezas, riscos e oportunidades das complexas sociedades em que vivemos. É no confronto e no debate de distintas percepções e representações das sociedades, elaboradas por intelectuais identificados com distintas concepções de mundo e de distintas ideologias, que os indivíduos vão obtendo os subsídios para compreender o significado do que ocorre no mundo que o cerca, seu passado e suas perspectivas futuras. “Neste clima, a necessidade de uma discussão geral de idéias não pode ser considerada uma vaidade de intelectuais de velho tipo, nem a sobrevivência ilegítima de hegelianos ou marxistas clandestinos que jogam seu poder simbólico na reconstrução de alguma totalidade determinada. As idéias gerais também não poderiam ser entregues à única fábrica que as produz em quantidade: os meios de comunicação audiovisual que, beneficiados pela expansão dos grandes centros modernos de construção ideológica, nos oferecem, ao abrigo de toda suspeita de parcialidade, quase todas as ficções que consumimos. Eles se apresentam como espaços gerais, abertos e pluralistas. Os públicos audiovisuais os reconhecem assim, justamente porque já não reconhecem na política, nem em nenhuma outra parte, a capacidade de emitir uma mensagem que seja ao mesmo tempo inclusiva e verossímil” (SARLO , 1994).

A partir da década de 1980, as imagens do intelectual latino-americano, como consciência crítica da sociedade – arquetípica dos anos 60 –, e como revolucionário – emblemática dos 70 –, foram-se apagando, dando lugar ao intelectual adaptado à lógica do possível, pragmático e com uma atitude de resignação diante do avanço do neoliberalismo e ao fracasso do socialismo. O vazio deixado pela gradual perda de proeminência dos intelectuais de tipo universalista, dos intelectuais comprometidos, poderá vir a ser ocupado pelos “comunicadores do supérfluo”, cuja missão consiste mais em entreter do que em estimular a reflexão, propiciar o debate reflexivo, a crítica e a análise da realidade.

No Brasil, na década de 1990, declara Carlos Nelson Coutinho, não surgiu nenhum grande intelectual: “hoje prevalece uma cultura ornamental e intimista, desligada dos problemas do povo brasileiro”;

os intelectuais foram levados a “um certo ascetismo cultural, adotando posições culturais e ideológicas ‘neutras’” (COUTINHO, 2000). Intelectuais que, em décadas anteriores, haviam tido uma grande importância na construção de explicações da realidade brasileira ou estavam no poder ou haviam capitulado diante da situação do país (SANTOS, 1997). Em 1997, Milton Santos referia-se a essa capitulação: “a capitulação dos intelectuais é um fenômeno internacional já antigo e que se agravou com a globalização. Isso, de alguma maneira, perdura com a democracia de mercado de hoje. A intelectualidade brasileira se organiza através de grupos fechados, que necessitam mais de fazer pressão, para sobreviver, do que de se reunir para pesquisar. Por isso, tendem a se aproximar do *establishment*, o que reduz a sua força de pensamento, imaginação e crítica. Isso equivale a capitular. No Brasil, há exceções, mas essa síndrome precisa de uma cura urgente” (SANTOS, 1997) .

Poucos são hoje os intelectuais que poderiam ser apontados como pertencentes à tradição dos grandes intelectuais como Caio Prado Jr., Antonio Cândido, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Milton Santos, intelectuais da esfera pública, autores de pensamento original e formadores de opinião, cuja contribuição não se restringia ao trabalho docente, à pesquisa e à publicação de obras fundamentais para a compreensão da realidade brasileira. Eles também tiveram uma importante participação política dentro e fora da universidade e marcaram, profundamente, o clima intelectual do século XX no Brasil.

Nos anos 90, aparentemente, os intelectuais brasileiros renunciaram a teorizar. A força do “pensamento único”, a desqualificação pelo governo e a pouca mobilização pela oposição levou grande parte da intelectualidade a refluir-se na universidade, “sem se aventurar aos grandes desafios teóricos contemporâneos” (SADER, 2002). Na cultura do mercado, que se implantou no país, a partir dessa década, e com o grande desenvolvimento da mídia eletrônica, os intelectuais perderam o prestígio e a importância que haviam tido até os anos 80. Poucas têm sido as ocasiões fornecidas pela televisão aberta, principal veículo de informação de grande parte da popula-

ção brasileira, para o debate entre intelectuais, empresários, sindicalistas, governantes e outros representantes da sociedade civil sobre problemas, projetos e utopias nacionais.

O “príncipe eletrônico”, diz Octavio Ianni, passou a exercer a função antes de exclusiva responsabilidade dos intelectuais: formadores da opinião pública. Agora, cabe a essa entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, que permeia continuamente todos os níveis da sociedade, nos âmbitos local, nacional, regional e mundial cumprir a função de intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo (IANNI, 2003).

Na sociedade brasileira, caracterizada por uma crônica vulnerabilidade ideológica que, através de diversos mecanismos, mantém e aprofunda a ‘consciência colonizada’ das elites dirigentes e até de segmentos das oposições políticas, intelectuais, econômicas, burocráticas, parece não haver espaço para a crítica, o pensamento independente, criativo e original, essenciais para o trabalho dos intelectuais. Tal vulnerabilidade está estreitamente relacionada com a crescente hegemonia cultural americana na sociedade brasileira, que se exerce em especial através do produto audiovisual, veiculado pela televisão e pelo cinema, articulado com a imprensa, o disco e o rádio (GUIMARÃES, 2003).

O Brasil encontra-se “sem uma elaboração teórica à altura dos desafios postos. O governo de João Goulart podia se fundamentar no Plano de Metas, de Celso Furtado. A ditadura militar se inspirava na Doutrina de Segurança Nacional. A transição democrática apoiava-se na teoria do autoritarismo. Quando o Brasil inova politicamente e se lança ao primeiro governo pós-liberal, surgem desafios enormes para a recuperação do atraso na análise e nas proposições teóricas entre nós” (SADER, 2002).

Novos tempos, novos governantes colocam os intelectuais frente a frente a outras novas e desafiantes realidades, sobre as quais

eles deverão produzir diagnósticos aprofundados e rigorosos para subsidiar as decisões políticas a serem tomadas pelos governantes. Mas também deles esperam-se análises fundamentadas e críticas sobre as condições em que deverá ocorrer a participação do Brasil nos processos de globalização econômico-financeira, cultural e política e de regionalização – Mercosul e Alca. O futuro do país está a exigir que seus intelectuais, superando visões estreitas, ligadas a concepções nacionalistas, dependentistas ou globalistas, cumpram a função que só eles são capazes de realizar: propor caminhos para a construção do futuro sem deixar de ser a consciência crítica de sua sociedade, de seu tempo.

Para concluir, uma advertência de Umberto Eco sobre os riscos dos intelectuais quando próximos do poder. “O intelectual tem de ser a consciência crítica do grupo. Ele existe para incomodar. De fato, nas situações mais radicais, quando o grupo chega ao poder por meio de uma revolução, os intelectuais incômodos são os primeiros a ser fuzilados ou mandados para a guilhotina. Não creio que todos os intelectuais gostariam de chegar a esse ponto, mas devem aceitar a idéia de que o grupo ao qual decidiram pertencer não vai gostar muito deles. Se eles se tornarem muito queridos, ou mimados, acabarão por virar algo pior que os intelectuais orgânicos. Serão os intelectuais de um regime” (ECO, 2003).

Referencias bibliográficas

- ANGEL, Raquel. *Rebeldes y domesticados*. Los intelectuales frente al poder. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1992.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Entrevista com Pierre Bourdieu. Disponível em: <http://www.icb.ufmg.br/lpf/Trigo,Entrevista-com-Pierre-Bourdieu.html> Acesso em: 16 fev. 2003
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada*. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- COUTINHO, Carlos Nelson. Intelectuais em extinção. *Valor Econômico*, 24 a 26 de nov. 2000.
- ECO, Umberto. A função dos intelectuais. Disponível em: http://www.italiaoggi.com.br/not01_0303/ital_not20030206b.htm. Acesso em: 15 fev. 2003.
- DEBRAY, Régis, ZIEGLER, Jean. *Trata-se de não entregar os pontos*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- GASPARI, Elio et al. *Cultura em trânsito*. Da repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Por uma política cultural eficaz. Disponível em: www.correiodadania.com.br. Acesso em: 10 fev. 2003.
- IANNI, Octavio. O declínio do Brasil-Nação. *Estudos Avançados*, 14(40):51-58, São Paulo: set./dez. 2000.
- . O príncipe eletrônico. Disponível em: www.argiropolis.com.ar/Ciencias%20Sociales/10/Ianni.html. Acesso em: 10 fev. 2003.
- JACOBY, Russell. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- PETRAS, James. La metamorfosis de los intelectuales latinoamericanos. Disponível em: www.glocalrevista.com/petras.htm. Acesso em: 10 fev. 2003.
- QUIJANO, Anibal. Un nuevo imaginario anticapitalista. Entrevista. Disponível em: www.globalizacion.org/entrevistas/ QuijanoImaginarioCapitalista.htm. Acesso em: 10 fev. 2003.
- SADER, Emir. Os intelectuais e os nossos desafios. *Correio Brasiliense*, 28 out. 2001.
- . E agora, que teoria? *Folha de São Paulo*, 15 nov. 2002.
- SANTOS, Milton. A violência da Informação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1997.
- SARLO, Beatriz. *Escenas de la vida posmoderna*. Intelectuales, arte y videocultura en la Argentina. Buenos Aires: Ariel, 1994.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1985.

Resumo

Há cerca de vinte anos se realizou em Porto Alegre uma conferência sobre o papel dos intelectuais na política. O presente artigo analisa o que mudou desde então. Nos últimos anos, muitos intelectuais latino-americanos assumiram importantes funções públicas a partir do retorno da democracia em diferentes países. Alguns se converteram em “experts”, associados aos tecnocratas e terminaram por transformar-se em profetas do fim da utopia.

Destaca-se que uma tarefa dos intelectuais é precisamente impedir que os experts decidam por nós. Trata-se de manter abertos os espaços de participação cívica que permitam a participação no debate e o processo de decisão da política. Por isso, os intelectuais continuam cumprindo a importante função de exercer a crítica, a análise e o direito à réplica. No contexto da “normalização” democrática, seu brilho se viu um tanto empalidecido e sua influência sobre a política e a opinião pública ficou algo relativizada. Também se aprofundaram as diferenças entre distintos países. Mas para o funcionamento e o desenvolvimento da democracia os intelectuais continuam sendo imprescindíveis na América Latina.

Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*



Experiências asiáticas: modelo para o Brasil? (n. 04, 2003)

Segurança cidadã e polícia na democracia (n. 03, 2003)

Reformas das políticas econômicas: experiências e alternativas
(n. 02, 2003)

Eleições e partidos (n. 01, 2003)

O Terceiro Poder em crise: impasses e saídas (n. 06, 2002)

O Nordeste à procura da sustentabilidade (n. 05, 2002)

Dilemas da Dívida (n. 04, 2002)

Ano eleitoral: tempo para balanço (n. 03, 2002)

Sindicalismo e relações trabalhistas (n. 02, 2002)

Bioética (n. 01, 2002)

As caras da juventude (n. 06, 2001)

Segurança e soberania (n. 05, 2001)

Amazônia: avança o Brasil? (n. 04, 2001)

Burocracia e Reforma do Estado (n. 03, 2001)

União Européia: transtornos e alcance da integração regional (n. 02, 2001)

A violência do cotidiano (n. 01, 2001)

Os custos da corrupção (n. 10, 2000)

Fé, vida e participação (n. 09, 2000)

Biotechnology em discussão (n. 08, 2000)

Política externa na América do Sul (n. 07, 2000)

Universidade: panorama e perspectivas (n. 06, 2000)

A Rússia no início da era Putin (n. 05, 2000)

Os municípios e as eleições de 2000 (n. 04, 2000)

Acesso à justiça e cidadania (n. 03, 2000)

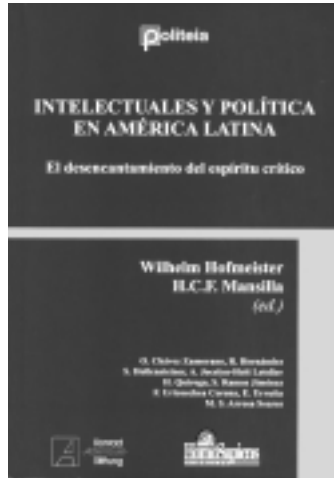
O Brasil no cenário internacional (n. 02, 2000)

Pobreza e política social (n. 01, 2000)

OBS.: Os Cadernos Adenauer podem ser solicitados diretamente à Fundação Konrad Adenauer.

■ Preço dos 6 volumes editados no ano: R\$ 25,00

■ Preço individual do exemplar: R\$ 5,00



INTELECTUALES Y POLÍTICA EN AMÉRICA LATINA EL DESENCANTAMIENTO DEL ESPÍRITU CRÍTICO

Wilhelm Hofmeister e H.C.F. Mansilla (Orgs.)

Homo Sapiens Ediciones y Konrad Adenauer Stiftung
Rosário – Argentina – 270 páginas

Este livro foi editado na Argentina e contém todos os artigos publicados neste volume dos *Cadernos Adenauer* e mais alguns sobre outros países da América Latina.

Existem poucas regiões do mundo nas quais se atribui aos intelectuais, ao cientista, ao escritor e ao artista tanta ascendência sobre a política e a sociedade como na América Latina. Ante a tradicional debilidade que mostraram as instituições políticas no cumprimento de seu papel mediador entre o Estado e a sociedade, os intelectuais assumiram um papel fundamental na gênese e na difusão das idéias e dos símbolos socialmente relevantes desde a época da colônia até nossos dias.

Qual é o papel dos intelectuais nas sociedades latino-americanas de hoje, frente às transformações políticas, econômicas, sociais e culturais? Esta pergunta orienta as contribuições publicadas neste livro, nas quais autores de diferentes países da América Latina analisam a mudança do perfil dos intelectuais, que, para o funcionamento e o desenvolvimento da democracia, continuam sendo imprescindíveis.



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO
PELA MATIZ DESIGNERS EM AGARAMOND
E IMPRESSO NO RIO DE JANEIRO
POR ZIT GRÁFICA E EDITORA
EM PAPEL PÓLEN SOFT 80G/M²
PARA A FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
NO VERÃO DE 2004.